

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
JOÃO CARLOS MACIESKI MICHEL

**A AÇÃO DO INSTITUTO AYRTON SENNA NA GESTÃO DAS
POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ALIANÇAS SOCIAIS
E LEGITIMAÇÃO DO GERENCIALISMO NA EDUCAÇÃO**

Itajaí (SC), 2010

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura - ProPPEC
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – PPGE

JOÃO CARLOS MACIESKI MICHEL

**A AÇÃO DO INSTITUTO AYRTON SENNA NA GESTÃO DAS
POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ALIANÇAS SOCIAIS
E LEGITIMAÇÃO DO GERENCIALISMO NA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade do Vale do Itajaí, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação – área de concentração: Educação – Eixo Temático: Políticas Públicas e Práticas Educativas. Linha de pesquisa: Políticas Públicas de Currículo e Avaliação.

Orientadora:

Prof^a. Dra. Regina Célia Linhares Hostins

Itajaí (SC) 2010

FICHA CATALOGRÁFICA

M582a Michel, João Carlos Macieski, 1976-
A ação do instituto Ayrton Senna na gestão das políticas educacionais [manuscrito] : alianças sociais e legitimação do gerencialismo na educação / João Carlos Macieski Michel. – 2010.
102 f. : il.

Cópia de computador (Printout(s)).
Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Itajaí,
Programa de Mestrado Acadêmico em Educação, 2010.
“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Célia Linhares Hostins ”.
Bibliografia: f. 97-102.

1. Políticas Públicas. 2. Educação e Estado. 3. Fracasso escolar.
4. Política educacional. 5. Governança. I.Hostins, Regina Célia
Linhares. II. Título.

CDU: 37.014

UNIVALI
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura - ProPPEC
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE
Curso de Mestrado Acadêmico

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

JOÃO CARLOS MACIESKI MICHEL

**A AÇÃO DO INSTITUTO AYRTON SENNA NA GESTÃO DAS
POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ALIANÇAS SOCIAIS E LEGITIMAÇÃO
DO GERENCIALISMO NA EDUCAÇÃO**

Dissertação avaliada e aprovada pela Comissão Examinadora e referendada pelo Colegiado do PPGE como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação.

Itajaí (SC), 05 de março de 2010.

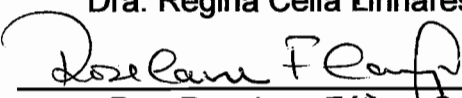
Membros da Comissão:

Orientadora:



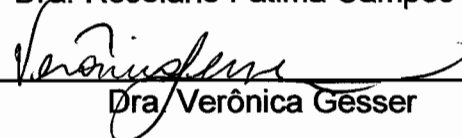
Dra. Regina Célia Linhares Hostins

Membro Externo:



Dra. Roselane Fátima Campos

Membro representante do Colegiado:



Dra. Verônica Gesser

Dedico esta dissertação a minha mãe
in memoriam e ao meu pai, meus
melhores amigos.

AGRADECIMENTO

Agradeço:

A Deus pela vida;

De maneira muito especial a minha mãe Salete *in memoriam* pela valiosa base afetiva e de valores e ao meu pai Michel pela proteção e carinho;

A todos os meus colegas da turma 2008/2009;

De maneira especial as amigas e colegas Eliane de O. Bittencourt e Rozilda da Silva Luis pelo apoio e amizade;

A todos os funcionários e professores do Mestrado em Educação;

A Professora Dra. Cássia Ferri e a Professora Dra. Valéria Ferreira da Silva pelas valorosas ideias e caminhos;

De maneira especial a minha orientadora professora Dra. Regina Célia Linhares Hostins pelo ombro amigo e por acreditar sempre no meu potencial;

De maneira especial também a professora Dra. Verônica Gesser, pelo seu incentivo, carinho e suas importantes contribuições.

DAS UTOPIAS

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!

Mário Quintana

RESUMO

No âmbito educacional brasileiro, notadamente a partir da década de 1990, constatou-se expressiva presença de novos provedores da sociedade civil que, em parceria com os governos, estabeleceram um conjunto de iniciativas particulares – mas com um sentido público – direcionadas à formulação e gestão das políticas públicas para a Educação, sob alegação da ineficiência do Estado em gerir os recursos públicos e reduzir os altos índices de fracasso no desempenho escolar. Desde então, o Instituto Ayrton Senna, como legítimo representante do Terceiro Setor assumiu posição de destaque nessa tarefa, mediante a implantação de programas de parceria com governos da maioria dos estados e municípios brasileiros e a constituição de alianças sociais estratégicas com setores empresariais, financeiros e fundacionais. Em face da representatividade e abrangência da atuação dessa organização, no presente estudo buscou-se analisar os contextos e textos que deram origem e sustentação à proposta do Instituto Ayrton Senna (IAS), sua rede de alianças sociais estratégicas e parcerias na gestão das políticas públicas educacionais brasileiras. A pesquisa de natureza documental e qualitativa empregou como principal fonte de investigação informações de domínio público, disponíveis no site do Instituto Ayrton Senna, assim como documentos de outros organismos e/ou instituições nacionais e internacionais com os quais o IAS estabelece alianças estratégicas. A abordagem do “Ciclo de Políticas” baseada nos trabalhos de Stephen Ball e Richard Bowe ofereceu sustentação metodológica ao estudo, viabilizando a análise crítica das redes, soluções e programas implantados pelo IAS na gestão das políticas educacionais, no âmbito da educação formal, desde a formulação inicial, em nível macro, até sua implementação nos processos micro políticos. O estudo permitiu observar a participação efetiva do Instituto na circulação internacional de ideias, recomendações e soluções para a educação do país, a partir de uma ampla rede de relacionamentos, uma visão que focaliza essencialmente a gestão por resultados e um firme propósito de intercâmbio entre o setor estatal e o público não-estatal. Essa aliança social estratégica tem sido crucial para a construção e disseminação de “novos” modelos de governança e de novas relações entre educação e economia.

Palavras-chave: políticas públicas, educação, alianças sociais estratégicas, sociedade civil.

ABSTRACT

In the scope of the Brazilian education system, particularly since the 1990s, a significant presence is observed, of new providers from civil society, in partnership with governments, establishing a set of private initiatives - but with a public role – aimed at formulating and managing public policies for Education, under the allegation of the ineffectiveness of the State to generate public resources and reduce the high levels of school failure. Since then, the Instituto Ayrton Senna, as a legitimate representative of the Third Sector, has played a key role in this task, through the implementation of programs in partnership with governments of the majority of Brazilian States and municipal districts, and the constitution of strategic social alliances with business and financial sectors and foundations. Faced with the representativeness and scope of operation of this organization, this study seeks to analyze the contexts and texts that gave rise to, and support the proposal of the Instituto Ayrton Senna (IAS), and its network of strategic social alliances and partnerships in the management of Brazilian public education policies. This qualitative, document research used, as its main source, information in the public domain, available on the website of the Instituto Ayrton Senna, as well as documents of other national and international bodies and/or institutions with which the IAS has established strategic alliances. The “Policy Cycle Approach”, based on the works of Stephen Ball and Richard Bowe, offered methodological support for the study, enabling a critical analysis of the networks, solutions and programs introduced by the IAS in the management of educational policies, within the scope of formal education, from the initial formulation, at macro level, through to its implementation in the processes of micro-politics. The study demonstrated the effective role of the Institute in the international dissemination of ideas, recommendations and solutions for education in the country, based on a wide network of relationships, a vision that essentially focuses on results-based management, and a firm proposal for exchange between the State and non-state public sectors. This strategic social alliance has been crucial in the construction and dissemination of “new” models of governance and new relations between education and the economy.

Key words: Public policies, education, strategic social alliances, civil society.

LISTA DE ABREVIações

AID - Associação Internacional de Desenvolvimento
AMFRI - Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí
AMGI - Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CIADI - Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos
CINDE - Corporação Para Desenvolvimento de Pesquisa
ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FMI - Fundo Monetário Internacional
GEPETO - Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho
GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas
IAS - Instituto Ayrton Senna
ICAO - Organização da Aviação Civil Internacional
IEA - International Association for the Evaluation of Educational Achievement
IFC - Corporação Financeira Internacional
IMCO - Organização Marítima Consultiva Intergovernamental
ITU - União Internacional de Telecomunicações
MDM - Metas de Desenvolvimento do Milênio
MEC – Ministério da Educação
MID Marco Integral de Desenvolvimento
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCM - Organização Mundial do Comércio
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMM - Organização Meteorológica Mundial
OMS - Organização Mundial da Saúde
OMT - Organização Meteorológica Mundial, Organização Mundial do Turismo
ONG – Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PP - Proposta Pedagógica

PREAL – Programa de Promoção da Reforma Educacional na América Latina e Caribe

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UPU - União Postal Universal

USAID - U.S. Agency for International Development)

OSCIPS - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

AAB - Associação de Arquivistas Brasileiros

WEB – World Wide Web

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

PROMEDLAC - Comitê Regional intergovernamental do Projeto Principal de Educação na América Latina e Caribe.

FHC - Fernando Henrique Cardoso

ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

LIDE/EDH - Grupo de Líderes Empresariais/Empresários Pelo Desenvolvimento Humano

IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

CDES - Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social

TCU - Tribunal de Contas da União

SEMAG - Secretaria de Macroavaliação Governamental

PNP – Programa Nacional de Publicização

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Organismo, título e os documentos analisados.....	21
Quadro 2: Associados do GIFE.....	80
Figura 1: Concepção de diferentes estratégias de superação	33
Figura 2: Campo original das doações disponível no site do IAS.....	58
Figura 3: Rede de relacionamentos e conexões dos organismos internacionais vinculados a Organização das Nações Unidas.	84
Figura 4: Foco do Banco Mundial em relação às metas do milênio (2005).....	88
Tabela 1: Matrícula Inicial de alunos em 2009 - Abrangência nacional - BRASIL	70
Tabela 2: Matrícula Inicial de alunos nos Estados e municípios brasileiros em 2009	71
Tabela 3: Matrícula Inicial de alunos no Estado de Santa Catarina em 2009.	71
Tabela 4: Matrícula Inicial de alunos nos municípios de Santa Catarina em 2009	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I- REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NORTEADORES DA INVESTIGAÇÃO	19
1.1 DOS PROCEDIMENTOS DE SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	25
CAPÍTULO II - O MOMENTO HISTÓRICO E O CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO AYRTON SENNA	27
2.1 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA NOVA GESTÃO POR RESULTADOS	38
2.2 AS POLÍTICAS BRASILEIRAS COMO SERVIÇOS NÃO EXCLUSIVOS DO ESTADO: PUBLICIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	43
CAPÍTULO III - A COMPOSIÇÃO DA REDE DE ALIANÇAS SOCIAIS ESTRATÉGICAS DO IAS: RECURSOS E PROGRAMAS	47
3.1 RECURSOS DO IAS	54
3.2 PROGRAMAS	62
3.2.1 Rede Vencer	64
3.2.2 Abrangência dos programas	70
CAPÍTULO IV - REDES SOCIAIS E POLÍTICAS MAIS AMPLAS	74
4.1 A REDE DE ASSOCIADOS - GIFE	74
4.2 PRECEITOS RECOMENDADOS PELOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A FILIAÇÃO COM IAS	81
4.2.1 Banco Mundial	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX e início do século XXI tem sido marcantes pelo esvaziamento de políticas específicas do Estado Nação. No campo social, observa-se a predominância de uma concepção única de política para a competitividade econômica e o conseqüente abandono ou marginalização dos propósitos sociais da educação, apesar da insistente e repetitiva retórica, notadamente nesse início do século, em torno da garantia de direitos plenos de cidadania, equidade, justiça, educação e oportunidade para todos.

Esse cenário vem tomando corpo um conjunto de tendências que defendem modelos de gestão compartilhada e de caráter interinstitucional envolvendo Estado, mercado e sociedade civil ou, mais propriamente, o “terceiro setor” que oferece uma nova compreensão do que seja estado e sociedade civil.

Wood (2003), a esse respeito afirma que:

Uma das maneiras de se caracterizar a especificidade da “sociedade civil” como uma forma social particular única no mundo moderno – as condições históricas particulares que tornaram possível a distinção moderna entre Estado e sociedade civil – é dizer que ela constituiu uma nova forma de poder social, em muitas funções coercitivas que pertenceram antes ao Estado foram deslocadas para esfera ‘privada’, a propriedade privada, a exploração de classe e os imperativos do mercado. Em certo sentido, trata-se da privatização do poder público que criou o mundo historicamente novo da ‘sociedade civil’. (WOOD, 2003, p.217).

Nesse “mundo historicamente novo” defende-se um modelo de gestão pública ancorado em novos arranjos institucionais, que buscam a corresponsabilidade dos diferentes setores na melhoria da qualidade das políticas públicas e dos resultados da gestão, por meio das parcerias público-privada e das alianças sociais estratégicas.

Sociedade civil constitui não somente uma relação inteiramente nova entre o público e o privado, mas um reino privado inteiramente novo, com clara presença e opressão pública própria, uma estrutura de poder e dominação única e uma cruel lógica sistêmica. Representa uma rede particular de relações sociais que não apenas se coloca em oposição às funções coercitivas, “políticas” e “administrativas” do Estado, mas também a transferências dessas funções, ou, no mínimo, de uma parte significativa delas. Ela gera uma nova divisão do trabalho entre a esfera pública do estado e a esfera privada da propriedade capitalista e do imperativo de mercado, em que a apropriação, exploração e dominação se desligam da autoridade pública e da responsabilidade social – enquanto esses novos

poderes privados dependem da sustentação do estado por meio de um poder de imposição mais concentrado do que qualquer outro que tenha existido anteriormente. (WOOD, 2003, p.217-218).

Na esteira da nova divisão do trabalho entre a esfera pública do estado e a esfera privada da propriedade capitalista observou-se que no final do século passado, notadamente na América Latina, o fortalecimento do terceiro setor em decorrência, também, de influências internacionais advindas de uma linha de atuação privatizante do Banco Mundial. Os anos de 1970 inauguram as primeiras experiências de colaboração do Banco com as ONGs por meio meramente operacional, isto, no âmbito do financiamento de Projetos. As razões para essa aproximação, como consta em Relatório publicado pelo Banco em 1995 (BANCO MUNDIAL, 1995), referia-se ao papel e influência crescente das ONGs nos países em desenvolvimento, assim como o reconhecimento crescente dos benefícios destas para operações financiadas pelo Banco.

Nos anos de 1990 o diálogo político entre ambos estava consolidado, tanto que no relatório citado assume-se que “a maioria das novas políticas e iniciativas de empréstimos de interesse para ONGs são sujeitas a consultas com ONGs, nacional e internacionalmente” (BANCO MUNDIAL, 1995, p.19). De lá para cá a maioria dos documentos do Banco demonstram o quanto este focaliza seus investimentos na criação de parcerias mais frequentes com ONGs e outras organizações da sociedade.

A ação terceirossetoriana converte direitos sociais em ‘benefícios’ representando uma inversão da função do Estado e um retrocesso na garantia de certos direitos sociais que passam para o âmbito privado do Mercado, ou para o da ‘filantropia social’. (LÉLIS, 2005, p.2)

A base dessas propostas sustenta-se na defesa da “superioridade” da gestão do setor privado em “parceria” com o Estado, no combate à burocracia e ineficiência do setor público. Apoiadas nessa bandeira disseminam-se as parcerias entre as administrações públicas – municipais, estaduais e federais - e o setor privado para a gestão de políticas educacionais como atestam estudos no campo de Educação, na primeira década do século XXI (CURY, 2005; 2008; PERONI; ADRIÃO, 2004; PERONI, 2008; ARELARO, 2008).

O advento do terceiro setor, especificamente no Brasil, reflete uma importante mudança no papel do Estado e do Mercado e a forma da participação do cidadão na esfera pública que se defronta com um novo paradigma de alargamento do conceito

do público para o público não-estatal. (SILVA; AGUIAR, 2001).

A presente pesquisa insere-se nesse campo de investigação e tem como objetivo analisar os contextos e textos que deram origem e sustentação à proposta de parceria do Instituto Ayrton Senna – IAS e sua rede de alianças sociais estratégicas na gestão das políticas públicas educacionais brasileiras.

Atuando como professor, no ano de 2000 e depois como supervisor escolar efetivo na rede municipal de ensino de Itajaí, pude acompanhar a experiência de parceria da rede com o IAS e sentir a repercussão dessa medida no âmbito da gestão da escola. Inúmeras planilhas a preencher, reuniões a realizar, metas a cumprir, provas a aplicar e relatórios a enviar, em um processo acelerado e irrefletido de coleta de dados que inviabilizava as possibilidades de reflexão e debate no interior da Escola.

Tal situação gerava inquietações na equipe e, particularmente em mim, como supervisor, suscitava questionamentos sobre o efetivo papel desse trabalho na escola, a destinação desse volume de informações sistematicamente alimentado e sua efetiva contribuição para a melhoria das condições de aprendizagem dos alunos e do trabalho do professor. Do mesmo modo, me indagava sobre os interesses e as razões que levavam a iniciativa privada, nesse caso as organizações não governamentais a buscar tantas informações na escola pública e a controlar milimetricamente suas ações.

Na corrida desenfreada pela gestão de resultados as interações humanas envolvidas no ensino e na aprendizagem foram desconsideradas, a prática do ensino reduzida a atingir metas, a mão-de-obra e cultura institucional direcionada a obter desempenho, melhoria da qualidade e eficácia (BALL, 2004).

Essas inquietações me acompanharam até o ingresso no mestrado quando me propus a conhecer a natureza das parcerias público-privadas, o contexto que lhes favoreceu e sua influência na gestão das políticas públicas educacionais. Particularmente, na presente pesquisa dediquei-me a investigar mais de perto: quando e em que contexto político e econômico surge o IAS? Quais seus propósitos em relação à Educação? Quem são os atores – diretoria, conselhos, aliados e parceiros – que constituem a sua rede de alianças sociais estratégicas e suas relações com redes sociais e políticas mais amplas? Quais são os textos e soluções disseminados, sua matriz ideológica e sua abrangência na gestão das políticas públicas educacionais no país?

O IAS é expressão significativa da ação do terceiro setor na Educação Pública em nosso país e desde a década de 1990 tem ingerência na gestão das políticas públicas de municípios parceiros, e se diz capaz de tornar eficiente a aplicação de recursos públicos e com isso viabilizar a melhoria da qualidade do ensino (LÉLIS, 2005). Fundado em novembro de 1994, o IAS é uma Organização não Governamental sem fins lucrativos (ONG), que tem como meta “criar oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros, em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidades e ONG’s” (IAS, 2009).

Antes da sua fundação como Instituto Ayrton Senna em novembro de 1994, Viviane Senna declara que:

[...] criou em Londres a Ayrton Senna Foundation, em julho de 1994. A fundação foi criada na Inglaterra porque no Brasil demora-se um ano para que uma possa ser aberta e, como os contratos já estavam fechados, Viviane não quis que eles fossem depositados em contas das empresas da família. Segundo ela, a Fundação é apenas uma conta bancária que repassa as verbas para o Instituto Ayrton Senna [...] (ABRIL, 1997)¹

O IAS com a cooperação das empresas, governos, prefeituras, escolas, universidades e ONGs se propõe a oferecer “saídas” ou “soluções” para combater “problemas crônicos especificamente na educação”, cujos indicadores demonstrados nas avaliações externas, evidenciam o fracasso da educação pública nos últimos tempos. Em contrapartida observa-se a retirada, ainda que parcial, do Estado de suas obrigações legais e o fortalecimento do terceiro setor mediante participação na definição das regras e do controle da educação e suas políticas. Esse segmento:

[...] ganhou espaço nos anos 90 porque passou a desempenhar o papel de intermediação entre o Estado e a sociedade antes ocupada por movimentos sociais e sindicais combativos. Nessa perspectiva, o Terceiro Setor assume aquele espaço numa nova conjuntura e correlação de forças: agora é para implementar e executar políticas sociais, desativadas nas instâncias de execução pertencentes aos órgãos estatais, transferidas para a sociedade civil organizada em parcerias entre o setor público e o público não-estatal (SILVA, 2004, p.2).

Essa proposta representa a materialização das metas de privatização, publicização e terceirização construídas e legitimadas no contexto político nacional e internacional que defendeu a Reforma do Estado e posto em prática no Brasil na década de 1990. Nesse contexto de influências as políticas sociais foram

¹ ABRIL. **Vencedores do Prêmio Claudia**. Edição de 1997 com Viviane Senna. Disponível em: http://premioclaudia.abril.com.br/1997_politicas.shtml - acesso em 14/11/09.

consideradas serviços não-exclusivos do Estado e, assim sendo, de propriedade pública não-estatal ou privada. O que se pode constatar no contexto histórico, de maneira geral, são os movimentos empresariais que buscam pautar a agenda governamental em consonância com seus interesses de classe.

Pesquisas nas diversas áreas, e especificamente na área da educação, tem elencado a temática como objeto de investigação e crítica, principalmente nos programas de pós-graduação *stricto-sensu* e nos eventos da área. Cabe aqui destacar trabalhos que contemplam e reforçam a importância do problema definido na presente pesquisa. Destacou-se os trabalhos apresentados por: Costa (2008) no XIV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), intitulado “A Parceria Sistema Municipal de Educação e o Instituto Ayrton Senna: implicações para Gestão das Escolas do Campo no Município de Cáceres-MT”; Silva (2004), na 27ª Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), com o tema “A Participação do Terceiro Setor na Escola Pública”; e Peroni (2008) na ANPED Sul (VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul), com a temática “Políticas Públicas e Gestão da Educação em Tempos de Redefinição do Papel do Estado”.

Os estudos citados se complementam e enfatizam a presença marcante do IAS como parceria na gestão das políticas públicas municipais no país, o posicionamento dessas políticas como advindas do terceiro setor² e sua influência na redefinição ou encurtamento do papel do Estado.

Neste contexto ocorrem entre o público e o privado as parcerias e entre o terceiro setor as alianças sociais estratégicas, que são mecanismos legais de ação efetuados entre os mais variados atores da sociedade.

BALL (2004, p.1110), discute a idéia de parceria enfatizando que:

Nesta relação binária Estado/instituições privadas estão começando a se dissolver as fronteiras entre os campos sociais e econômicos, as quais se tornam cada vez mais porosas. Os efeitos de recontextualização estão se enfraquecendo. Existe uma multiplicação e uma efervescência do discurso sobre o “privado” e os “negócios” no setor público, articulado em especial por meio de noções como a de “parceria”.

² Faz-se necessário esclarecer que aqueles que utilizam este termo consideram o Estado como o Primeiro Setor e o Mercado como o Segundo, sendo o Terceiro Setor aquele que apresenta características de ambos. Portanto, genericamente, o Terceiro Setor é visto como derivado de uma conjugação entre as finalidades do Primeiro Setor e a metodologia do Segundo, ou seja, composto por organizações que visam a benefícios coletivos (embora não sejam integrantes do governo) e de natureza privada (embora não objetivem auferir lucros).(SILVA; AGUIAR, 2001, p.1-2).

No caso, evidencia-se na prática essa ideia de Ball (2004), pois o que se constata é a transferência de recursos público para o setor privado, chamado ideologicamente, de “parceria” (PERONI; ADRIÃO, 2004). “Parceria está associada à ideia de ações mais pontuais, um projeto ou uma iniciativa conjunta. As ações de longo prazo ou uma associação permanente buscam uma aliança estratégica”. (TACHIZAWA, 2004, p.156).

Por meio das parcerias e de alianças estratégicas, as organizações podem desenvolver novas atividades, iniciar novos projetos, abrir frentes de atuação, fortalecer projetos em andamento, ampliar o leque de conhecimentos, captar recursos e reduzir a alocação de recursos. Por intermédio das alianças e parcerias, uma organização pode superar suas lacunas e preencher espaço importante nos quais não é tão forte. (TACHIZAWA, 2004, p.156).

Constatam-se em documentos e sites de organizações do Terceiro Setor, que grandes empresas e bancos são os principais parceiros e aliados desses programas. No site do Instituto Ayrton Senna, por exemplo, constam como aliados empresas nacionais e internacionais, a saber: Grendene, Microsoft, Votorantin, Unibanco, Vivo, Vale do Rio Doce, Siemens, Suzano, Nívea, HP, Intel entre outros. É importante destacar:

[...] que, apesar de muito relacionado com estratégias e ações de combate à pobreza e à exclusão, o termo terceiro setor não nasceu de uma catástrofe humanitária nas savanas africanas, mas, sim no centro mundial desenvolvido, ou seja, nos países europeus e norte-americanos. (BAPTISTA, 2006, p.43).

Ball (2004) afirma que em nível global, um leque de agências multilaterais, cada qual a seu modo, está trabalhando arduamente para criar espaços à “privatização” e participação do setor privado na prestação de serviços públicos, incluindo a educação. Citando Moyoto Kamyia da UNESCO (2000) o autor (2004, p.1113) enfatiza: “Junto com a saúde, a educação é um dos últimos bastiões a serem conquistados. Uma ampla reforma orientada para o mercado do serviço público de educação está em andamento”.

Alianças sociais estratégicas, parcerias, terceiro setor, cooperação, sociedade civil, gestão são alguns dos termos que compõem o discurso do IAS. Termos que assumem significados e sentidos polissêmicos, que merecem ser lidos “com e contra outros, ou seja, compreendidos em sua articulação ou confronto com outros textos” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p.5). Ou no sentido atribuído por Bowe e Ball

devem ser lidos em relação ao tempo e contexto em que foram produzidos, assim como devem ser confrontados a outros do mesmo período e local (1992 apud SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p.4).

Do mesmo modo, “a palavra **parceria** incorporou-se ao vocabulário do campo educativo, passando a ocupar lugar de destaque no discurso dos mais diversos atores sociais e agentes governamentais” (PIERRO, 2001, p.327).

Portanto, a presente pesquisa buscou compreender o contexto que deu vazão ao surgimento e consolidação do Instituto Ayrton Senna no Brasil e sua articulação com as redes sociais de influência, por meio das parcerias e alianças sociais estratégicas e, também, examinar o modo como vem se produzindo o texto ou discurso do IAS em torno da parceria público-privada na gestão das políticas educacionais, estabelecendo relações com o fluxo internacional e local de idéias sobre o tema, veiculadas por diferentes grupos de interesses e ou recomendadas como soluções por organismos multilaterais.

Em face do trabalho realizado, as análises e conclusões decorrentes possibilitaram a configuração de dissertação em quatro capítulos assim estruturados:

No primeiro capítulo apresenta-se o referencial teórico-metodológico norteador da investigação, que auxiliaram na compreensão da complexidade do presente estudo. No segundo capítulo realizou-se uma análise do contexto histórico e político que configurou a implantação do IAS no Brasil e seu envolvimento com as políticas educacionais, de maneira especial com a Reforma do Aparelho do Estado na década de 1990; no terceiro capítulo identificou-se o perfil dos atores – diretoria, conselhos, aliados e parceiros – que constituem a rede de alianças sociais estratégicas do IAS, e sua incorporação na gestão das políticas públicas educacionais no país – também apresenta-se seus Recursos e Programas, chamados de “Soluções Educacionais” ressaltando a sua abrangência no país. No quarto e último capítulo, abordou-se as redes sociais e políticas num contexto mais amplo que contribuíram e deu legitimidade a ação do IAS. Nesse sentido, destacou-se a filiação do IAS e seus parceiros aos princípios defendidos e recomendados pelos Organismos Internacionais.

CAPÍTULO I

REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

NORTEADORES DA INVESTIGAÇÃO

Para compreender a complexidade dos contextos e textos que deram origem e sustentação à proposta de parceria do Instituto Ayrton Senna com o setor público e sua rede de alianças sociais estratégicas na gestão das políticas públicas educacionais brasileiras, tornou-se necessário recorrer à pesquisa documental. A escolha por esse tipo de pesquisa é a mais adequada, considerando suas possibilidades de ampliar a investigação de objetos, cuja compreensão necessita de contextualização histórica.

A Associação de Arquivistas Brasileiros define o documento como qualquer informação fixada em um suporte (AAB, 1990) e em face do amplo acesso às fontes eletrônicas de informação, a web – World Wide Web – tornou-se um importante suporte de fixação de documentos, constituindo-se em potencial e abrangente campo de acesso aos pesquisadores. Sua potencialidade está em permitir acesso às fontes originais, secundárias e ou levantamentos bibliográficos armazenados a distância em bibliotecas, sites institucionais, organizacionais e pessoais, arquivos e Centros de pesquisa acadêmica.

Samara e Tupy (2007, p.67-68) revelam acerca do trabalho com documentos e suas diversas origens que:

[...] os documentos que fundamentam os estudos históricos assumem, hoje, as formas mais diversas, abordam diferentes conteúdos e podem ser encontrados em lugares os mais variados. Uma infinidade de registros apresenta-se disponível atualmente para o trabalho do historiador. Cada vez mais acessíveis, as informações sobre um determinado tema provêm das mais diversas origens: jornais, revistas, livros, noticiários de rádio e televisão, filmes, documentários, internet, anedotário, linguagem e oralidade, entre tantas outras, constituem apenas alguns exemplos. Formam um conjunto de dados no qual a escrita pode ou não ser complementada, pelo menos, pela imagem, pelo som e pelo objetivo. Logo, diferente do passado, a democratização do conhecimento incentiva uma rica discussão sobre a própria definição de documento, permitindo afirmar que a pesquisa histórica não se restringe ao espaço especializado do arquivo textual.

Do mesmo modo, Damasceno e Maynard (2009), enfatizam que a disseminação da internet no fim da década de 1990 alavancou esta ferramenta como um espaço virtual o tornado um local de memória de (re) escrita da história a

partir de sites com: Orkut, Twitter, blogs, depoimentos e reelaborações de fatos históricos em fóruns virtuais e, websites.

[...] a discussão da internet como local de história, e do presente como novo campo disciplinar ainda é marginal. Contudo, a explosão de fontes históricas no meio digital não pode ser ignorada e, sendo assim, cabe ao historiador – especialmente aos estudiosos do tempo presente – não só coletar, mas aprender a pensar a história a partir destes documentos peculiares. (DAMASCENO; MAYNARD, 2009, p.1).

A pesquisa com documentos mantém estreita relação com a pesquisa qualitativa, pois viabiliza a construção de críticas textuais quanto à forma e o conteúdo das mensagens e seus registros multiplicam o alcance quantitativo e qualitativo de uma pesquisa.

No caso em estudo, as fontes documentais prioritárias foram as disponíveis no site oficial do Instituto Ayrton Senna (IAS), na sua página principal, onde estão informações referentes:

- a) Quem somos: história, missão, conselheiros, desenvolvimento humano - DH, bibliografia, educação para o DH, soluções educacionais, cátedra da UNESCO, biblioteca, educação em cena.
- b) Doações
- c) Programas: educação formal³, educação complementar, educação e tecnologia e brinquedoteca.
- d) Jornalistas: GP Ayrton Senna de jornalismo, assessoria de imprensa.
- e) Recursos: aliados, licenciados e parceiros.

Tomando como referência ou como ponto de partida e de chegada os dados publicados no site do IAS, com olhar minucioso para as informações apresentadas nos itens acima destacados, recorreu-se à análise de outros documentos, publicados em sites também oficiais de organismos internacionais e nacionais.

No quadro 1 apresenta-se o Organismo, título e os documentos analisados.

³ Nesse item detive-me somente a uma sucinta abordagem dos programas de Educação formal que são quatro: Acelera Brasil; Se liga; Circuito campeão e Gestão nota 10.

Quadro 1: Organismo, título e os documentos analisados

Documentos Internacionais		
Organismo	Título	Ano
Banco Mundial	Informe Anual	2001
Banco Mundial	Informe Anual	2002
Banco Mundial	Informe Anual	2003
Banco Mundial	Relatório Anual do Banco Mundial	2005
UNESCO	Declaração de Jomtien	1990
Documentos Nacionais		
BRASIL /MEC	Plano Decenal de Educação para Todos	1993
BRASIL /MEC	Educação para Todos: avaliação da década	2000
BRASIL/PLANEJAMENTO	Plano Diretor da Reforma do Estado	1995
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas	2010

Fonte: elaborado pelo autor

A escolha desses documentos teve como critério aqueles que evidenciassem as questões como: políticas públicas educacionais, reformas, parcerias, alianças estratégicas e terceiro setor entre outros, de modo a verificar possíveis pontos de contato, conexão, concordâncias e/ou discordâncias com o discurso do IAS. Desse modo foram importantes para a pesquisa, como se observa no quadro 1, alguns documentos divulgados no mesmo período de implantação do IAS (década de 1990) e atuais, por organismos internacionais: Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação e a Ciência e a Cultura (UNESCO) entre outros.

No contexto nacional priorizou-se a análise do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), Plano Decenal de Educação para Todos e Educação para Todos: avaliação da década e os documentos que conduzissem às propostas de reforma do estado brasileiro que introduziram a concepção gerencial na educação, iniciada por Bresser Pereira, ainda na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nesse período é que surge o IAS e se prioriza o debate sobre a gestão eficaz e a incorporação dos métodos da gerência empresarial na gestão educacional – trata-se do que muitos denominam de “gerencialismo” na educação. Essa proposta ganhou força e se legitimou com o aprimoramento dos marcos legais que respaldaram as políticas de gestão. Por essa razão recorri à análise de algumas dessas leis.

Como sustentação teórica e metodológica da pesquisa recorreu-se aos estudos de Stephen Ball (2001; 1990; 1993; 1998) e seus colaboradores Bowe, Ball

e Gold (1992), pesquisadores ingleses que apresentam uma abordagem metodológica crítica e contextualizada para análise de políticas educacionais. Trata-se da abordagem do “Ciclo de Políticas” que possibilita estudar trajetórias de programas e políticas sociais, especialmente das educacionais, desde sua formulação inicial, em nível macro, até sua implementação no contexto da prática e seus efeitos nos processos micro políticos.

Os autores propõem uma abordagem dinâmica de análise, expressa na ideia de ciclos, para evidenciar uma concepção dialética, processual que extrapola a dimensão temporal ou sequencial e linear de política. Consideram desse modo, que o ciclo de políticas é constituído por três contextos mutuamente determinantes, a saber: o “contexto de influência”, o “contexto da produção de texto” e o “contexto da prática” (MAINARDES, 2006, p.50). Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates (BOWE; BALL; GOLD,1992).

O contexto de influências constitui o lugar onde se fundam as políticas e onde os discursos são construídos. Nele estão presentes grupos de interesse que disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação (MAINARDES, 2006). Compõem redes sociais internas e circundadas por partidos políticos, governos, aliados que produzem um discurso marcado por vozes discordantes, mas que buscam a “hegemonia discursiva”.

Para Bowe, Ball e Gold (1992) ganha à hegemonia discursiva o grupo que consegue estabelecer os parâmetros dos termos do debate e consegue incorporar no seu próprio discurso as demandas de outros grupos que estão em competição.

Uma análise mais densa das contribuições de Ball (e traduzidas por MAINARDES, 2006) permitiu compreender que o discurso em formação recebe apoio e também é desafiado por princípios e argumentos mais amplos decorrentes de influências exercidas tanto por arenas públicas de ação, particularmente pelos meios de comunicação social, como arenas públicas mais formais, como as comissões e grupos representativos.

Não se pode desconsiderar, como afirma Ball que no processo de formulação de políticas existem fortes interferências de políticas globais e internacionais. Sua propagação pode ser entendida pelo menos, de duas maneiras:

A primeira e mais direta é o fluxo de idéias por meio de redes políticas e sociais que envolvem (a) a circulação internacional de idéias (Popkewitz, apud Ball, 1998a), (b) o processo de “empréstimo de políticas” (Halpin & Troyna, apud Ball 1998a) e (c) os grupos e indivíduos que ‘vendem’ suas soluções no mercado político e acadêmico por meio de periódicos, livros, conferências e ‘performances’ de acadêmicos que viajam para vários lugares para expor suas idéias etc. A segunda refere-se ao patrocínio e, em alguns aspectos, à imposição de algumas ‘soluções’ oferecidas e recomendadas por agências multilaterais (World Bank e outras). O World Bank é particularmente importante uma vez que as intenções do banco só podem ser entendidas como uma instância ideológica de promoção de um sistema mundial integrado com as linhas de mercado (Jones, apud Ball, 1998a). Ao lado do World Bank, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a UNESCO e o Fundo Monetário Internacional (FMI) podem ser considerados agências que exercem influência sobre o processo de criação de políticas nacionais. Tais influências, no entanto, são sempre recontextualizadas e reinterpretadas pelos Estados-nação. (MAINARDES, 2006, p.51-52).

Constatada a importância desse contexto e ressaltando sua relação mais imediata com interesses ideológicos e econômicos, verifica-se que a globalização, ao mesmo tempo em que promove a disseminação e migração de políticas, possibilita sua recontextualização e interpretação nos contextos nacionais e locais. Esse fato permite compreender a relevância do segundo contexto, o da “produção de texto”, que representa a vinculação das políticas às linguagens de interesse público e privado.

A esse respeito, Bowe, Ball e Gold (1992), no que se refere à análise dos documentos oficiais, defende a concepção de que a política não se encerra no momento de aprovação no legislativo. Os textos políticos são o resultado de disputas e acordos e os grupos que atuam nas diferentes posições e nos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política. Assim, políticas são intervenções textuais, mas elas também carregam limitações materiais e possibilidades cujas respostas, no contexto de prática têm conseqüências reais. (apud MAINARDES, 2006).

No que se refere a análise dos textos os autores retomam as contribuições de Roland Barthes para compreender os estilos de textos (*writerly* e *readerly*). O texto com estilo mais prescritivo (*readerly*) limita o envolvimento do leitor, como um consumidor inerte, ao passo que um texto escrevível ou *writerly* encoraja o leitor a participar mais ativamente na sua interpretação. Um texto, todavia pode manter os dois estilos combinados. Para eles (Bowe, Ball e Gold, 1992), os dois estilos de textos são produto do processo de formulação da política, um processo que se dá em contínuas relações com uma variedade de contextos. Consequentemente, os

textos têm uma clara ligação com contextos particulares nos quais eles foram elaborados e usados.

É possível também, de acordo com as orientações dos autores, que o estilo de textos políticos iniciais seja diferente do estilo de textos secundários como: textos de subsídio, produzidos no decorrer da implementação de um programa ou política, porém podem assumir sentidos e significados polissêmicos, contraditórios, semelhantes ou ambíguos.

Com base nesse pressuposto é que me propus a examinar os diversos sentidos explícitos e implícitos nos textos analisados, sua forma de conversação com outros textos, sua retórica, suas ambiguidades. Nesse âmbito, o discurso divulgado pelo IAS assume também um papel estratégico na apologia às ideias propagadas pelos documentos oficiais e vice-versa. Ele tem papel primordial no sentido de modificar conceitos abstratos em conceitos maleáveis e emocionais, de fácil assimilação e capazes de persuadir o leitor.

No contexto da prática, terceiro na concepção de Bowe, Ball e Gold (1992), as respostas e as consequências da produção dos textos políticos se efetivam e se modificam, assumindo maior ou menor representatividade. No contexto da prática as políticas ficam a mercê de interpretações dos grupos atuantes nesse nível. A leitura e materialização das diretrizes na prática sofrem também influências desses contextos, se modificam no seu sentido original e estão sujeitas a novas interpretações e recriações. (MAINARDES, 2006).

os profissionais que atuam no contexto da prática [escolas, por exemplo] não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos [...]. Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal entendidas, réplicas podem ser superficiais etc. Além disso, interpretação é uma questão de disputa. Interpretações diferentes serão contestadas, uma vez que se relacionam com interesses diversos, uma ou outra interpretação predominará, embora desvios ou interpretações minoritárias possam ser importantes. (BOWE; BALL; GOLD, 1992, p.22)

Observou-se nos relatórios e textos oficiais das políticas nacionais e internacionais, documentos como a Reforma do Estado, MEC UNESCO e relatórios do Banco Mundial, o viés economicista presente, ressaltando que as nomenclaturas e os termos aparecem como características globais e universais. Sua apropriação,

repetição, reprodução ou transformação, no entanto, dependerá do nível de consciência, da capacidade de crítica e compreensão do conteúdo e dos mecanismos envolvidos na difusão dessas políticas nos níveis mais efetivos da prática.

Em face dos propósitos do presente estudo e dos documentos publicados pelo IAS, evidenciou-se no processo de análise os contextos de influência e de produção de textos. No entanto, não se pode descartar a ideia de que o discurso disseminado pelo IAS também seja assumido no contexto da prática de maneiras diferenciadas conduzindo a consequências imprevisíveis.

1.1 DOS PROCEDIMENTOS DE SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A presente pesquisa está sistematizada da seguinte forma:

a) Leitura intensa e detalhada dos textos oficiais já detalhados no quadro 1, textos oficiosos, artigos, banco de teses e literaturas afins, organizando-os seletivamente em pastas específicas (Ayrton Senna, Políticas Macro, Terceiro Setor) e marcando pontos de contato, conexões semânticas e conceituais por meio de cores diferenciadas.

b) Sistematização em planilha Excel, dos documentos encontrados:

Órgão/nível	Documento	Ano	Título	Autor	Expressões recorrentes	Palavras-chave	Categorias

c) Leitura sistematizada e a conseqüente tabulação de expressões recorrentes nos documentos. As palavras-chave destacam as expressões ou conceitos centrais dos documentos, os quais possibilitaram uma primeira síntese reveladora das tendências que orientaram as políticas educacionais no período e que conduziram à propagação das parcerias e do gerencialismo na educação. Exemplifico no quadro abaixo este processo:

EXPRESSÕES RECORRENTES	PALAVRAS-CHAVE	CATEGORIAS
[...] São objetivos do Banco Mundial — promover um clima de investimento favorável e empoderar a população de baixa renda; [...] promover o fortalecimento de parcerias com países de renda média.	Clima de investimento favorável; empoderamento da população de baixa renda; fortalecimento de parcerias.	Clima de investimento; Empoderamento; parcerias

e) Definição das palavras-chave e categorias em cada um dos documentos observando possíveis aproximações e/ou distanciamentos nos discursos do IAS com os diversos organismos estudados, nos seus diferentes níveis de influências e âmbitos de intervenção.

Os procedimentos adotados permitiram maior aproximação à concepção de análise documental que se define como “[...] uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior a sua consulta e referência” (BARDIN, 2004, p.40).

A análise documental auxiliada pelo uso de planilhas Excell se propõe ao armazenamento sob uma forma variável, sendo facilitado o acesso ao observador, de modo a obter o máximo de informação e sua pertinência nos aspectos qualitativos. É, portanto, uma fase importante da constituição de um serviço de base de dados (BARDIN, 2004, p.40).

O trabalho de seleção, classificação e sistematização dos documentos e sua consequente análise viabilizou o cruzamento de informações, expressões e conceitos relacionados à gestão das políticas educacionais no país e permitiu desenvolver um olhar mais crítico e amplo da rede complexa que permeia o contexto político educacional.

CAPÍTULO II

O MOMENTO HISTÓRICO E O CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO AYRTON SENNA

No presente capítulo buscou-se identificar quando e em que contexto político e econômico surge o IAS e quais seus propósitos em relação à Educação, prezando pelo objetivo investigativo de “analisar os contextos e textos que deram origem e sustentação à proposta do Instituto Ayrton Senna – IAS, sua rede de alianças sociais estratégicas e parcerias na gestão das políticas públicas educacionais brasileiras”.

Neste sentido, na perspectiva de Ball (2001) analiso o contexto de influências, o fluxo de idéias que configuraram a implantação das parcerias público-privada na educação, disseminadas no Brasil, com maior impacto na década de 1990. Considerei que ao analisar o contexto histórico do período, sua inter-relação e múltipla influência em nível macro e micro político, seria possível compreender o cruzamento de idéias e a plasticidade de estratégias e discursos que deram origem ao discurso do IAS.

Ball (2001, p.102) denomina “Bricolagem”, como sendo:

[...] um constante processo de empréstimo e cópia de fragmentos e partes de ideias de outros contextos, de uso e melhoria das abordagens locais já tentadas e testadas, de teorias canibalizadoras, de investigação, de adoção de tendências e modas e, por vezes, de investimento em tudo aquilo que possa vir a funcionar. A maior parte das políticas são frágeis, produto de acordos, algo que pode ou não funcionar; elas são retrabalhadas, aperfeiçoadas, ensaiadas, crivadas de nuances e moduladas através de complexos processos de influência, produção e disseminação de textos e, em última análise, recriadas nos contextos da prática.

Na concepção de Mainardes (2006) o discurso em formação recebe apoio ou é desafiado por princípios e argumentos mais amplos que exercem influências nas arenas públicas de ação, em particular pelos meios de comunicação social.

O ponto de apoio desta pesquisa são os textos e discursos dos IAS, assim como seu contexto de implantação no Brasil, relacionando-o com os textos das políticas internacionais e nacionais que se configuram no período de criação do IAS.

Na década de 1990 surge no cenário brasileiro o Instituto Ayrton Senna (IAS)⁴ **uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, com sede única na**

⁴ Considerando que constitui o corpo empírico da pesquisa os conteúdos divulgados no site do IAS: <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/default.asp>, para efeito de análise distinguirei este texto empregando o negrito.

cidade de São Paulo [...], [...] une esforços com empresas, organizações públicas e do terceiro setor, [...] e atua em todo o Brasil por meio de soluções sociais voltadas ao desenvolvimento humano. Essas soluções contemplam três áreas educacionais: educação formal, educação complementar e educação/tecnologia tendo com isso efetiva participação e inserção nas políticas públicas educacionais do país.

As ideias do Piloto Ayrton Senna inspiraram a criação do IAS, conforme manifesta sua família em depoimento: **inconformado com a realidade do país, Ayrton já havia manifestado o desejo de realizar alguma ação concreta para ajudar crianças e jovens - principais vítimas da sociedade desigual - a desenvolverem-se integralmente.** Com a sua morte em 1º de Maio de 1994 a família e cria nesse mesmo ano o Instituto Ayrton Senna, presidido por Viviane Senna.

Apesar do argumento utilizado pela família do piloto, não se pode ignorar que o IAS foi concebido em um contexto bastante favorável para o surgimento das ONGs - Organizações Não Governamentais - tanto no contexto nacional, quanto internacional⁵. É preciso, compreender por que tal fato acontece, se dissemina e ganha tanta força nesse momento histórico?

No âmbito das ONGs, uma importante organização é a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), iniciada na década de 1990 com intuito de articular as ONGs associadas com o coletivo, Estado e os demais sujeitos da sociedade civil, direcionando seu foco aos planos nacionais e internacionais.

Pode-se relacionar o pensamento da Abong com os princípios do IAS, pois ambos defendem o desenvolvimento humano e as desigualdades sociais, preocupações tidas como universais.

Nesse sentido, a Abong busca ser veículo de expressão de opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONGs associadas, diante do desafio do desenvolvimento sustentável e da redução das desigualdades e de todas as formas de discriminação existentes na sociedade brasileira. (ABONG, 2010)⁶

⁵ Um evento ocorrido à época (1995), organizado pelo Banco Mundial ilustra o papel das ONGs no contexto internacional. A **I Conferência Anual do Banco Mundial sobre Desenvolvimento da América Latina e Caribe**, realizado no Rio de Janeiro entre 12 e 13 de junho de 1995, teve como diretrizes: concentrar mais os recursos do Banco em investimentos nas áreas sociais dos países em desenvolvimento e criar parcerias sempre mais freqüentes com ONGs e outras organizações da sociedade. (TOMMASI, 2003).

⁶ Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - <http://www.abong.org.br/> - acesso em 09/02/10.

A Abong foi a principal organização que alavancou a representatividade no campo político da década de 1990, com a idéia de representar as ONGs que comungassem de um mesmo princípio, qual seja, empenho na luta por mais justiça social e na difusão da cidadania e da democracia. Ou seja, que tivesse um mesmo discurso e pensamento ideológico.

Ao longo da década de 1980, as organizações não-governamentais brasileiras iniciaram um processo de articulação, após um longo período de relativo isolamento, reflexo do contexto político ditatorial em que grande parte delas se constituiu. Afirmando a sua própria identidade como entidades enraizadas na vida nacional e comprometidas com o processo de democratização da sociedade brasileira e com a defesa de direitos, as ONGs assumiram publicamente seu papel enquanto sujeitos autônomos. Em 1990, começou a ganhar corpo a idéia de criar uma associação de ONGs e não das ONGs, que não pretendia ser uma representação universal das ONGs, mas, sim, uma organização que expressasse a iniciativa de um grupo identificado com essa proposta. A Abong foi criada em 1991 com a participação de 108 organizações. Valores ético-políticos comuns, compromissos com a democracia e articulação com os movimentos populares são algumas das características que identificam o grupo de ONGs que se associa à Abong. (ABONG, 2010, p.45)

Através de alguns dos princípios norteadores da ABONG e de seus associados, é possível observar a reprodução e a convergência dos discursos de organismos internacionais e hegemônicos que exerceram influências sobre as políticas nacionais, como seguem:

- buscar e defender alternativas de desenvolvimento humano e sustentável que considerem a equidade, a justiça social e o equilíbrio ambiental para as presentes e futuras gerações; - lutar pela erradicação da miséria e da pobreza e se colocarem contra políticas que contribuam para reproduzir desigualdades de gênero, sociais, étnicas e geracionais; - lutar pelos Direitos Humanos, que são uma conquista fundamental da Humanidade, que tem o direito, coletiva e individualmente, de exercê-los e ampliá-los; - afirmar seu compromisso com o fortalecimento da sociedade civil, defendendo a soberania popular, a cidadania e o pluralismo político, étnico, racial, de gênero e de orientação sexual; - afirmar sua autonomia perante o Estado e a sua independência diante dos organismos governamentais, condicionando possíveis parcerias ao seu direito e capacidade de intervir na discussão, formulação e monitoramento de políticas; - defender uma relação com a cooperação internacional baseada na autonomia, solidariedade, respeito e transparência; (ABONG, 2010, p.46)

A Abong e o Instituto Ayrton Senna (IAS) nasceram no mesmo período em que ocorreram importantes transformações do cenário nacional, podendo-se ver em comum o mesmo discurso recheado de “boas intenções” tais como: promoção de

desenvolvimento humano, combate a pobreza, combate desigualdade, justiça social. Mas seu ponto chave está centrado no autofortalecimento assim como o fortalecimento da sociedade civil, com base na hegemonia de posições classistas, abrindo-se com isso possibilidades de intervir nas discussões, formulações e no monitoramento das políticas públicas nacionais. Fato comprovado do autofortalecimento, é que estas organizações atualmente estão desfrutando de amplo apoio internacional, empresarial, apoio do Estado brasileiro por meio de sua legislação favorável com verbas e incentivos fiscais públicos.

Profundas transformações nos campos socioculturais, econômicos e ideológicos ocorreram no final dos anos de 1980 e início dos de 1990, as quais por decorrência geraram mudanças importantes no campo das políticas educacionais.

Os governos de Thatcher e Reagan são emblemáticos da consolidação de tais mudanças no sistema de acumulação capitalista entre os anos 70 e 80. O capitalismo se justifica e legitima nesta retomada neoliberal, como uma 'ordem espontânea e ampliada', criada por um mercado competitivo, como propunha Hayek, um de seus projetistas iniciais, entre os anos 30 e 40. O neoliberalismo procura fundamentar o próprio movimento econômico numa direção que parte da liberdade de escolha dos indivíduos, de suas escalas parciais de valores, seus interesses e méritos, para a formação das instituições. O próprio conflito social é negado a partir deste vetor individualista. (MELO, 2001, p.67).

Mas a origem desse projeto apresenta raízes mais profundas encontradas nas ideias do liberalismo clássico, conservador. Retomando um pouco da história, é importante ressaltar que o discurso fundador do neoliberalismo pode se situar em 1947 quando se reuniram em Mont Pèlerin, empresários e intelectuais liberais interessados em formar uma frente contrária às ideias do protecionismo liberal, regulado e intensificado por um poder estatal centralizador e planejador. Assim, a gênese do neoliberalismo situa-se nesse movimento de forças entre o liberalismo clássico e o liberalismo keynesiano.

[...] o novo liberalismo, retomando argumentos do liberalismo clássico, reafirma que: a anarquia do mercado, realizada nos preços das mercadorias é, paradoxalmente, a ordem racional mais complexa e completa, a única capaz de dar conta de uma multiplicidade de conhecimentos dispersos, é a própria base do sistema capitalista. (MELO, 2001, p.66)

A teoria neoliberal com sua proposição da anarquia do mercado ganha força efetivamente nos anos de 1980-1990, como já enfatizado. As medidas embasadas nessa concepção passam a ser operadas no sentido de desestabilizar o Estado de

Bem-Estar Social, com o intuito de reduzir e enxugar o setor público, e minimizar a sua representatividade político-econômico e social. Uma das medidas mais importantes foi o fenômeno da privatização.

Na perspectiva neoliberal buscou-se maior aproximação entre governo e as agências multilaterais, gerando com isso também aproximações ideológicas, que oportunizaram maior circulação e fluxo de idéias patrocinadas pelos organismos internacionais tais como: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial no que tange aos processos de reformas que deram início da década de 1990. Cito em especial os marcos determinantes no contexto da América Latina e hierarquizados pelo estudo de Casassus (2001) importantes para os processos reformas da educação:

a) Conferência Mundial de Educação Para Todos, em Jomtien, na Tailândia (1990), que teve como objetivo gerar um contexto político favorável para a educação e orientar as políticas educacionais para fortalecer a educação básica, atender aos processos de aprendizagem e suas necessidades.

b) Comitê Regional intergovernamental do Projeto Principal de Educação na América Latina e Caribe (Promedlac IV), cujas reuniões ocorreram em momentos e locais distintos, uma ocorreu em Quito, Equador (1991) – reuniu os ministros de educação convocados pela Unesco para analisar o desenvolvimento de projetos para a área. Esse encontro determinou a gestão como instrumento de passagem de uma etapa de desenvolvimento à outra: 1) abertura do sistema; 2) estabelecimento de novas alianças, de participação e de tomada de decisões a novos atores e aliados; 3) descentralização; 4) ênfase na qualidade. A outra reunião (*Promedlac IV*) ocorreu em Santiago do Chile, em (1993) com o propósito criar, identificar e esboçar ações que permitissem melhorar os níveis e resultados de qualidade das aprendizagens. Concluiu-se que, no nível macro, os instrumentos eram a criação de sistemas nacionais de avaliação e no nível micro, a atenção voltou-se para a escola e seus processos.

c) Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), destaca-se a Reunião 24^a ocorrida em Santiago do Chile (1992), com Ministros da Economia e Finanças. A reunião teve como propósito analisar a conveniência de voltar a situar no cerne das estratégias de desenvolvimento a educação e o conhecimento. A partir

desse encontro assume-se o conceito de investimento nacional em educação como mecanismo para o desenvolvimento.

d) Seminário Internacional organizado pela Unesco em Santiago do Chile (1993). Trata-se de um encontro mais técnico que político cujo propósito foi discutir a descentralização e currículo:

Nesse seminário discutiu-se a experiência internacional sobre as diferentes modalidades de descentralização curricular e as possibilidades de representar o comum e o diverso no currículo, em particular a redistribuição de competências em matérias curriculares no nível macro, com a geração de objetivos e normas gerais e, nível micro, a introdução de conteúdos locais. (CASASSUS, 2001, p.12)

Estes marcos e propósitos destacados – contexto político favorável; gestão, abertura do sistema; novas alianças; novos atores e aliados; descentralização; melhorar os níveis e resultados da qualidade; educação como mecanismo para o desenvolvimento; currículo – promovera um importante fluxo de ideias e recomendações, disseminados pelas organizações internacionais já citadas, que conseguiram tornar comum muitos objetivos, metas e ações com relação aos países envolvidos. Propósitos distintos em eventos, instituições e momentos distintos, mas que guardam estreita relação, pois compartilham o mesmo fim: expandir as leis do capital para todas as instâncias da vida social.

Moraes (2003, p.158) chama atenção para “a monocórdia repetição de um mesmo discurso reformista para a Educação, encontrado nos documentos das agências multilaterais e nas políticas de governo de vários países, notadamente na América Latina”. Na sua concepção essa retórica repetição e/ou ressignificação de conceitos está destinada a assegurar a obediência e a resignação pública criando novas formas de controle e regulação sociais.

Esse amplo projeto gerou grande impacto na América Latina, em especial no Brasil, notadamente no campo das políticas públicas nacionais. São exemplos a organização do Plano Decenal (1994), a nova LDB/1996, que traduziram os compromissos de uma vontade global. Tais compromissos foram dirigidos na forma de recomendações para os âmbitos das políticas regionais e locais, sob uma matriz de cunho neoliberal, evidenciadas e cristalizadas com mais vigor no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Antes de FHC observou-se iniciativas no sentido da abertura comercial e um

processo de modernização marcado pelo governo do Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) que não completou seu mandato em virtude da iminência de um impeachment. Collor elegeu-se com base em um projeto de modernização do país.

Em seus contornos mais gerais, esse projeto contempla uma Integração subordinada do Brasil nos marcos do mundo capitalista avançado. Fundado num ideário neoliberal para um país de Terceiro mundo, industrializado e intermediário, tal projeto opera uma brutal reestruturação do país, levando à desindustrialização inúmeros setores que se expandiram nos últimos trinta anos. (ANTUNES, 2005, p.16-17).

No âmbito nacional, década de 1990 o contexto estava favorável para uma assimilação ideológica das teorias Neoliberais e da Terceira Via que comungavam do diagnóstico de que o culpado pela crise do capitalismo é o Estado. Diferem, no entanto, na sua concepção de “estratégias diferentes de superação: o Neoliberalismo defende a privatização e a Terceira Via o Terceiro Setor. Nos dois, o Estado não é mais o responsável pela execução das políticas sociais: um repassa para o mercado e o outro para a chamada sociedade civil sem fins lucrativos”. (PERONI, 2007, p.02).

Desse modo pode-se representar essa lógica da seguinte forma:

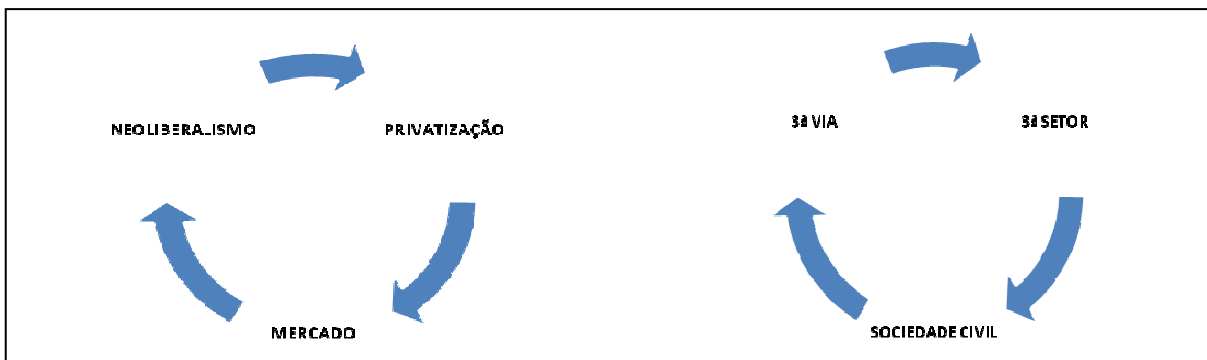


Figura 1: Concepção de diferentes estratégias de superação
Fonte: elaborado pelo autor

Retomando a ideia da retórica repetição e resignificação de conceitos, vale trazer à análise o uso ou a resignificação do conceito de Sociedade Civil nesse momento histórico. Ela deixa de ser entendida como expressão da sociedade burguesa, dilacerada pelas contradições e conflitos entre capital e trabalho, um conceito, aliás, muito discutido por Marx, para ser entendida como expressão positiva de realização plena e democrática. “O que fora um conceito crítico, tornou-se guia laudatório no vocabulário do liberalismo contemporâneo; o que outrora

indicava exploração, interesses materiais concretos, antagonismos e ilusão, transforma-se em um princípio positivo que designa uma suposta esfera de autenticidade e de liberdade, de manifestação e exercício de uma diversidade irreduzível, de diferenças insuperáveis [...]” (MORAES, 2003, p.160). Nesse âmbito o terceiro setor representa o fulcro da sociedade civil ressignificada.

GRAMSCI (1989, p.73) contribui dizendo que a [...] ‘sociedade civil’ transformou-se numa estrutura muito complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.): as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna. Os dois grandes planos superestruturais para GRAMSCI (1991, p.10-11), são chamados de:

[...] sociedade civil (isto é, o conjunto de organismo chamados comumente de “ privados”) e o da “ sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”.

Nos dias atuais as dúvidas conceituais entre terceiro setor e sociedade civil ficam evidentes, pois a ideia de terceiro setor implica em um terceiro ator, representados por grupos distintos de cidadãos organizados, que vão se posicionar como intermediários entre o Estado e o mercado, proclamando-se interlocutores dos cidadãos de uma maneira geral, atuando em diversas causas tais como: ecológicas, sociais, democráticas ou de inclusão.

[...] o debate sobre o papel e forma do terceiro setor nasce com um forte viés ideológico e político. Entidade pertencentes ao terceiro setor se posicionam, então, como um ator que busca a simetria de poder em relação aos dois outros setores e, mais ainda, buscam preencher lacunas sociais deixadas pela atuação (ou não atuação) do Estado e de organizações privadas com fins lucrativos. (BAPTISTA, 2006 p.41-42)

Wood (2003, p.217) afirma que a sociedade civil constitui não somente uma relação inteiramente nova entre o público e o privado, mas um reino privado inteiramente novo, com clara presença e opressão pública própria, uma estrutura de poder e dominação única e uma cruel lógica sistêmica.

O redesenho da sociedade civil e o clima político favorável na década de 1990, no contexto nacional e internacional, favoreceu a criação do IAS. Qualificado juridicamente como entidade sem fins lucrativos, o Instituto - IAS pode firmar

contratos de parcerias com o poder público para ofertar seus programas ou “soluções educacionais”, transformando-os em políticas públicas, garantidas por recursos públicos, incentivos fiscais federais e apoio financeiro da iniciativa privada por meio das doações, regularizadas por legislação federal. Desde então, o IAS tem como meta principal [...] **trabalhar para criar oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros, em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidade e ONGs.**

As intenções do IAS denotam uma inclinação bem clara que corrobora com o diagnóstico e a intenção neoliberal de desresponsabilizar o Estado. Nesse sentido, em sua página de abertura, informa sua crença **na transformação do país a partir da corresponsabilidade dos três setores - organismos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil - para desenvolver políticas públicas que, atuando em escala, favoreçam a criança e o adolescente, interferindo positivamente nas suas realidades.**

Constata-se no ideário da proposta do IAS, uma efetiva consonância com as diretrizes delineadas nos eventos internacionais pró-reforma. Exemplo disso foi a concessão pela UNESCO, em 2003, do [...] **título de Cátedra em Educação e Desenvolvimento Humano ao Instituto Ayrton Senna, que se tornou uma referência mundial nessa área como um centro de reflexão, de pesquisa e de produção de conhecimento.** Sua proposta fundamenta-se no **relatório da Unesco, organizado por Jacques Delors, Os Quatro Pilares da Educação.**

Observa-se que, além dessa comunhão de ideias, retóricas e propósitos a decolagem do IAS se deu principalmente no governo FHC que empregou ações que visaram o fortalecimento e maior participação da sociedade civil nas políticas públicas do país, com apoio das organizações não governamentais. Exemplo disso, entre tantas ações empreendidas, ressalto alguns marcos legais promulgados a partir desse governo que normatizaram a relação estado/sociedade.

Em 1994 foi criada, a Fundação Ayrton Senna inaugurada em Londres na Inglaterra e também o Instituto Ayrton Senna, com sede em São Paulo, ambos presididos por Viviane Senna. A análise empreendida no presente trabalho focou o Instituto Ayrton Senna (IAS). Antes de pontuar algumas leis importantes do final da

década de 1990 que organizaram o terceiro setor, destaco que todos os Programas⁷ da Educação Formal do IAS, foram iniciados neste mesmo período (1999-2004), com exceção do programa Acelera Brasil que iniciou em 1997. O entendimento dos marcos legais do terceiro setor se faz necessário pois:

As entidades do terceiro setor, justamente por não possuírem finalidade lucrativa, constituem-se predominantemente sob a forma de associação ou fundação. Outras denominações, como ONG, Instituto, etc., não são conceitos propriamente jurídicos, podendo ser considerado “nomes Fantasia” das entidades. (TACHIZAWA, 2004, p.312).

Quanto aos Marcos Legais, destaco que tanto as associações, fundações, ONGs e institutos além de suas denominações necessitam da qualificação e do enquadramento jurídico pertinente para seu exercício legal. Cito algumas leis que normatizam tais enquadramentos conforme o regime jurídico de entidades sem fins lucrativos ou Voluntários entre outras. Por exemplo: Lei nº 9.608⁸ de 18/02/98 - dispõe sobre o Voluntariado; Lei nº 9.637⁹ de 15/05/98 - Dispõe sobre as Organizações Sociais (OS) e Contrato de Gestão; Lei nº 9.790¹⁰ de 23/03/99 e Decreto 3.100 de 30/06/99 - dispõem sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS), esta lei em especial foi denominada “Marco Legal do

⁷ Programas Educação Formal do IAS: Acelera Brasil (1997); Se Liga (1999); Circuito Campeão (2004) e Gestão Nota 10 (2002) – site: <http://senna.globo.com/institutoayrtosenna/br/default.asp> - acesso em 20/08/09

⁸ Lei do Voluntariado – Atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade públicas de qualquer natureza ou a instituição privadas de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Foi regulamentado pela Lei nº 9.608/98 que institui o Termo de Adesão ao trabalho Voluntário e a possibilidade de ressarcimento de despesas efetuadas pelo voluntário no desempenho de suas atividades. (TACHIZAWA, 2004, p.326).

⁹ Organizações Sociais (OS) – qualificação concedida pelo Poder executivo com objetivo de fomentar incentivar entidades privadas sem fins lucrativos nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnologia, meio ambiente, cultura e saúde. À Organização Social também poderão ser transferidas atividades relacionadas às áreas de atuação anteriormente mencionadas e que antes eram desempenhadas pelo próprio Poder Público (ver também Programa Nacional de Publicização (PNP). Instituída pela Lei nº 9.637/99. (TACHIZAWA, 2004, p.319)

¹⁰ Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS) – qualificação concedida pelo Poder Executivo às entidades sem fins lucrativos estabelecendo a possibilidade de firmar os denominados “termos de parcerias” como o governo federal, estadual e municipal, bem como a possibilidade de remunerar diretores que efetivamente exerçam alguma atividade, dentro dos parâmetros salariais do mercado. Para obter a qualificação, as entidades terão necessariamente de atuar em alguma das atividades estabelecidas na Lei nº 9.790 (por exemplo: promoção de assistência social, cultura, defesa do meio ambiente, voluntariado, combate à pobreza, promoção gratuita da saúde e educação, de direitos, cidadania, desenvolvimento de tecnologias alternativas, entre outras). A medida provisória nº 2.158, reeditada em 24/08/01, permitiu que as entidades sem fins lucrativos de utilidade pública ou qualificadas como Oscip recebam doações dedutíveis de pessoa jurídica. O benefício é a dedução do imposto de renda das pessoas jurídicas, até o limite de 2% do lucro operacional, antes de computar a dedução. (TACHIZAWA, 2004, p.319-320).

Terceiro Setor”, instituindo, além disso, a possibilidade dessas organizações celebrarem “termos de parceria” com o poder público para a execução de determinados projetos. (TACHIZAWA, 2004). Apresentei alguns destes marcos legais porque eles fizeram parte do mesmo período e contexto de criação do Instituto Ayrton Senna.

Em face desse contexto, legitimado por meio dos marcos legais, vem se observando no Brasil, em especial nas Secretarias de Educação, municipais e estaduais, e nas escolas públicas, a influência de organizações não governamentais na gestão das políticas públicas educacionais. Contextos que suscitam maior esclarecimento e discussão até porque já se tornaram presença efetiva em vários estados e municípios brasileiros, mediante a celebração de contratos de parcerias público-privada.

Para situar a sua abrangência, segundo os dados oficiais do site do IAS¹¹ desde sua fundação, em 1994 até 2009, 11.640.930 crianças e jovens foram atendidas, sendo que nos quinze anos de sua existência, foram investidos R\$203.417,308 milhões em programas educacionais. No ano 2009, já foram contabilizados quase 3 milhões de crianças e jovens beneficiados em 1.372 municípios de 26 Estados e Distrito Federal.

Constatada a ampla inserção do IAS nas políticas educacionais do país, fez-se necessário analisar o papel do IAS na inclusão do gerencialismo da gestão educacional, por ser umas das mais importantes instituições do segmento, referendada, como vimos, pela Cátedra da UNESCO. O IAS oferece “solução” e “saídas” por meio de programas de gerenciamento, autodenominados “eficientes” e “eficazes”, com apoio de grandes empresas. Essas atuam, de acordo com o IAS, na condição de parceiras e aliadas no combate à falta de qualidade no campo educacional, em contraponto à ineficiência do Estado que não demonstra condições de resolver e nem de gerenciar sozinho mudanças na educação do país. Dito de outra forma, observa-se aqui a evidência da busca por uma “concepção única de políticas para competitividade econômica” (BALL, 2001, p.100) que merece ser amplamente examinada no sentido de buscar suas redes de relações.

Evidenciam-se nesse fenômeno os imperativos do mercado penetrando em todos os aspectos da vida social, de modo que parece natural, adotar modelos de

¹¹ Site oficial do IAS - <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/default.asp> - acesso em 01/06/09.

educação e de escola semelhantes aos adotados nas empresas. Tanto que expressões como: gestão, ranking, insumos, resultados, eficiência, eficácia, gerenciamento, taxas de retorno entre outros são adotados como critérios fundamentais de avaliação e decisão. Em face dessa realidade, “a análise econômica tornou-se a principal metodologia para a definição de políticas educativas”. (ALTMANN, 2002, p.85-86).

O argumento para o envolvimento do privado na escolarização pública é muito simples: o incentivo ao lucro e à concorrência, assim como as culturas organizacionais que destes derivam, geram formas de prática que melhoram (inevitavelmente) a eficiência e aumentam o desempenho. Mas será que o setor público herda apenas isso com a participação do setor privado? E as mudanças culturais e éticas que acompanham o incentivo ao lucro? Não nos deveríamos preocupar com o currículo moral oculto que tudo isso pode transmitir, direta ou indiretamente? Em outras palavras, o que é que o setor privado “ensina” em nossas escolas e faculdades? (BALL, 2004, p.1119).

Ball levanta em sua argumentação várias facetas e questões do envolvimento do privado na escolarização pública, porém destaco a questão que é chave para a discussão deste trabalho, a “gestão por resultados” princípios defendidos e difundidos pelo IAS. Na concepção de Ball (2004) trata-se da cultura organizacional disseminando práticas que melhoram a eficiência e o desempenho das instituições.

2.1 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA NOVA GESTÃO POR RESULTADOS

Alguns itens são evidenciados no discurso do IAS e também definidos nos documentos das políticas educacionais nacionais. Trata-se de uma nova visão de gestão que focaliza essencialmente a “Gestão por Resultados”. Políticas legalizadas e formalizadas após várias interferências e recomendações externas, e processos deliberativos internos que se traduzem em reinterpretações nos campos regionais e locais pelos governos, as quais se deram como já destacado, com bastante força, na década de 1990.

Exemplos de práticas de gerenciamento ou de gestão por resultados podem ser encontrados no discurso do IAS. Pelo menos dois programas marcam esta idéia:

o Programa Acelera Brasil e o programa Gestão Nota 10. O primeiro foi criado em 1997, e [...] **introduz na rede educacional uma cultura de gestão eficaz, focada em resultados, e que combate os principais problemas do sistema de ensino: os baixos níveis de aprendizagem, a repetência e a distorção** e o “programa Gestão Nota 10” que trabalha no **gerenciamento das escolas e secretarias para melhoria da qualidade do ensino.**

A recorrência dos discursos que circulam entre as instituições governamentais e não governamentais necessitam ser reconstituídos e contextualizados para visualizar com mais clareza suas origens. No presente trabalho os discursos divulgados pelos IAS constituem o corpus empírico da pesquisa e é a partir dele que recomponho a rede de relacionamentos intersetoriais.

Em 1994 foi eleito Fernando Henrique Cardoso, na mesma década da fundação do IAS. Foi neste contexto que a matriz neoliberal e o caráter privatizante das instituições vigorou com mais eficiência e influenciou diretamente nas políticas públicas de forma geral, e em específico nas políticas educacionais, impulsionadas pelas reformas. Foi um processo de estabilização monetária e também o início da desmontagem do parque produtivo no Brasil. “O resultado foi um monumental processo de privatização, desindustrialização, “integração” servil e subordinada à ordem mundializada, convertendo-nos em país do cassino financeiro internacional.” (ANTUNES, 2005, p.37)

Segundo uma análise mais densa de Ball (e traduzidas por MAINARDES, 2006) no processo de formulação de políticas nacionais existem fortes interferências de políticas globais e internacionais. Sua propagação pode ser entendida pelo menos, de duas maneiras: a primeira é pelo fluxo de ideias decorrentes das redes políticas e sociais que envolvem, – a circulação internacional de ideias, - pelo empréstimo de políticas e grupos e indivíduos que vendem soluções no mercado por meio de livros periódicos, conferências entre outros; a segunda refere-se as recomendações e soluções impositivas patrocinadas por agências multilaterais tais como o Banco Mundial. (MAINARDES, 2006).

O Banco Mundial pode ser entendido como uma instância ideológica que promove e articula um sistema mundial integrado com as linhas de mercado, que mobiliza e direciona os processos de criação das políticas nacionais por meio de suas agências multilaterais. Tais influências materializam-se a partir da recontextualização e reinterpretação destas pelos Estados-nação.

Nas políticas nacionais tanto é possível observar modelos copiados de outros países quanto o patrocínio por agências multilaterais que recomendam “soluções” no campo das políticas públicas. Exemplificando estas influências, Antunes (2005, p.39) no contexto das reformas educacionais nacionais “o governo de FHC realizou em quatro anos quase o mesmo que a dama de ferro levou doze para fazer”.

O modelo britânico da terceira via, que surgiu na década 1980 na Grã-bretanha, teve suas reformas baseadas no gerencialismo.

Para os propositores da Terceira Via, o desejado redesenho no padrão de intervenção do Estado britânico, tendo em vista os efeitos das reformas neoliberais de Thatcher, pressupunha a consolidação de novos interlocutores, ou melhor, de novos parceiros na oferta e manutenção das políticas sociais. Tais parceiros, identificados em segmentos da sociedade civil, comporiam o que aqui entendemos por Terceiro Setor. (PERONI; ADRIÃO, 2004, p.05).

Constata-se na afirmação de (SCHILLING,2009)¹² que “ o Governo Conservador da Sra. Thatcher serviu de modelo para todas as políticas que se seguiram posteriormente no mesmo roteiro.” Além dos modelos os países devedores se encontravam refém de uma cartilha de recomendações dos credores americanos tais como o Banco Mundial e FMI. “O Banco Mundial passou a exercer amplo controle sobre o conjunto de políticas domésticas, sendo peça-chave no processo de reestruturação [...] dos países dependentes”. (SOARES, 2003, p.21). Influências essas, que no contexto macro acabaram refletindo em novos direcionamentos das políticas públicas nacionais e locais, e naturalmente passaram pelo processo de recontextualização e reinterpretação, sendo desenhadas e articuladas por meio das parcerias do setor público educacional com empresas e Organizações não governamentais (ONGs) fortalecidas no governo FHC.

Um dos grandes marcos na política educacional do país ocorreu no governo de Itamar Augusto Cautiero Franco (1992-1994). Trata-se do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), [...] concebido e elaborado para ser um instrumento-guia na luta pela recuperação da educação básica do País. (BRASIL,1993). Este compromisso foi firmado devido à presença do Brasil em março de 1990, na Conferência de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

¹² História por Voltaire Schilling - <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/neoliberalismo.htm>
- acesso em - 13/11/09

Cultura (UNESCO); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. Cito alguns dos compromissos firmados no texto da conferência de Jomtien (1990): “universalizar o acesso à educação e promover a equidade; concentrar a atenção na aprendizagem; ampliar os meios e o raio de ação da educação básica; propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; fortalecer alianças.” (JOMTIEN,1990,p.04). Dentre os compromissos já citados destaca-se dois artigos desta conferência que se referem ao Terceiro Setor, marcando a inserção do mesmo de maneira estratégica e propositado no contexto das políticas públicas nacionais a partir deste período:

Artigo 7, Fortalecer as Alianças:

[...] serão necessárias em todos os níveis: entre todos os subsetores e formas de educação, reconhecendo o papel especial dos professores, dos administradores e do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo, incluindo os de planejamento, finanças, trabalho, comunicações, e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não-governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias. (JOMTIEN,1990,p.05-06).

Artigo 9, A Mobilizar Recursos:

Para que as necessidades básicas de aprendizagem para todos sejam satisfeitas mediante ações de alcance muito mais amplo, será essencial mobilizar atuais e novos recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários. Todos os membros da sociedade têm uma contribuição a dar, lembrando sempre que o tempo, a energia e os recursos dirigidos à educação básica constituem, certamente, o investimento mais importante que se pode fazer no povo e no futuro de um país. (JOMTIEN,1990, p.05).

Após Jomtien (1990) o consenso entre os países resultou na produção da Declaração Mundial de Educação para Todos, que deveria ser utilizada como base nos planos decenais de educação dos países signatários desse documento. (BRASIL, 1993). Com o Plano Decenal (1993-2003) foi definida as diretrizes para os próximos dez anos idealizados e preparados para servirem de norteadores na batalha pela recuperação da educação básica do País:

Estas diretrizes de política servirão de referência e fundamentarão os processos de detalhamento e operacionalização dos correspondentes planos estaduais e municipais. As metas globais que ele apresenta serão detalhadas pelos Estados, pelos municípios, pelas escolas, elegendo-se, em cada instância, as estratégias específicas adequadas a cada contexto e à consecução dos objetivos globais do Plano. (BRASIL,1993, p.15).

A Conferência Nacional de Educação para Todos (1994) serviu de base para as ações dos governos desse período e levadas adiante como princípios do governo FHC. No depoimento do Ministro da Educação à época, Paulo Renato Souza¹³, resumiu uma avaliação do desempenho do Brasil em relação ao Programa Educação para Todos, destacando como principais resultados:

- 1- Continuidade das políticas: [...] esforço nacional contínuo ao longo dos anos 90, uma preocupação do País com a educação básica [...];
- 2- Regime de colaboração: tivemos envolvimento e articulação muito maiores entre os três níveis de governo – União, Estados e Municípios em torno da promoção da educação básica como prioridade nacional;
- 3- Surgimento de novos atores: vimos um crescente envolvimento das organizações não governamentais e da sociedade civil organizada nas questões educacionais, revelado tanto na formulação de políticas quanto na análise de resultados, principalmente nas ações diretas para melhorar a qualidade da educação;
- 4- Mobilização Social: empenhamo-nos para chamar a comunidade a participar cada vez mais da educação, o que se traduz nos conselhos e associações de pais e mestres, do Programa Acorda Brasil¹⁴ etc.;
- 5- Participação do setor empresarial: é perceptível o maior envolvimento das empresas com a educação. (BRASIL, 2000, p.09).

Segundo Viviane Senna, Presidente do IAS:

Temos três desafios: economia competitiva, sociedade mais justa e democrática. Para dar conta deles, é necessária a educação de qualidade, pois os três desafios começam na sala de aula. Quando compreendi a natureza estratégica da educação como política de desenvolvimento econômico, social e político, considerei que todas as ações do Instituto Ayrton Senna tinham de convergir para ela. Deveríamos contribuir para que a educação tivesse condições de ser desenvolvida, ajudando o país a superar seu tríplice desafio. (BRASIL, 2000, p.175).

¹³ “Em 1994, foi realizada a Conferência Nacional de Educação para Todos que definiu as metas incorporadas ao Plano Decenal de Educação para Todos. Quando assumimos o governo, em 1995, deixamos muito claro que o nosso compromisso era implementar aquelas metas definidas a partir da Conferência de Jomtien”. (BRASIL, 2000,p.07).

¹⁴ “Programa de mobilização social do Ministério da Educação (MEC), lançado em março de 1995, que tem o objetivo de incentivar parcerias da sociedade civil com o poder público, como forma de melhorar a qualidade do ensino e divulgar ações educacionais inovadoras em todo o país. As ações incluem programas educacionais, intercâmbios, premiações, repasse de tecnologia e equipamentos, treinamento, valorização do professor, palestras, seminários e outros eventos”. Dicionário Interativo da Educação Brasileira <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=99> – acesso em – 14/11/09.

Viviane Senna ratifica a convergência do discurso do IAS com relação à política neoliberal formalizada no governo de FHC. Seu discurso também é semelhante ao princípio do Banco Mundial que diz: “sem desenvolvimento humano, o crescimento econômico não pode ser sustentado” (BANCO MUNDIAL, 2005, p.12). Pois ela enfatiza que compreendeu a natureza estratégica da educação como política de desenvolvimento econômico, social e político, e por essa razão seriam ações prioritárias do IAS.

As novas estratégias no campo educacional ocuparam o centro das discussões internacionais e viraram tarefa para os países que desejavam ou eram forçados a inserir-se em uma economia global. Esta motivação para as mudanças no campo das políticas educacionais tiveram grandes influências internacionais e mobilizaram as nações envolvidas a ressignificarem suas conjunturas no contexto macro e micro alavancando as reformas.

No sentido de dar legitimidade a uma nova ordem política mundial o Brasil, na década de 1990, foi concebida a partir do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (1995). Essa reforma foi implantada durante a primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso com a coordenação do então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Apresentava uma nova abordagem administrativa para enfrentar os desafios da competitividade, fundamentalmente tendo a necessidade de incorporar técnicas gerenciais modernas.

2.2 AS POLÍTICAS BRASILEIRAS COMO SERVIÇOS NÃO EXCLUSIVOS DO ESTADO: PUBLICIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

A partir de 1994 o discurso da reforma administrativa incorporou uma nova dimensão, já na campanha presidencial vislumbrava-se uma mudança organizacional e cultural na administração pública que seria gerencial (BRASIL, 1995). As ações começam a ser direcionadas pelos critérios da: qualidade, gerência, eficiência, controle e resultados.

A ideia de que o IAS nasceu em um contexto favorável à sua expansão, confirma-se diante da proposta de Reforma do Estado, implantada em 1995 e idealizada por Bresser Pereira, quando as políticas sociais foram consideradas

serviços não exclusivos do Estado, ou seja, foram enquadradas como organizações pública de direito privado, ratificadas da seguinte maneira no documento da reforma. (BRASIL, 1995, p.60):

A estratégia de transição para uma administração pública gerencial prevê, ainda na dimensão institucional-legal, a elaboração, que já está adiantada, de projeto de lei que permita a “publicização” dos serviços não-exclusivos do Estado, ou seja, sua transferência do setor estatal para o público não-estatal, onde assumirão a forma de “organizações sociais”. O Projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não-exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público não-estatal. Entende-se por “organizações sociais” as entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito à dotação orçamentária.

Como anteriormente destacado, o projeto político brasileiro foi inspirado em modelos internacionais. Como prova disso o “Programa de Publicização”¹⁵, conceito de base para Reforma do Estado, foi extraída do modelo de gestão empregado pelo Reino Unido na década de 1980 por Margareth Thatcher. Publicização é entendida como a transferência da execução de serviços até então prestados pelo Estado para as organizações de direito privado, ou seja, pública não-estatal. (BRASIL, 2009).¹⁶

Na Reforma do Aparelho do Estado pode-se distinguir alguns objetivos globais:

a) Aumentar a governança do Estado, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência [...]; b) Limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal, e a produção de bens e serviços para a iniciativa privada; c) Transferir da União para os estados e municípios as ações de caráter local: só em casos de emergência cabe a ação direta da União; d) Transferir parcialmente da União para os estados as ações de caráter regional, de forma a permitir uma maior parceria entre os estados e a União. (BRASIL, 1995, p.45).

¹⁵ Programa Nacional de Publicização (PNP) – programa criado pelo Governo Federal como o objetivo de estabelecer critérios e diretrizes para qualificação das Organização Sociais e também para conduzir a transferência das atividades elencada na Lei nº 9.637/99, antes desenvolvidas por entidades ou órgãos da União Federal, para as Organizações Sociais.(TACHIZAWA, 2004,321)

¹⁶ Parecer em Plenária (Comissão de Constituição e Justiça, em 17 de junho de 2009, Deputado LUIZ PAULO - Relator do Voto em Separado). Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/3f4ba779aede0758832575d900691396?OpenDocument> - acesso em – 05/11/09.

Em face da compreensão do conceito de publicização que norteou a reforma do Estado pode-se deduzir que as políticas educacionais são constituintes e decorrentes dessa reforma. O IAS nesse contexto, na medida em que adota alguns dos serviços antes exclusivos do Estado, procura operar a sua agenda que representa os interesses do terceiro setor no interior do aparelho do Estado, atuando amplamente na criação, aplicação, avaliação e disseminação de “soluções educacionais” destinadas ao gerenciamento das escolas. O IAS segundo o site oficial¹⁷, declara ser o seu trabalho um meio de disseminação de soluções que transcendem **as ações de atendimento direto, transferindo conhecimentos e práticas [...] e ainda transformando seus programas em políticas públicas de municípios e estados inteiros.**

Ao identificar quando e em que contexto político e econômico surge o IAS e quais seus propósitos em relação à Educação, destaca-se no processo histórico e político dos anos 1990 uma série de reflexões e recomendações direcionadas por importantes reuniões, conferências e documentos nos quais se produziram orientações para as políticas educacionais assumidas por muitos países em especial o Brasil. Pode-se dizer que na década de 1990 três objetivos orientaram as reformas na América Latina. (CASASSUS, 2001):

Primeiro: Situar a educação e o conhecimento como centro estratégico de desenvolvimento por apresentarem benefícios econômicos e sociais. Para isso ser possível necessita-se de um aumento do crédito internacional.

Segundo: Implantar um novo estilo de gestão para melhoria do desenvolvimento educacional, com efetivas mudanças na administração do Estado, abertura do sistema, novas alianças, descentralização com ênfase na qualidade e equidade.

Terceiro: Aumentar a qualidade do aprendizado por meio de ações em nível macro com implantação do sistema nacional de avaliação, desenvolvimento de programas compensatórios de discriminação positiva e reforma curricular; e no nível micro o direcionamento da escola para a gestão escolar, a autonomia e o currículo adaptado.

Observam-se nos três objetivos citados, indicadores que compuseram a agenda educacional brasileira nos anos 1990, que foram disseminadas no contexto

¹⁷ <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/default.asp> - acesso em – 05/11/09

das influências e amplamente respaldadas pelas políticas públicas, nacionais e locais. São elas: novo estilo de gestão, abertura do sistema, novas alianças, publicização, descentralização, educação e conhecimento como foco central, governança, sistema de avaliação, inclusão de indicadores de eficiência, foco nos resultados e na qualidade. Esse mesmo discurso foi reinterpretado pelo IAS, amplamente divulgado e operacionalizado nos seus programas institucionais e disseminados, retrabalhados no campo das políticas públicas educacionais nos estados e municípios.

Temos diante de nós um efeito “bricolagem” (BALL, 2001) ou seja, nesse complexo processo de influência a existência do empréstimo ou cópia de fragmentos ou partes de ideias de outros contextos, que já foram testadas e experimentadas. Teorias “canibalizadoras” (BALL, 2001), no que tange a adoção de tendências e modas que são aperfeiçoadas, ensaiadas e recriadas nos contextos do discurso e da prática. Produto de acordos que oferecem “soluções”, que podem ou não funcionar em virtude da sua fragilidade e inconsistência. Particularmente, no presente capítulo dediquei-me a analisar quando e em que contexto político e econômico surge o IAS e quais os seus propósitos em relação à Educação.

CAPÍTULO III

A COMPOSIÇÃO DA REDE DE ALIANÇAS SOCIAIS ESTRATÉGICAS DO IAS: RECURSOS E PROGRAMAS

No presente capítulo buscou-se identificar quem são os atores (diretoria, conselhos, aliados e parceiros) que constituem a rede de alianças sociais estratégicas do IAS, e sua incorporação na gestão das políticas públicas educacionais no país. Também apresenta-se seus Recursos e Programas da Educação Formal, chamados de “Soluções Educacionais” ressaltando a sua abrangência no país.

A diretoria do Instituto Ayrton Senna é formada pela família do piloto e tem como Presidente Viviane Senna. Essa é constituída também por um Conselho Consultivo formado por expoentes de vários setores da sociedade, que contribuem para a realização da missão do IAS. Ressaltando que os mesmos se dizem representantes dos interesses sociais.

Fazem parte do Conselho Consultivo¹⁸:

- Antonio Maciel Neto - Presidente da Suzano Papel e Celulose
- Antonio Roberto Beldi - Presidente da Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S/A
- Arthur Briquet Jr. - Presidente da Gallery/Oggi/Bricon/Artell Editora
- Chico Pinheiro - Jornalista da Rede Globo de Televisão
- David Barioni Neto - Presidente da TAM
- Élcio Aníbal de Lucca - Presidente de Assuntos Corporativos da Serasa
- Gustavo Ioschpe - Economista, fundador-presidente e sócio-proprietário da G7 Cinema
- Ives Gandra da Silva Martins - Jurista
- Jackson Schneider¹⁹ - Presidente da ANFAVEA
- Juscelino Fernandes Martins - VP da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S/A
- Luiz Fernando Furlan - Presidente da Sadia S/A

¹⁸ Diretoria e Conselho Consultivo do IAS - <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/default.asp> - acesso em 20/04/09.

¹⁹ Jackson Schneider – É presidente da Mercedes-Benz e está presidindo no período de Abril 2007-2010 a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), esta associação tem o papel de reunir empresas fabricantes de autoveículos e máquinas agrícolas automotrizes com instalações industriais no Brasil. Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) - <http://www.anfavea.com.br/diretoria.html> - acesso em – 29/12/09.

- Osmar Elias Zogbi²⁰ - Presidente da EAZ Participações Ltda.
- Walter Piacsek²¹ - VP do The Boston Consulting Group

O referido Conselho Consultivo formado em sua maioria por empresários e profissionais de vários setores da sociedade, cooperam para a realização da seguinte missão: [...] **contribuir para a criação de condições e oportunidades para que todas as crianças e todos os adolescentes brasileiros possam desenvolver plenamente o seu potencial como pessoas, cidadãos e futuros profissionais.**

Em um primeiro momento observa-se que o IAS não apresenta em seu Conselho Consultivo, membros e profissionais da área específica da educação, trabalhadores, pesquisadores, representantes de instituições educacionais públicas e governamentais. Verifica-se antes, a presença maciça de empresários, banqueiros, pessoas jurídicas de renome no campo empresarial de áreas como: telecomunicações, comunicação de massa, bancos, construção civil, fabricantes de veículos automotores, tidos como representantes da sociedade civil.

Ao identificar às empresas as quais o seletivo Conselho Consultivo do IAS representa, constata-se um pano de fundo bastante vinculado aos interesses do crescimento econômico e produtivo, frente a um mercado extremamente competitivo. Uma das estratégias destes grupos empresariais para alcançar tal crescimento e desenvolvimento, está em pegar pra si de forma consentida, alguns serviços que eram de responsabilidade exclusiva do Estado, tais como a educação entre outros, por meio das parcerias público-privadas, com isso possibilitando a operação da

²⁰ Osmar Elias Zogbi - Presidente da EAZ Participações Ltda, constituída pelos irmãos Osmar, Antonio e Rubens Zogbi. Esta por trás do maior empreendimento imobiliário em São Paulo, o projeto “Cidade Jardim” com investimentos de R\$ 1,5 bilhão. O ramo imobiliária passa a ser a atividade principal de Osmar Zogbi, Para atuar no setor imobiliário, os três irmãos fundaram a EAZ Participações, que leva as iniciais do patriarca Elias Antonio Zogbi. A Família Zogbi era dona de um banco vendido ao Bradesco por R\$ 650 milhões e fabricante de papel vendida para Votorantim Celulose e Papel (VCP) e para Suzano Bahia Sul por R\$ 709 milhões - Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) <http://www.cbic.org.br/> - acesso em - 29/12/09. Destaco que Osmar Elias Zogbi, também é Presidente do Grupo de Lideres Empresariais (LIDE)/ Empresários Pelo Desenvolvimento Humano (EDH) - LIDE/EDH, que tem aliança com o IAS. Grupo de Lideres Empresariais/Empresários Pelo Desenvolvimento Humano- (LIDE/EDH) - <http://www.lide-edh.org.br/aliados.htm> - acesso em - 18/02/2010.

²¹ Walter Piacsek - VP do The Boston Consulting Group, graduado em Administração pela FGV-SP e possui um MBA pela Harvard Business School. Trabalhou como Vice-Presidente Executivo do Banco Votorantim, responsável pelas áreas de Middle Market, Asset Management, Private Bank, Corretora e Jurídico. Foi Sócio e Presidente no Brasil da consultoria empresarial The Boston Consulting Group e também trabalhou por vários anos em Corporate Bank no Citibank. ²¹ Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) - <http://www.idis.org.br/sobre-o-idis/membros-do-conselho> - acesso em - 20/12/09.

agenda do setor privado no interior do aparelho do Estado. Evidenciando-se neste contexto a ideologia empresarial imbricadas nas ações públicas e em contrapartida auferindo bônus das isenções e incentivos fiscais resguardados pelos marcos legais. Neve e Pronko (2010, p.99) apontam dois desdobramentos importantes:

Em primeiro lugar, o Estado capitalista, enquanto Estado de classe, constitui a burguesia como classe politicamente dominante. Entretanto, essa natureza de classe do Estado não é absoluta nem homogênea, mas relacional, implicando ao mesmo tempo a inscrição permanente das classes dominadas na própria ossatura material do Estado. Examinemos esses elementos, pois eles constituem o cerne da teoria relacional do Estado.

O IAS atua em três áreas educacionais: educação formal, educação complementar e educação/tecnologia, ou seja, são áreas estratégicas e estão sendo deliberadas principalmente por empresários e banqueiros. Aqui cito novamente uma questão pontuada por Ball que diz: [...] o que é que o setor privado “ensina” em nossas escolas e faculdades? (BALL, 2004, p.1119). Nos atenta para uma visão mais crítica, quanto ao currículo moral oculto de incentivo ao lucro e a competitividade que acabam desencadeando paralelamente mudanças, culturais e éticas.

Não é em vão que a missão do IAS, apoiada pelo seu conselho de empresários, parceiros e aliados se traduz em oportunizar meios e condições para que as crianças e adolescentes adquiram competências e habilidades para que sejam os futuros trabalhadores/profissionais e também consumidores diante de um mercado extremamente competitivo e consumista.

Foram já citadas reformas que possibilitaram maior estabilidade para as organizações não governamentais, fortalecendo-se no contexto das parcerias entre o público e o privado, que proporcionaram a ascensão do método gerencial ou da gestão por resultados do campo privado sobre as políticas públicas educacionais dos Estados e Municípios brasileiros.

É pertinente dizer que a missão do IAS e as políticas do Governo Federal, não só convergem como estão imbricadas pelas parcerias e pelos marcos legais. Com a apresentação de alguns atores que fazem parte do Conselho Consultivo do IAS, e seus interesses. Pode-se observar também que da mesma forma que os banqueiros e empresários participam do Conselho Consultivo do IAS, a Presidente Viviane Senna, participa como membro em diversos conselhos de bancos e empresas.

Cito os Conselhos e Comitês²² em que Viviane Senna participa:

- Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social, instituído pelo Presidente Luís Inácio Lula da - Silva em 13 de fevereiro de 2003;
- Conselho Consultivo do Citibank Brasil;
- Conselho Consultivo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban);
- Conselho de Educação da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Conselho de Educação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);
- Conselho do Instituto Coca-Cola;
- Conselho do Instituto Energias do Brasil (EDP);
- Conselho da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB);
- Conselho de Governança e Comitê Gestor do movimento Todos pela Educação;
- Comitê de Orientação e Investimentos Sociais dos bancos Itaú e Unibanco;
- Nomeada um dos Líderes para o Novo Milênio (CNN/Revista Time);
- Única brasileira membro do grupo "Amigos Adultos do Prêmio das Crianças do Mundo", ao lado da Rainha Silvia da Suécia, de Nelson Mandela, ex-presidente da África do Sul, e de José Ramos Horta, Prêmio Nobel da Paz.

Entre os conselhos e comitês, nos quais Viviane Senna participa, destaco a importância de pelo menos dois, considerados centrais para as questões discutidas nesse trabalho, ou seja, as redes de alianças sociais e estratégicas:

1) Conselho de Governança e Comitê Gestor do movimento Todos pela Educação Criado em 2005. Trata-se de alianças estabelecidas com: sociedade civil, iniciativa privada, organizações sociais, educadores e gestores públicos da educação que se tornam corresponsáveis na mobilização de esforços para melhoria da qualidade da educação brasileira, e o acesso a todas as crianças e jovens à Educação Básica até 2022.

Segundo o governo federal (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2010)²³, são cinco metas focadas em resultados mensuráveis para educação, definidas por este movimento:

- a) Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola;
- b) Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos;
- c) Todo aluno com aprendizado adequado à sua série;
- d) Todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos;
- e) Investimento em Educação ampliado e bem gerido.

²² Conselhos e Comitês: site oficial do IAS – Disponível em: <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/default.asp> - acesso em 09/08/09.

²³ Site - Todos pela Educação - <http://www.todospelaeducacao.org.br/> - acesso em – 04/01/10.

Com o objetivo de ampliar e qualificar o investimento social privado em Educação, o Todos Pela Educação realizou, em parceria com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – Gife, o workshop “Agenda Alinhada do Investimento Social Privado em Educação”, visando discutir a criação de agendas comuns dos investimentos público e privado para a Educação, tendo como eixo central as 5 Metas do Todos Pela Educação. (BRASIL, 2008 , p.14).

O apoio empresarial e governamental no país e no mundo, desde a década de 1990, em especial no governo de FHC e continuamente com o Governo atual do Presidente Lula, é a prova da força do IAS, que encontrou seu fortalecimento firmado ao longo de seus 15 anos de existência, atuando na definição de políticas para a educação pública.

2) Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social - (CDES), instituído pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 13 de fevereiro de 2003. Em entrevista (2010) Viviane Senna, descreve o diálogo e a relação do Instituto Ayrton Senna com o governo Lula e esclarece que o Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social da esfera federal é um órgão de consultoria no qual o IAS apresenta suas avaliações e sugestões a respeito do que deve ser seguidos pela sociedade brasileira. A Presidente dos IAS declara a existência de um bom diálogo com o governo e os ministérios, principalmente os Ministérios da Educação e Esporte que observam as experiências bem sucedidas desenvolvidas pelo IAS no campo educacional. (REAÇÃO NATURAL, 2010)²⁴.

O IAS juntamente com outros representantes da sociedade civil, nesse caso representantes das classes abastadas, estão cada vez mais fortes no que tange a sua participação, pois desfrutam de um canal legal para seu pleno exercício.

O Decreto nº 4.744, de 16 de Junho de 2003, dispõe em seu capítulo I, as atribuições do referido Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social (CDES):

- I - assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento;
- II - apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele

²⁴ Entrevista com Viviane Senna no site - Reação Natural – Disponível em: <http://www.reacaonatural.com.br/website/artigo.asp?cod=1923&idi=1&moe=130&id=7764> – acesso em 03/01/10

representados. (BRASIL,2010)²⁵.

Com o Decreto nº 4.744/2003, os canais se ampliam. O Estado está aberto para sociedade civil organizada, muito bem articulada, respaldada juridicamente e firmemente decidida a imprimir sua concepção com maestria mostrando como se deve fazer e gerir as Políticas Públicas em várias áreas sociais do país. E o faz não somente pelo bem comum, mas porque o próprio Estado, ou o Poder Executivo lhe confere “autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito à dotação orçamentária”, conforme expresso no documento de Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995, 60).

O conceito de sociedade civil passou a assumir novos contornos e lugar de destaque no contexto das políticas sociais do país, suscitando maiores aprofundamento na matéria. Recorri inicialmente a Gramsci que debate a hegemonia (sociedade civil) e a divisão dos poderes. Quanto a esta divisão:

[...] toda a discussão havida para a sua efetivação e o dogmatismo jurídico derivado do seu advento, constituem o resultado da luta entre sociedade civil e a sociedade política de um determinado período histórico, como certo equilíbrio instável entre classes, determinado pelo fato de que algumas categorias de intelectuais (a serviço direto do Estado, especialmente burocracia civil e militar) ainda estão muito ligadas às velhas classes dominantes. (GRAMSCI,1989, p.95).

Gramsci faz a distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metódica transforma-se e é dada como distinção orgânica.

[...] afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir não sua regulamentação. Mas, como na realidade fatural sociedade civil e Estado se identificam deve-se considerar que também o liberalismo é uma “regulamentação” de caráter Estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberalismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado; isto é, a modificar a distribuição da renda nacional. (GRAMSCI,1989, p.32).

Com os aportes legais e ideológicos em exercício se constitui a ressignificação do conceito de “Sociedade Civil”, que passa a assumir um emblemático sentido positivo, autodesignado “democrático” e representante das

²⁵ BRASIL. **Decreto nº 4.744**, de 16 de junho de 2003.- <http://www.dji.com.br/decretos/d-004744-16-06-2003.htm> - acesso - em 04/01/10.

ideias neoliberais. (MORAES, 2003).

Para essa autora as origens do conceito podem ser encontradas em Rousseau quando o empregou para designar a chegada da nova economia comercial do século XVIII. Descrever o “estado de sociedade”, como contraposição à sociedade natural ou “estado de natureza”. Mas foi com Hegel, que a sociedade civil passa a ser pensada do ponto de vista negativo, pois atua na arena de necessidades particulares, dos interesses egoístas de um mercado capitalista emergente e, portando dotado de forte potencial de autodestruição.

Para Hegel, a sociedade civil seria o âmbito da dissolução, da miséria e da corrupção física e ética, o qual só poderia ser regulamentado, dominado e anulado na ordem superior do Estado, ou sociedade política, momento superior de racionalidade. A necessidade do Estado como princípio superior de ordenamento racional impõe-se, exatamente, porque a sociedade civil, abandonada a si mesma, não poderia nem teria condições para superar esse estado de dissolução e anarquia. (BOBBIO, 1982, apud MORAES, 2003, p.159).

Marx e Engels (1998) por sua vez associam a sociedade civil moderna à própria sociedade burguesa, fundada na propriedade privada e regida pelo capital, sendo, portanto um campo de guerra de uns contra os outros.

A sociedade civil abarca o conjunto das relações materiais dos indivíduos no interior de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Encerra o conjunto da vida comercial e industrial existente numa dada fase e ultrapassa por isso mesmo o Estado e a nação, se bem que deva afirmar-se no exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado. O termo sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade se desligaram da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil enquanto tal só se desenvolve com a burguesia; todavia, a organização social diretamente resultante da produção e do comércio, e que constituiu sempre a base do Estado e do resto da superestrutura idealista, tem sido constantemente designada pelo mesmo nome. (MARX; ENGELS, 1998, p.58).

Essa sociedade se mostra [...] dilacerada pelas contradições e conflitos entre capital e trabalho, pela concorrência, pelos interesses privados, pela anarquia, pelo individualismo. (MORAES, 2003, p.159).

Na definição do papel do Estado em relação à sociedade civil é que Marx se contrapõe à posição de Hegel, pois para ele o Estado não se constitui em “um princípio racional ordenador, mas é expressão daquelas contradições, nelas tem fincada a sua origem e são elas, em última instância, que delimitam e determinam suas ações”. (MORAES, 2003, p.159).

Para Marx e Engels (1998, p.59) o “Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e os seus interesses, tanto no exterior como no interior”. Nessa compreensão, o Estado está impossibilitado de superar contradições constitutivas da sociedade civil. Ele pode, no máximo, administrá-las e suprimi-las no plano formal, mas as mantém no plano real porque seus propósitos supostamente universais estão a serviço de interesses particulares de classe.

Apesar das organizações sociais, denominadas representantes da “sociedade civil organizada e ressignificada” assumirem um discurso comum de compromisso com o “desenvolvimento humano” e uma agenda alinhada na busca desse compromisso, o que se observa no plano real é uma sociedade constituída massivamente por grandes grupos econômicos que estabelecem entre si alianças sociais estratégicas em busca da articulação e do fortalecimento de seus interesses e do empoderamento do grupo. Estamos então diante de uma confluência perversa de sentidos, obscurecidos por um vocabulário comum, cujo propósito é camuflar diferentes projetos e interesses econômicos em jogo nessa sociedade. (WARRENSCHERER; LUCHMANN, 2004).

Há que se pensar, no entanto, nas consequências da passagem das políticas estatais para o terceiro setor, supostamente considerado como acima e além dos interesses de classe. Sua falsa representatividade dos interesses democráticos desencadeia um importante processo de substituição da dimensão de conquista e de direito das políticas sociais pela dimensão da concessão. Do mesmo modo, substitui-se a noção de identidade de classe pela noção de identidades particulares e supraclassista. (MONTAÑO, 2008).

3.1 RECURSOS DO IAS

Com a apresentação da diretoria do IAS, contatou-se a presença maciça de empresários, banqueiros, pessoas jurídicas de renome no campo empresarial de áreas como: telecomunicações, comunicação de massa, bancos, construção civil e fabricantes de veículos automotores. Quanto aos recursos do Instituto o contexto não é diferente.

A base dos recursos do IAS estão vinculados à colaboração dos chamados aliados, licenciados, parceiros e das doações de colaboradores entre outros. Sobre os recursos:

[...] o Instituto conta com 100% dos royalties do licenciamento das marcas Senna, Senninha, Senninha Baby e imagem de Ayrton Senna, doados pela família do piloto, e o investimento de aliados socialmente responsáveis, que querem ajudar a mudar o cenário brasileiro. Conta, também, com parceiros e colaboradores que colocam seu tempo e sua *expertise* à disposição da causa infanto-juvenil. Isto é fruto da co-responsabilidade social que vem transformando a realidade de milhões de crianças e jovens. (IAS, 2009)²⁶.

Os colaboradores do IAS possuem algumas distinções, são elas: os aliados estratégicos constituem as grandes empresas, os parceiros são as pequenas e médias empresas e as doações envolvem todo tipo de colaboradores, que comungam da mesma missão e princípios do instituto. Procurei identificar estes colaboradores e a forma como o IAS organizou o espaço dos recursos e doações em seu site oficial²⁷. Também procurei destacar o envolvimento de recursos públicos e a parceria com o governo, não mencionados pelo IAS com nitidez em sua base de recursos.

Os colaboradores e a dinâmica das doações estão assim apresentados pelo IAS:

Aliados Estratégicos:

Os Aliados Estratégicos ou socialmente responsáveis [...] **são empresas e organizações que possuem o mesmo ideal: prover desenvolvimento humano para as novas gerações.** As empresas constituintes deste contexto afirmam que Aliança estratégica:

[...] se dá entre atores sociais que poderiam atuar isoladamente ou, até, de forma concorrente. Porém, motivados pelo fato de compartilharem um conjunto de valores e princípios comuns, por terem objetivos similares ou complementares e, também, consciência da magnitude e complexidade dos desafios a serem enfrentados, decidem trabalhar conjuntamente no seu enfrentamento. (COMUNICARTE, 2004, p.99)²⁸.

²⁶ IAS - <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/default.asp> - acesso em 10/08/09

²⁷ Site oficial – IAS - <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/default.asp> - acesso em 10/09/09.

²⁸ COMUNICARTE - Agência de Responsabilidade Social, desenvolvida por organizações privadas, governamentais, da sociedade civil ou de cooperação internacional - “Glossário Social (2004)” online – <http://www.comunicarte.com.br/> - acesso em 16/11/2009.

O Instituto Ayrton Senna aposta que, ao reunir esforços e competências diversas, o Brasil conseguirá ter maior equilíbrio social e será bem mais competitivo economicamente.

Lista dos Aliados Estratégicos:

Ale, Banco Triângulo, Bradesco Capitalização, Brasil Telecom, Celpe, Coelba, Cosern, Credicard, Grendene, HP Brasil, Instituto Unibanco, Instituto Vivo, Instituto Votorantim, Intel, Lenovo, LIDE - Grupo de Líderes Empresariais / Empresários pelo Desenvolvimento Humano, Martins Distribuidora, Microsoft Educação, Nívea, Oracle, Santa Bárbara Engenharia, Siemens, Suzano e Vale de Rio Doce. (IAS, 2009).

Licenciados:

Para os licenciados que usam a marca Senna²⁹, com os seguintes personagens: Senninha, Senniha Baby e a imagem de Ayrton Senna. São empresas nacionais e internacionais que usam a marca Senna e compartilham do mesmo princípio do IAS. Elas se consideram empresas conscientes da sua responsabilidade social. **A imagem de Ayrton Senna, piloto, herói e mito, continua a gerar interesse em todo o mundo. São contratos de licenciamento espalhados por diversos países além do Brasil.**

Lista dos Licenciados:

Licenciados Ayrton Senna: HS Indústria e Comércio, Hublot, Meantime, Minichamps, Sid Special Paint, Tony Kart. Licenciados Senninha: Agropecuária Schio, Aloés, Campeiro Alimento, Cepêra Alimentos, Chenson, Crystal NE, Copo de Leite, Diverbrás, Galzerano, Guf Cosméticos, Kalunga, Malharia Brandili, Moinho Arapongas, Petbrill, Rodabrill, Suzano Papel e Celulose, TecnoL, Top Cau, Virmont Produtos Alimentícios. Eventos oficiais: Copa de Xadrez Escolar Ayrton Senna e Latin Sports - Maratona Ayrton Senna Racing Day. (IAS, 2009).

Parceiros:

O IAS apresenta como suas [...] **parceiras pequenas e médias empresas que investem recursos nas suas soluções educacionais. Conta, também, com colaboradores que disponibilizam tempo e talento em favor da infância e adolescência.**

²⁹ O personagem Senninha se destina aos públicos infantil e pré-adolescente. Ele foi lançado pelo próprio Ayrton Senna em 1994 e reúne as qualidades do tricampeão de Fórmula 1: determinação, patriotismo, coragem e inteligência. O personagem, um garoto de oito anos, aparece em desenho animado, produtos alimentícios, roupas, brinquedos, calçados e artigos de papelaria.- <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/default.asp> acesso em - 23/08/09.

Lista dos parceiros:

ALESAT Distribuidora de Petróleo, Almap BBDO, Alog, Atlas Schindler, BCG Boston Consulting Group, Bossa Nova Films, Carglass, Comuniquese, Demarest e Almeida Advogados, Euro RSCG Interaction, Fábrica Comunicação Dirigida, Giovanni+ DraftFCB, Globo.com, HSM, Internexo, JWT Brasil, Latin Sports, Lua Nova, Machado/ Meyer/Sendacz e Opice Advogados, Maxpress, Netza Marketing Promocional e Eventos, Peixoto e Cury Advogados Associados, Qualibest, Rede Dental, Suzano Papel e Celulose, Tech Trade, TV1 Comunicação e Marketing, Umbigo do Mundo, Unisys, Young & Rubicam. (IAS, 2009).

Verifica-se na apresentação dos colaboradores (parceiro, aliados entre outros) a materialização da sociedade civil representada por grupos de elevado poder econômico, que se dizem representante das causas humanitárias e sociais e que decidem acerca das políticas educacionais no país, inserindo efetivamente de maneira consentida pelo Estado a lógica do mercado na gestão pública.

Doações:

As doações são oriundas das pessoas físicas e tem um espaço específico no site do IAS, no item “Doações”. O apelo para os doadores diz o seguinte: “Faça parte deste time e seja doador”.

Então o cidadão escolhe qual a quantidade que irá doar mensalmente e realiza a operação. No ato do cadastro o doador pode optar por dois projetos: combate à repetência e o combate ao analfabetismo. É permitido solicitar o recibo da doação, porém deve estar ciente que o valor não será dedutível do imposto de renda de Pessoa Física.

Na figura 2 que se segue, apresenta-se o formato original da página do IAS, e exemplifico para ilustrar: se doador optar pela “Prata” que é igual a R\$ 80,00/mês, este valor segundo o IAS, poderá atender seis crianças repetentes ou dez analfabetas.

COBRE R\$ 20 /mês	Atende 1 criança repetente	ou 2 crianças analfabetas
BRONZE R\$ 40 /mês	Atende 3 crianças repetentes	ou 5 crianças analfabetas
PRATA R\$ 80 /mês	Atende 6 crianças repetentes	ou 10 crianças analfabetas
OURO R\$ 120 /mês	Atende 9 crianças repetentes	ou 15 crianças analfabetas
PLATINA R\$ 240 /mês	Atende 18 crianças repetentes	ou 30 crianças analfabetas
DIAMANTE Para doar valores acima de R\$ 240/mês		

Figura 2: Campo original das doações disponível no site do IAS.
Fonte: Site do IAS³⁰.

Se o cidadão não quiser ser doador conforme a figura 2, o mesmo poderá se enquadrar em outros valores de doação que são mensais ou doação única, ambas nos valores mínimos de R\$15,00 e também poderá contribuir com a causa do Instituto Ayrton Senna de outras formas: Pode se associar ao cartão de crédito Instituto Ayrton Senna Credicard, ou adquirir o Título de Capitalização Pé Quente Bradesco/ Instituto Ayrton Senna e também comprar os produtos da marca Ayrton Senna.

Completo este item das doações, citando o argumento que o IAS utiliza para promover a contribuição das Pessoas Físicas, relacionados aos projetos que combatem a repetência e o analfabetismo. Estão assim justificados: **De cada 100 alunos matriculados na 1ª série somente 50% chegou ao final da 8ª. Para ajudar a combater este problema o IAS desenvolveu programas educacionais (Acelera Brasil e Se Liga) em escolas públicas do Brasil.**

Segundo o IAS, com doações a partir de R\$ 20,00 ao mês é possível investir no ensino de crianças repetentes e analfabetas, este ato segundo eles viabiliza que as mesmas aprendam e atinjam o sucesso.

³⁰ Site IAS: Doações - <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/default.asp> - acesso em 05/06/09.

Depois de identificar os colaboradores e a forma de organização desses recursos pelo IAS, procurei dar destaque ao envolvimento de recursos públicos e a parceria com o governo não mencionadas pelo IAS.

Com a intenção de resgatar algumas informações sobre os recursos do Instituto não mencionados, busco subsídios nos estudos de Vera Peroni (2006) em que ela destaca que o IAS não menciona o setor público entre os seus parceiros. Este caso também foi percebido em minha análise, o setor público não aparece explicitado junto aos parceiros e aliados. O que se vê em seu site são as empresas e pessoas Jurídicas relacionadas menos o setor público.

Maiolino (2002)³¹ descreve os valores que o MEC destinou aos Programas de aceleração de aprendizagem, frisando que os recursos repassados para o IAS em 1997, foram superiores aos repassados às prefeituras municipais que participavam do projeto. Em 1997 as Prefeituras receberam em reais R\$1.481.821,30 contra R\$1.690.000,00 recebidos pelo IAS. Ou seja, neste caso o IAS embolsou diretamente os recursos público referente ao programa citado.

Com relação ao campo das doações, Peroni (2008) traz um exemplo do Sétimo Fórum Empresarial de Comandatuba, no Seminário Educação Pública de Qualidade para um Brasil Melhor, que foi registrado o valor recorde de R\$ 5.770.000,00 em doações para o IAS e LIDE/EDH³², fruto da “boa ação” dos empresários lá reunidos, valor destinado aos projetos de recuperação do ensino público para todo o país. Um dos empresários que preferiu o anonimato doou R\$

³¹ Fonte: MEC/SEF, 2000, apud MAIOLINO, Elielma Velásquez de Souza. Programa de Aceleração de Aprendizagem como Política Pública Educacional. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2002, p.63.*Prefeitura Municipal **Secretaria Estadual de Educação ***Instituto Ayrton Senna.

³² O grupo EDH - Empresários pelo Desenvolvimento Humano foi criado em setembro de 2002 após a palestra ministrada por Viviane Senna sobre "Responsabilidade Social Corporativa", durante o Meeting Empresarial promovido por João Dória Jr. em Santiago do Chile. Na ocasião Viviane falou da grande distância existente entre os índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, motivando, não só a criação de um movimento inédito na iniciativa privada, o EDH, como também uma aliança com o Instituto Ayrton Senna para buscar uma solução efetiva que ajude a diminuir essa distância entre o Brasil que temos e o Brasil que queremos. Cerca de 20 líderes empresariais conjuntamente com o Instituto Ayrton Senna, passaram a se encontrar para discutir a formação de uma proposta objetiva de atuação. Em reuniões realizadas de setembro a dezembro de 2002, foi definida a causa, estratégia e a ação do grupo, que hoje conta com 70 participantes. Em 2004 o EDH passa a ser o braço social do LIDE, associação destinada a fortalecer o pensamento, o relacionamento e os princípios éticos de governança corporativa no Brasil. Hoje (2010) o LIDE conta com 240 empresas que representam liderança no seu segmento de mercado. Desde então o EDH passa a denominar-se LIDE/EDH - Grupo de Líderes Empresariais/ Empresários pelo Desenvolvimento Humano. Grupo de Líderes Empresariais/Empresários Pelo Desenvolvimento Humano- (LIDE/EDH) - <http://www.lide-edh.org.br/aliados.htm> - acesso em - 18/02/2010.

600mil. No âmbito das doações destaco a medida provisória nº 2.158, reeditada em 24/08/2001 que:

[...] permitiu que as entidades sem fins lucrativos de utilidade pública ou qualificadas como Oscip recebam doações dedutíveis de pessoa jurídica. O benefício é a dedução do imposto de renda das pessoas jurídicas, até o limite de 2% do lucro operacional, antes de computar a dedução. (TACHIZAWA, 2004, p.320).

Nesta relação de “ajuda” sabe-se da chamada renúncia fiscal para aquelas empresas que fazem doações a entidades sem fins lucrativos, no caso do IAS. O que se constata neste contexto é a fragilidade do sistema de fiscalização, que é feita apenas por um setor do Tribunal de Contas da União (TCU) em Brasília, a Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG), eles selecionam alguns casos para analisarem com profundidade com relação ao controle do repasse público as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). (PERONI, 2008).

O que se observa é um abundante investimento de dinheiro público em instituições não estatais que vão de encontro aos problemas de prestação de contas das verbas recebidas. O grande número de ONGs é um fator de alerta com relação ao precário controle dos repasses das verbas públicas. Segundo a avaliação do TCU metade das verbas destinadas as ONGs são desviadas.

Em 2002, o País tinha 22 mil ONGs; em 2006, esse número pulou para 260 mil; em 2007, calcula-se que tenham alcançado a casa das 300 mil, de acordo com informações do senador Heráclito Fortes (DEM-PI), autor do requerimento que cria a CPI das ONGs, a ser instalada em agosto. Num depoimento prestado ao Congresso, em maio, o general Maynard Marques Santa Rosa, secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, informou que só na Amazônia atuam 100 mil ONGs, grande parte de origem estrangeira. Do total de 300 mil, somente 4,5 mil estão legalmente registradas no Ministério da Justiça. Toda essa enormidade de ONGs e Oscips é fiscalizada por apenas 12 funcionários da Justiça. Não é possível um controle efetivo das atividades delas. (TRIANGULO MINEIRO, 2010)³³.

Um dos objetivos já vistos da reforma do aparelho do Estado consta aumentar a governança do Estado, que é melhorar a qualidade da gestão administrativa com eficiência e eficácia. FREY e OLIVEIRA (2006, p.07) discutem que:

³³ TRIANGULO MINEIRO JORNALISMO REGIONAL. Quase metade da verba destinada a ONGs é desviada, avalia TCU. Disponível em: <http://www.triangulomineiro.com/noticia.aspx?catNot=55&id=8470&nomeCatNot=Turismo> Acesso em 16/02/10

A criação de redes e as parcerias público-privadas são processos políticos cada dia mais dominantes no novo mundo urbano fragmentado e são essenciais para a abordagem da governança. Governar torna-se um processo interativo porque nenhum ator detém sozinho o conhecimento e a capacidade de recursos para resolver problemas.

Governança é um termo presente no contexto das políticas públicas e nos discursos dos atores e das redes da sociedade civil. É muito difundido no âmbito internacional pelo Banco Mundial e suas agências. Esta integração se deve as novas tendências de gestão compartilhada e intersetoriais que se configuraram nas reformas nacionais. Entendendo governança como um processo interativo que envolve o setor público, o mercado, terceiro setor, com a ideia que nenhum ator detém sozinho o conhecimento e os recursos para resolver os problemas. (FREY, 2007).

Com a alegação por parte das organizações não governamentais e do próprio IAS quanto à ineficiência do Estado em gerir os recursos públicos e reduzir os altos índices de fracasso no desempenho escolar, relaciono esta ideia de governança ao discurso do IAS que [...] **acredita na transformação do país a partir da corresponsabilidade dos três setores - organismos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil - para desenvolver políticas públicas que, atuando em escala, favoreçam a criança e o adolescente, interferindo positivamente nas suas realidades.** Este discurso disseminado pelo instituto corrobora com a proposta do Banco Mundial:

[...] de transferir responsabilidades para a sociedade, materializada no Brasil pelo Plano de Reforma do Estado, é parte do diagnóstico neoliberal, partilhado pela Terceira Via, de que o Estado entrou em crise, tanto porque gastou mais do que podia para se legitimar, pois tinha de atender às demandas da população por políticas sociais, o que provocou a crise fiscal, quanto porque, ao regulamentar a economia, atrapalhou o livre andamento do mercado. (PERONI, 2006, p.124).

Por meio das conquistas dos marcos legais do terceiro setor na década de 1990, evidenciaram-se os processos de parcerias público-privadas, abrindo-se as possibilidades efetivas para que a iniciativa privada colocasse em operação a sua agenda neoliberal e terceirossetoriana no interior do aparelho do Estado.

Os processos de redefinição do papel do Estado são materializados pelas políticas educacionais, que reorientaram a relação entre o público e o privado:

Por meio das parcerias, podemos verificar principalmente dois movimentos: o público não-estatal e o quase-mercado, pois as instituições que fazem parceria com o sistema público são do Terceiro Setor, ou chamadas de públicas não-estatais, e as parcerias ocorrem como forma de estabelecer a lógica do privado no público, o chamado quase-mercado. Com o quase-mercado, a propriedade permanece sendo estatal, mas a lógica de mercado é que orienta o setor público, principalmente por acreditar que o mercado é mais eficiente e produtivo que o estado. É interessante destacar que, apesar da estratégia principal do neoliberalismo ser a privatização e da Terceira Via ser o terceiro setor, as duas teorias sustentam este pensamento [...] (PERONI, 2008, p.115).

Operando com suas tecnologias sociais inseridas nas políticas públicas, o IAS acredita que seus programas [...] **são soluções educacionais em grande escala que ajudam a combater os principais problemas da educação pública do País**. Os empresários começam a perceber que vincular a imagem de suas empresas ao desenvolvimento de ações com características de responsabilidade social “dá lucro”, e por isso, grandes empresas privadas se aliam a essa ideia. (SOUZA, 2008). Estes Programas como veremos adotam o método gerencial “gerencialismo” ou a gestão por resultados no contexto da administração das escolas públicas estaduais e municipais.

3.2 PROGRAMAS

O Instituto Ayrton Senna (IAS) atua ao longo de quinze anos de existência, e se fortaleceu com a oferta de programas chamados também de tecnologias sociais. Essas são consideradas soluções criativas, flexíveis, eficazes deflagradas em escala visando gerar transformações permanentes na educação de crianças e jovens no âmbito da escola e fora dela com a educação complementar. Segundo o IAS os [...] **programas foram criados e implementados com estratégias e metas pré-definidas. Recebem acompanhamento e avaliações sistemáticas para alcançar um único objetivo: o sucesso do aluno na escola**. (IAS, 2010).

Os conteúdos contidos nos textos divulgados pelo IAS, veiculados em seu *site* institucional, publicações, periódicos entre outros, caracterizam um discurso persuasivo ao expressar suas ideias e projetos.

Shiroma, Campos e Garcia (2005, p.9) advertem para necessidade de considerar as estratégias de persuasão do leitor presentes nas narrativas que

constituem os textos. Se observarmos no depoimento que se segue, de Viviane Senna, verificaremos a ênfase no uso do pronome possessivo “nosso” que de certo modo tem a função de chamar o leitor para assumir junto com IAS a grande missão de salvar a educação pela via do “desenvolvimento humano”.

Antes da exposição dos programas, apresento o depoimento de Viviane Senna, contextualizando sua preocupação e posicionamento frente à presidência do IAS, em prol da qualidade na educação brasileira:

Vimos na mídia, há algum tempo, os últimos resultados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB). Não vou dissertar sobre esses números, porque já nos são conhecidos. O que quero ressaltar é que o mau desempenho dos alunos do Ensino Médio é, sem sombra de dúvida, reflexo da má qualidade da educação do Ensino Fundamental. Diante disso, o desafio do País para mudar esse cenário é gigantesco. No entanto, não é impossível. Estamos caminhando para o que considero primordial: a conscientização da sociedade de que a educação é a principal via de desenvolvimento humano de um país. Enquanto não garantirmos oportunidades educativas de qualidade, ficaremos no mesmo passo, viveremos em uma nação que, embora tenha um dos PIBs mais altos do mundo, permanece como “lanterninha” nas questões mais básicas, que garantem seu crescimento pleno. A educação de qualidade não é responsabilidade de alguns. Tornou-se tão urgente e fundamental que deve ser fatiada entre todos os setores da sociedade. E, para mudá-la, é importante parar com discursos vazios e ações pontuais. É preciso arregaçar as mangas, envolvendo a todos, cada um cumprindo o seu papel. É hora de traçar metas claras e ambiciosas e implementar sistemas. (CENA, 2007, p.05).

O IAS levanta efetivamente sua bandeira e persuade o leitor a acompanhá-lo alegando que o Brasil necessita combater seus problemas crônicos e históricos no que tange a qualidade do serviço público educacional. Aponta as falhas neste contexto, intitulado-se o provedor destas soluções.

Os programas ou tecnologias sociais abrangem três grandes áreas, inseridas nas políticas públicas das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios brasileiros por meio das parcerias, apresento resumidamente esta áreas: (IAS, 2010)³⁴.

Educação Formal: foca na gestão da educação com abrangência em quatro esferas: aprendizagem, ensino, rotina escolar e política educacional aplicadas nas redes de ensino municipais e estaduais. Programas: – Acelera Brasil – Se Liga – Circuito Campeão – Gestão Nota 10;

³⁴ Site do IAS – <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/default.asp> - acesso em 10/01/10.

Educação complementar: procura preencher com opções que realmente façam diferença na vida do aluno em horário alternado ao da escola, permitindo que este se desenvolva plenamente. Programas: - SuperAção Jovem – Educação pela Arte – Educação pelo Esporte;

Educação/tecnologia: busca oferecer a inclusão digital necessária para oportunizar uma melhor inserção no mercado de trabalho. Programas: – Escola Conectada – Comunidade Conectada.

Percebe-se nos programas do IAS alguns indicadores que compuseram a agenda das reformas educacional brasileira nos anos 1990, em especial no governo FHC. Tais como: a gestão por resultados, ações direcionadas para os critérios da qualidade, gerência, eficiência, controle e avaliação entre outros. Atualmente o IAS trabalha com estes indicadores de qualidade no âmbito das políticas públicas educacionais, por meio das parcerias com as Secretarias de educação municipal e estadual. A “gestão por resultados” é um princípio adotado e difundidos pelo Instituto em todas as suas ações. Reitero na concepção de Ball (2004) trata-se da cultura organizacional disseminando práticas que melhoram a eficiência e o desempenho das instituições. Uma nova abordagem administrativa para enfrentar os desafios da competitividade.

3.2.1 Rede vencer

A Rede Vencer³⁵ é um portal on-line da área de Educação Formal pertencente ao Instituto Ayrton Senna (IAS) em Parceria com a AUGE³⁶ Tecnologia e Sistemas. Esta rede serve como canal de comunicação entre todos os profissionais das redes de ensino pública parceiras, favorecendo ações pedagógicas nos programas: Gestão Nota 10, Circuito Campeão, Se Liga e Acelera Brasil. Quanto a Auge, foi criada em 1995, com 100% de capital nacional privado.

³⁵ <http://www.redevencer.org.br/> - acesso em 20/02/2010.

³⁶ <http://www.auge.com.br/> - acesso em 20/02/2010.

[...] é uma empresa de gestão e gerência de projetos educacionais para o setor público e privado. Seus projetos implementam metodologias voltadas para eficácia da gestão escolar, administrativa, acadêmica e pedagógica. Possui vasta experiência na utilização de sistemas de tecnologia de informação, comunicação e Internet, para o desenvolvimento de Ambientes Colaborativos de Ensino e Aprendizagem, Sistemas de Gestão Educacional e tecnologias de Gestão de Projetos Educacionais e Melhoria de Processos de Gestão Educacional. (AUGE, 2010)³⁷.

A consolidação da AUGE no cenário brasileiro fez com que em 2001 fosse selecionada pelo “Instituto Ayrton Senna (IAS) e pela Fundação Banco do Brasil como fornecedora da solução de Gestão Escolar para os projetos [...] (AUGE,2010).

O que se constata nesta parceria do IAS com a AUGE é mais um afiliado ao grupo que se articula às causas educacionais advindo do contexto empresarial, concebida pelo capital privado. A presença do capital privado na educação pública só reforça e comprova a ideia gerencialista e mercadológica dos processos educacionais. [...] pois as instituições que fazem parceria com o sistema público [...], [...] ocorrem como forma de estabelecer a lógica do privado no público, o chamado “quase-mercado”. (PERONI, 2008, p.115).

A Rede Vencer envolve instituições e pessoas em torno de um objetivo comum, o desenvolvimento humano pautado pela gestão do processo educacional. A Rede vencer é:

[...] articulada pelo Instituto Ayrton Senna, é impulsionada por redes de ensino estaduais e municipais que optaram por fazer a diferença na vida de seus alunos e de suas comunidades pela via da educação formal. Ela é o espaço virtual disponibilizado para trocas de informações, compartilhamento de pesquisa e inovações, de preocupações e dificuldades, transferências e difusão de tecnologias, etc. Mas também de soluções para problemas comuns, com padrões de conduta calcados nos valores da liderança competente, do compromisso, da motivação e da criatividade responsável. (REDE VENCER, 2010)

A Rede Vencer trabalha basicamente com os Programas da Educação Formal (Gestão Nota 10, Circuito Campeão, Se Liga e Acelera Brasil), para os quais detalho a função de cada um, de acordo com a sua publicação no site da Rede Vencer (IAS, 2010)³⁸:

Gestão Nota 10 – Atua no gerenciamento das rotinas nas escolas e secretarias para melhoria da qualidade do ensino. No período de 2002 a 2009

³⁷ <http://www.auge.com.br/> - acesso em 20/02/2010.

³⁸ <http://www.redevencer.org.br/> - acesso em 20/02/2010

registra-se o atendimento de 4.871.244 crianças e jovens. O programa está direcionado aos diretores das escolas públicas e as equipes das secretarias de ensino e a eles são oferecidas capacitações e ferramentas gerenciais. O objetivo é elevar a qualidade da aprendizagem de forma equitativa, incluindo princípios de gestão nas quatro esferas da educação formal: aprendizagem, ensino, rotina escolar e política educacional. E também fortalecer a competência técnica das lideranças e das equipes de trabalho. (IAS, 2010).

Os Programas são regulados por indicadores e metas inseridos no contexto das escolas e secretarias de educação. Suas ações estão diretamente ligadas aos diretores de escola e equipes das secretarias de educação. Os indicadores sucesso são: - Cumprimento de 100% das 800 horas mínimas de aula; - 98% de frequência de professores e alunos; - 95% de alfabetização ao final da 1ª série (sete anos de idade); - 95% de aprovação; - Somente 2% de reprovação por falta - abandono e; - 95% de fluxo escolar corrigido, no mínimo. (IAS, 2010).

Fica evidente nestes indicadores de sucesso o nível de exigência frente às possibilidades de no contexto da prática, serem efetivamente cumpridos e assumidos por todos. Uma hipótese é esses indicadores serem negligenciados ou até mesmo manipulados em virtude do seu cumprimento estar vinculada a possível pressão do órgão governamental ou Secretaria de Educação.

A adoção de indicadores não garante por si só a melhoria na educação, ela estimula o que Ball denomina como possibilidade de interpretação e recriação das políticas no contexto da prática. Na concepção de Ball, Bowe e Goldl (1992), no contexto da prática as políticas ficam a mercê de interpretações dos grupos atuantes nesse nível. A leitura e materialização das diretrizes na prática sofrem também influências desses contextos, se modificam no seu sentido original e estão sujeitas a novas interpretações e recriações. (MAINARDES, 2006).

Para além destes indicadores de sucesso, poderia ser proposta discussões de concepções de avaliação, aprendizagem, alfabetização que certamente ampliaram as possibilidades quanto a melhorias na qualidade.

Circuito Campeão – Atua no gerenciamento da aprendizagem nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental (1ª à 4ª). No período de 2004 a 2009 registra-se o atendimento de 2.266.437 crianças e jovens:

Trabalha nos primeiros anos do ensino fundamental, introduzindo ferramentas de gestão da aprendizagem com objetivos de garantir o desenvolvimento de

habilidades de leitura, escrita, cálculos, compreensão de fenômenos naturais e sociais, que contribuam para permanência do aluno na escola. (IAS, 2010).

As ações priorizam políticas de alfabetização e de acompanhamento das quatro primeiras séries do ensino fundamental, os objetivos são: - **Qualificar a aprendizagem dos alunos matriculados na 1ª fase do Ensino Fundamental através de processos gerenciais e pedagógicos;** - **Acompanhar sistematicamente o alcance de metas definidas para indicadores do sucesso de alunos e redes de ensino, e** - **Fortalecer, nas unidades escolares e nas secretarias de educação, equipes comprometidas com resultados positivos para todos os alunos.** (IAS, 2010).

Se Liga - Combate o analfabetismo de alunos com distorção idade/série nos primeiros anos do ensino fundamental. No Período de 1999 a 2009 registra-se o atendimento de 579.032 crianças:

O programa tem caráter emergencial, pois contribui para correção de fluxo escolar nas primeiras séries, do ensino fundamental combatendo o analfabetismo e diminuindo a evasão escolar. Seu objetivo é alfabetizar crianças que repetem porque por não sabem ler nem escrever, para que possam frequentar o Acelera Brasil e retornar à rede regular. (IAS, 2010).

O seu funcionamento destina-se para aqueles alunos que repetem um ou mais anos, para eles é feita uma avaliação para verificar qual nível de leitura e de escrita que se encontram. Caso não demonstre o desempenho esperado, o mesmo irá para o Se Liga. O atendimento ocorre em sala específica com capacidade para no máximo 25 alunos com professores capacitados. Neste trabalho é dado ênfase na leitura e materiais específicos que facilitaram a qualificação da aprendizagem. (IAS, 2010).

IAS se refere bastante aos termos capacitação ou treinamento de suas equipes de trabalho, termos usados e mais amoldados ao contexto empresarial. Verificou-se esta posição no discurso do idealizador do Programa de Aceleração da Aprendizagem (atual Acelera Brasil) João Batista Arujo e Oliveira:

[...] pode-se afirmar que o Programa de Aceleração da Aprendizagem, na verdade, constitui um programa de retreinamento e de reconversão dos professores, de uma cultura da repetência para uma pedagogia do sucesso. O que se deseja é apenas um professor treinado. (OLIVEIRA, 1999, p.93).

Ações quanto ao treinamento ou doutrinação dos professores e equipes no contexto educacional são práticas contraditórias aos ideais de autonomia desses profissionais, que recebem todos os materiais prontos juntamente com suas sistemáticas operacionais. “A gestão educacional é fortemente influenciada pela ideologia de que o mercado é parâmetro de qualidade, o que leva muitos sistemas públicos a buscarem parceria com instituições que vendem produtos com a promessa de qualidade” (PERONI, 2008 , p.115). Como se fosse possível conceber “autonomia” e “gestão democrática” como produtos vendáveis. (PERONI, 2008).

Acelera Brasil - Aceleração de aprendizagem de alunos com distorção idade/série nos primeiros anos do ensino fundamental. No período de 1997 a 2009 - registra-se o atendimento de 601.424 crianças:

É um programa de correção de fluxo do ensino fundamental, que combate a repetência que gera a distorção entre a idade e a série, também atuando no combate do abandono escolar. Seu objetivo é contribuir para que o aluno, em um ano, alcance o nível de conhecimento esperado para a primeira fase do Ensino Fundamental, podendo avançar no seu processo escolar. (IAS, 2010).

De acordo com o aproveitamento dos alunos do Acelera, ele poderá realizar duas séries em um ano letivo, já que não se trata de promoção automática. Seu funcionamento se dá com alunos alfabetizados que repetiram o ano, eles são reunidos em salas com até 25 crianças, sendo acompanhados por um professor capacitado para aplicar a metodologia do Programa. (IAS, 2010). Para Oliveira (1999, p.12):

O programa de Aceleração da aprendizagem não é uma proposta pedagógica: propõe-se a alterar a política educacional e a substituir a cultura da repetência pela pedagogia do sucesso. O problema da repetência é político. Sua solução, portanto, requer que se altere a política educacional e que a norma da repetência deixe de ser aceitável. Essa nova política pode ser expressa em duas frases: a escola só é boa quando o aluno aprende. O professor só é bem sucedido quando o aluno dá certo e é feliz.

Com o detalhamento do contexto dos programas, pode-se observar que eles geram muitos dados e informações estatísticas, indicadores, metas, ou seja, uma variedade de números ou resultados que necessitam ser incluídos no Sistema Instituto Ayrton Senna de Informações (SIASI) para que se efetue as análises. No entanto o profissional da educação que estiver inserido neste contexto deverá ter como pré-requisitos, habilidades administrativas e gerenciais, pois:

[...] o programa necessita de um gerente. O gerenciamento é um dos maiores calcanhares de Aquiles da administração pública brasileira, e é particularmente sofrível na área da educação. O sucesso de um programa de correção do fluxo escolar requer a designação de um coordenador com experiência gerencial e total sintonia com o líder do programa. Não se trata, por exemplo, de designar um professor que está sem função para cuidar do programa. Trata-se de identificar o melhor quadro profissional possível de ser recrutado dentro ou fora do sistema educacional e colocá-lo para viabilizar a prioridade política. (OLIVEIRA, 1999, p.63-64).

A Rede Vencer conta com o SIASI que foi concebido para gerenciar a qualidade dos Programas da Educação Formal do IAS.

O Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação (SIASI) registra as informações educacionais dos estados e municípios parceiros por meio da coleta de dados das escolas e da sua consolidação no âmbito das secretarias de educação. O sistema permite a rápida tomada de decisão a partir de relatórios de análise e de intervenção, visando a melhoria da aprendizagem e o sucesso do aluno. (REDE VENCER, 2010).

Destaca-se que o IAS é possuidor de abundante conteúdo e informações dos seus municípios parceiros, possibilitando uma visão detalhada de cada escola, palco das tomadas de decisões com base nos resultados coletados e analisados. O que se pode ver nessa relação é todos os dados das redes públicas ficarem arquivadas sobre o poder de uma organização não estatal como chama atenção Peroni em sua pesquisa:

O SIASI registra as informações educacionais dos municípios parceiros, por meio da coleta de dados das escolas e de sua consolidação no âmbito das secretarias de educação. Verificamos, no município pesquisado, que, para manter os dados neste cadastro, os municípios pagam R\$ 150,00 mensais. Questionamos o que leva os municípios a terem um trabalho enorme para cadastrar, mensalmente, os pormenores dos seus dados no Siasi e ainda a pagarem por isso. Por meio desse cadastro pormenorizado, o instituto tem uma riquíssima fonte de dados, invejável até para nós, pesquisadores. (PERONI, 2006, p.119).

Esta questão chama atenção, pois os municípios alimentam um sistema que não é seu em contrapartida ficam subordinados a uma empresa parceira para que os dados permaneçam disponíveis e atualizados. Neves e Pronko ressaltam:

[...] que essas iniciativas brasileiras, na tentativa de administrar sua forte tendência privatista na área educacional, não vêm seguidas pela redefinição da natureza da educação escolar executada até então. Pelo contrário, a submissão da escola em todos os níveis e modalidades aos interesses econômicos e ético-políticos imediatos do mercado vai cada vez mais se efetivando, na medida em que as tecnologias de informação e comunicação

(TICS) entram mais sistemática e intensamente na produção da existência de um conjunto sempre mais abrangente da população e a organização docente e popular em geral corroboram em grande parte, por desconhecimento ou por consentimento, as diretrizes filosóficas e político-pedagógicas das reformas educacionais levadas a termo por representantes e aliados da burguesia brasileira. (NEVES; PRONKO, 2010, p.108).

3.2.2 Abrangência dos programas

Registra-se, o Programa de Aceleração de Aprendizagem como pioneiro do IAS:

Já vem sendo implementado na rede pública estadual do Maranhão desde 1995, na de Minas Gerais desde 1997, e em 24 municípios de todo o país, no projeto denominado Acelera Brasil, liderado pelo Instituto Ayrton Senna e co-patrocinado pela Petrobras. (OLIVEIRA, 1999, p.13).

Nas tabelas a seguir exponho a abrangência dos programas da Rede Vencer - IAS em todo Brasil e também nos municípios parceiros de Santa Catarina (REDE VENCER, 2010):

Tabela 1: Matrícula Inicial de alunos em 2009 - Abrangência nacional - BRASIL

BRASIL					
	Gestão Nota 10	Circuito Campeão	Se Liga	Acelera Brasil	Total
Municípios	349	565	579	482	848
Alunos	960638	526749	48415	34018	1

Fonte: SIASI - GP³⁹

Na tabela 1, pode-se verificar que o Programa Se Liga é o mais empregado no âmbito nacional, e o Programa Gestão Nota 10 atente o maior número de crianças. Os números que se seguem mostraram-se expressivos quanto aos estados e municípios envolvidos.

³⁹ Rede Vencer: Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5. "Onde estamos..." - <http://www.redevencer.org.br/> - acesso em 20/02/2010

Tabela 2: Matrícula Inicial de alunos nos Estados e municípios brasileiros em 2009

Estados	Municípios	Alunos
Acre	0	0
Alagoas	4	20851
Amazonas	1	4941
Bahia	8	46987
Ceará	1	25528
Distrito Federal	14	6461
Espírito Santo	4	23760
Goiás	3	17999
Maranhão	1	2644
Minas Gerais	1	681
Mato Grosso do Sul	0	0
Mato Grosso	2	5698
Pará	2	61937
Paraíba	172	52673
Pernambuco	184	818068
Piauí	104	149668
Paraná	1	23022
Rio de Janeiro	0	0
Rio Grande do Norte	2	16070
Rondônia	1	3852
Roraima	15	49785
Rio Grande do Sul	118	27442
Santa Catarina	11	54064
Sergipe	59	21093
São Paulo	4	50508
Tocantins	136	86088

Fonte: SIASI - GP

Na tabela 2, o estado que tem mais municípios parceiros aos programas é Pernambuco. Tocantins é o estado que atente maior número de crianças.

Tabela 3: Matrícula Inicial de alunos no Estado de Santa Catarina em 2009.

Santa Catarina					
	Gestão Nota 10	Circuito Campeão	Se Liga	Acelera Brasil	Total
Municípios	11	1	0	0	11
Alunos	44557	9507	0	0	54064

Fonte: SIASI - GP

Na tabela 3, o programa mais utilizado é o Gestão Nota 10, sendo que o Programa Circuito Campeão aparece em um só município do estado, divulgado na tabela 4.

Tabela 4: Matrícula Inicial de alunos nos municípios de Santa Catarina em 2009.

Municípios	Gestão Nota 10	Circuito Campeão	Se Liga	Acelera Brasil	Total
Balneário Camboriú	9624	0	0	0	9624
Balneário Piçarras	1966	0	0	0	1966
Bombinhas	1247	0	0	0	1247
Camboriú	6584	0	0	0	6584
Ilhota	555	0	0	0	555
Itajaí	8651	9507	0	0	18158
Itapema	5642	0	0	0	5642
Luís Alves	509	0	0	0	509
Navegantes	6645	0	0	0	6645
Penha	1829	0	0	0	1829
Porto Belo	1305	0	0	0	1305

Fonte: SIASI - GP

Na tabela 4, pode-se conferir que no Programa gestão Nota 10 os municípios que mais atendem crianças são, Balneário Camboriú e Itajaí. O município que menos atende é Luís Alves. O município que apresenta dois programas (Gestão Nota 10 e Circuito Campeão) é Itajaí. Este município foi um dos primeiros do estado a firmar parceria com o IAS. Conjetura-se que os municípios que realizam parcerias estão objetivando, qualidade e dar visibilidade a suas ações políticas.

[...] a gestão está na essência dos Programas do Instituto Ayrton Senna e caracteriza suas ações, de forma a colaborar com os municípios e estados parceiros na adoção de práticas e ferramentas que confirmam eficiência e eficácia às suas políticas públicas na área da educação. A gestão, entendida como articulação entre os diversos tipos de recursos – humanos, materiais e financeiros – e os conhecimentos existentes em todos os níveis, não é uma simples formalidade. (CENA, 2008, p.05).

Os números do IAS apresentados nos quadros da abrangência foram expressivos, o que denota uma ascensão do método gerencial no âmbito nacional. A tendência é que estas organizações se consolidem cada vez mais e cresçam no contexto das políticas públicas educacionais do país.

Saraiva (2006, p.35) revela que:

Sem dúvida, há um papel não cumprido adequadamente no setor público, mas isso tem a ver também com a capacidade de articulação da sociedade civil para cobrar da esfera pública que suas demandas sejam satisfeitas – e não apenas com a reificação do terceiro setor como única saída – , pois isso é particularmente interessante para o *lobby* capitalista pró-ONGs. A mídia constrói mitos por meio das repetições de apelos, e, entre eles, está o de que a população deve esperar que as coisas aconteçam, não atuando de forma proativa.

Neste universo das soluções e programas disseminados pelo Instituto Ayrton Senna (IAS), o que rege é a lógica gerencialista. A autonomia e a democracia ficam prejudicadas nesta relação, pois as rotinas, as metas e soluções contidas nestes programas estão todas dadas ou prontas. Além disso, o educador ou profissional da educação necessita se amoldar a uma figura de gerente, para poder se adequar as exigências requeridas por tal parceria com o terceiro setor. Estas evidências foram palpáveis nas ações do IAS, que:

[...] passou a definir as responsabilidades de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional no município ou estado. Por exemplo, na sistemática de acompanhamento do Programa Gestão Nota 10, estão elencadas as responsabilidades do governador/prefeito, secretário da educação, coordenador Gestão Nota 10, diretor e superintendente escolar (nomenclatura para os cargos utilizados pelo IAS). (PERONI, 2008, p.122).

Segundo declaração de Margareth Goldenberg, Diretora Executiva do Instituto: “Assim como os processos utilizados no segundo setor, as ações educacionais do Instituto foram estruturadas com a mesma lógica empresarial, criando estratégias focadas em resultados”. (CENA, 2008, p.20).

É voz corrente que o terceiro setor se desenvolve para cumprir atividades sociais que deveriam ser exercidas pelo primeiro setor (Poder Público) em razão da falência desse. Nada mais simplista. O Estado capitalista está longe de ter falido. Ocorre que, em sua versão neoliberal, os objetivos do Estado Capitalista contemporâneo mudaram de direção e tem efetivamente abandonado ou privatizado algumas de suas atividades. (FARIA; FARIA, 2006, p.109).

Assim, com este capítulo foi identificado quem são os atores (diretoria, conselhos, aliados e parceiros) que constituíram a rede de alianças sociais estratégicas do IAS, e sua incorporação na gestão das políticas públicas educacionais no país. Também foram apresentados seus Recursos e Programas da Educação Formal, chamados de “Soluções Educacionais” ressaltando por fim a abrangência dos programas no âmbito nacional.

CAPÍTULO IV REDES SOCIAIS E POLÍTICAS MAIS AMPLAS

Este capítulo trata das redes sociais e políticas mais amplas que contribuíram e deu legitimidade a ação do IAS. Nesse sentido, destaca-se a filiação do IAS e seus parceiros aos princípios defendidos e recomendados pelos Organismos Internacionais.

O IAS além de sua filiação apresenta alguns *links* em seu *site*, de organizações e programas envolvidos com desenvolvimento humano, educação e questões que são direcionadas às novas gerações. Entre inúmeras organizações importantes evidenciam-se: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). (IAS, 2010)⁴⁰.

Inicialmente, para compreender a rede de alianças e parcerias mais amplas com as quais o IAS mantém vinculação destaca o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). O Grupo posiciona-se como emblemático “na promoção e fortalecimento político-institucional de seus associados de origem empresarial entre outros que realizam investimento social voluntário, voltado ao interesse público” (GIFE, 2010).

4.1 A REDE DE ASSOCIADOS - GIFE

O GIFE destaca-se por gerenciar uma grande rede de associados entre eles institutos, fundações e entidades privadas, além disso, também direciona seus trabalhos para a educação, sendo parceiro do movimento “Todos pela Educação”. Em seu *site* institucional foi possível coletar subsídios para essa discussão. Sua missão é “Aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum” e seu objetivo é:

⁴⁰ <http://senna.globo.com/> - acesso em 11/01/10.

Contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica de institutos e fundações de origem empresarial e de outras entidades privadas que realizam investimento social voluntário e sistemático, voltado para o interesse público. (GIFE, 2010)⁴¹.

O IAS é uma destas organizações afiliadas ao GIFE que busca seu fortalecimento como uma organização não governamental, sem fins lucrativos, pois sua atuação envolve esforços com empresas, organizações públicas e do terceiro setor, atuando em todo o Brasil no campo educacional por meio das parcerias público-privadas. Para Ball (2004, p.1109):

Cada vez mais, as políticas sociais e educacionais estão sendo articuladas e legitimadas explícita, direta e, muitas vezes, exclusivamente em função do seu papel em aumentar a competitividade econômica por meio do desenvolvimento das habilidades, capacidades e disposições exigidas pelas novas formas econômicas da alta modernidade.

Os associados ao GIFE dispõem de subsídios, informações qualificadas, capacitação por meio de oficinas, cursos, encontros com especialistas brasileiros e internacionais, espaço para troca de ideias e experiências, estímulo a parcerias na área social entre o setor privado, Estado e a sociedade civil organizada. Todos os trabalhos segundo o GIFE estão alicerçados nos princípios da eficácia e da excelência, além de trabalhar para o aperfeiçoamento e difusão dos conceitos e práticas do investimento social privado. (GIFE, 2010).

O GIFE tem o compromisso de fortalecer as bases de sua missão, pois é com ela que se busca dar os direcionamentos adequados aos seus associados, fortalecendo a sua rede, a partir da oferta de diferentes suportes. (GIFE, 2010). O GIFE foi:

[...] a primeira associação da América do Sul a reunir empresas, institutos e fundações de origem privada ou instituídos que praticam investimento social privado - repasse de recursos privados para fins públicos por meio de projetos sociais, culturais e ambientais, de forma planejada, monitorada e sistemática. (GIFE, 2010).

Nos limites do presente estudo não foi possível reconstituir em profundidade toda a rede de empresas e expoentes “que praticam investimento social privado” no país. Assim, a pesquisa focou os propósitos anunciados pelo GIFE e relacionou os nomes dos atores a ele vinculados. Foi possível ver o quanto estas organizações

⁴¹ Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) - <http://site.gife.org.br/> - acesso em 14/01/10.

influenciam direta e indiretamente nas políticas brasileiras e são, na maioria das vezes, despercebidos frente aos processos democráticos do país.

Analisando esses aspectos Warren e Lüchmann enfatizam a emergência de um novo paradigma e uma nova relação entre o Estado e sociedade que passam a ser preenchidas por ingredientes pautados nas idéias de: parceria público-privado, terceiro setor, responsabilidade social, filantropia empresarial e solidariedade. “É neste contexto que as ONGs passam a ocupar lugar de destaque na execução de ações e programas sociais desenhados a partir de uma orientação política pautada nos princípios da participação solidária, da focalização e do voluntariado” (WARREN; LÜCHMANN, 2004, p.17).

Baptista (2006, p.42) considera que o:

Terceiro Setor, Sociedade Civil, Responsabilidade Social, Economia Solidária, Economia Popular são jargões de uma verdadeira cruzada contra os efeitos excludente da globalização econômica que estende seus braços pelos continentes.

O ponto central do GIFE é fortalecer a sociedade civil, aqui considerada no seu sentido “positivo”. Por isso o Grupo se considera um grande estrategista no gerenciamento, articulação e na construção sistemática de parcerias. Assume-se também como responsável pelo conteúdo, conhecimento, proporcionando aos associados acompanhamento juntamente com as ferramentas adequadas que possibilitam melhorar a qualificação do grupo para a prática social e pelas ações sociais que buscam visibilidade e representatividade na sociedade como um todo. (GIFE, 2010).

Neves e Pronko (2010, p.106) afirmam que:

Essas ações assistenciais focalizadas do novo Estado gerencial, de alívio à pobreza e de manutenção da paz social, funcionam como estratégias governamentais de manutenção da hegemonia burguesa por meio da descompressão social, como instrumento formador de uma nova socialibilidade do capital, pela promoção de uma cidadania voluntária.

Em virtude das parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil Ball (2004, p.1109-1110), considera que a mudança no papel do Estado:

[...] faz parte de uma transformação mais ampla na arquitetura política. E a mudança da responsabilidade (do Estado) para a realização para a responsabilidade com a mensuração e a auditoria abre a possibilidade de duas outras mudanças políticas. Primeiro, uma vez livre da

responsabilidade exclusiva pela prestação direta de serviços, o Estado pode considerar vários prestadores potenciais de serviços – públicos, voluntários e privados. Isso introduz contestabilidade e concorrência entre prestadores potenciais na base de “o melhor serviço” e/ou valor pelo dinheiro, e envolve o uso de modelos comerciais de licitação e contratação. Segundo, isso performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar também permite considerar modelos alternativos de financiamento, e a participação de financiadores privados para desenvolver a infra-estrutura do setor público.

Assim, o GIFE nasce junto ao processo de redemocratização do país, com a tarefa de fortalecer a sociedade civil, representando e aglutinando a classe empresarial brasileira que se diz conscientes dos desafios sociais existentes, procurando resolvê-los em parceria com o Estado. Neves e Pronkos (2010, p.107) discutem que:

A criação burguesa do Estado necessário se manifesta como estratégia de intervenção mais incisiva do Estado no crescimento econômico e na justiça social, por meio de estratégias de alívio à pobreza gerada pelo aumento em proporções sempre crescente da miséria em nível mundial. O Estado necessário, mais próximo do povo, implementa a nova ideologia desenvolvimentista burguesa e as estratégias da nova pedagogia da hegemonia. Tendo como limite a manutenção das relações capitalistas da produção da existência e o equilíbrio instável do compromisso entre as classes e as frações de classe na atualidade, o Estado necessário, mesmo sem abandonar a política de parcerias e a ideologia da conciliação de classes, recomeça aos poucos a assumir diretamente ações econômicas destinadas a interferir na chamada questão social.

Em seu site Institucional o GIFE situa o momento e contexto histórico de sua origem assim como suas iniciativas. Considera que a incapacidade do Estado frente à corrupção do sistema social, foram determinantes para que o empresariado interferisse e assumisse as obrigações com o bem comum.

No início dos anos 90, o Brasil assiste à ampla difusão dos conceitos de terceiro setor e responsabilidade social empresarial. Também intensifica-se nessa fase o debate internacional sobre a crescente incapacidade do Estado de cumprir sozinho suas obrigações no campo do bem comum. No mesmo período, o desgaste das ações filantrópicas na opinião pública, provocado pela corrupção no sistema social e na Legião Brasileira de Assistência (LBA), levou o grupo a mostrar ao país que havia muitas organizações realizando um trabalho sério na área social, investindo recursos privados com fins públicos. (GIFE, 2010)

Neves e Pronko (2010, p.99) analisam esse “investimento de recursos privados com fins públicos” como uma intervenção constitutiva do político-Estado (ou político-ideológico) nas relações de produção e reprodução da existência.

Não é, portanto, uma intervenção de fora, tal e como é colocada pela doutrina liberal de Estado, mas uma imbricação específica, determinada e determinante, entre as relações de produção (espaço específico de constituição das classes) e as relações de dominação/subordinação político-ideológica que, sob o capitalismo, constitui a ossatura material própria do Estado capitalista. (NEVES; PRONKO, 2010, p.99).

No ano de 1989 surgiu o GIFE em São Paulo de maneira informal, e instituiu-se formalmente em 1995, com a elaboração do seu Código de Ética. O GIFE fundamenta-se no fortalecimento político-institucional, na capacitação e no apoio à atuação estratégica de seus associados por meio de ações como: Gestão de Relações Institucionais, Articulação, mobilização/capacitação e Gestão de Informação/Conhecimento. (GIFE, 2010).

Arndt e Oliveira (2006, p.78-79) mostram que:

A lógica de transação mercantilista, inerente ao ambiente socioeconômico capitalista, impõe, a priori, uma funcionalidade ao próprio *modus operandi* de qualquer organização, seja uma empresa privada ou uma organização do terceiro setor. A dubiedade quanto à destinação das atividades de entidades do terceiro setor poderia, então, ser atribuídas a uma incongruência em relação ao sistema em que se inserem. Essa incongruência talvez se deve a que os esforços substanciais dessas organizações estejam sendo expresso pelo meio forçosamente limitado da ação administrativa – calcada em uma racionalidade funcional e em uma ética da responsabilidade.

O GIFE cresceu paulatinamente e vem se consolidando no investimento social privado e no fortalecimento de associações similares na América Latina. O Investimento social privado representa para o grupo:

[...] o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Incluem-se neste universo as ações sociais protagonizadas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituídos por famílias ou indivíduos. A preocupação com o planejamento, o monitoramento e a avaliação dos projetos é intrínseca ao conceito de investimento social privado e um dos elementos fundamentais na diferenciação entre essa prática e as ações assistencialistas. (GIFE, 2010).

Quanto aos números deste grupo, a rede de associados investe quase R\$ 1 bilhão por ano em projetos variados nas áreas temáticas priorizadas tais como, a educação, cultura, artes e desenvolvimento comunitário. E para o bom andamento dos projetos procura-se transferir a cultura da gestão de recursos financeiros e humanos, planejamento, definição de metas e avaliação de resultados, buscando a cumplicidade da comunidade nas tomadas de decisão. (GIFE, 2010).

Como se verifica, os interesses nas causas sociais estão atrelados aos benefícios delas decorrentes, incentivos e isenções fiscais destas organizações, que se dizem preocupadas com os problemas sociais. Por essa razão, o impulso mobilizador de associações ao GIFE se dá pelo uso de uma “Calculadora de Incentivos Fiscais” *on-line*. Tal ferramenta, disponibilizada pelo GIFE auxilia a identificar instantaneamente o potencial aproximado para patrocínios ou investimento social privado garantidos pelos marcos legais. (GIFE, 2010).

Neves e Pronkos (2010, p.106) debatem que essa nova burguesia de serviços:

[...] se beneficia, ainda, das políticas de precarização das relações de trabalho, com particular incidência na área social, favorecida pelas medidas de desregulamentação do trabalho implementadas no decorrer dos anos de capitalismo neoliberal, o que contribui decisivamente para o aumento da taxa de mais-valia e de exploração, elevando assim a taxa média de lucro da produção em seu conjunto.

Assim sendo, o GIFE amplia a sua força política, pois, emprega iniciativas direcionadas à legislação que regula o funcionamento do terceiro setor no Brasil, coordena esforços junto ao Estado para o desenvolvimento de políticas públicas nas áreas social, cultural e ambiental. Os debates prioritários que estão em sua pauta são: segurança jurídica, liberdade de organização e atuação, transparência e controle social, imunidades/isenções tributárias e incentivos fiscais. (GIFE,2010).

Em face do exposto destaco os atores desse grupo, organizados no quadro 2 revelando as categorias dos principais associados do GIFE:

Quadro 2: Associados do GIFE.

EMPRESAS	Xerox do Brasil, 3M do Brasil, Braskem, Bridgestone, Firestone do Brasil, Ericsson Telecomunicações, Carrefour, Basf, Lojas Renner, Microsoft Informática, Petrobras, Philips do Brasil, TV Globo.
BANCOS	Banco Bradesco.
INSTITUTOS	Instituto de Cidadania Empresarial, Impaes - Instituto Minidi Pedroso de Arte e Educação Social, Instituto Algar, Instituto Arcor Brasil, Instituto Avon, Instituto Ayrton Senna, Instituto BM&F Bovespa, Instituto C&A de Desenvolvimento Social, Instituto Camargo Corrêa, Instituto Claro, Instituto Coca-Cola Brasil, Instituto Consulado da Mulher, Instituto Criança é Vida, Instituto Cultural Oboé, Instituto Desiderata, Instituto Ecofuturo, Instituto Elektro, Instituto Embraer de Educação e Pesquisa, Instituto Estre, Instituto Eurofarma, Instituto Gerdau, Instituto HSBC Solidariedade, Instituto Invepar, Instituto Itaú Cultural, Instituto Marquês de Salamanca, Instituto Medial Saúde, Instituto Nextel, Instituto O Boticário, Instituto Pão de Açúcar, Instituto Paulo Montenegro, Instituto Robert Bosch, Instituto Rogerio Steinberg, Instituto Ronald McDonald, Instituto Sadia de Sustentabilidade, Instituto Sangari, Instituto Social Sotreq, Instituto Souza Cruz, Instituto Unibanco, Instituto Vivo, Instituto Vonpar, Instituto Votorantim, Instituto Wal-Mart, Ismart - Instituto Social Maria Telles,
FUNDAÇÕES	Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças, Fundação Alphaville, Fundação Banco do Brasil, Fundação Bradesco, Fundação Bunge, Fundação Cargill, Fundação Clemente Mariani, Fundação CSN, Fundação Educar DPaschoal, Fundação Estudar, Fundação Filantrópica Safra, Fundação Ford, Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Fundação Nestlé Brasil, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Fundação Odebrecht, Fundação Roberto Marinho, Fundação Romi, Fundação Semear, Fundação Telefônica, Fundação Tide Setúbal, Fundação Vale, Fundação Victor Civita, Fundação Volkswagen, Fundação W.K. Kellogg, Fundación Avina.

Fonte: - <http://site.gife.org.br/> .

Com a apresentação do GIFE procurei destacar suas ações e seu compromisso com o fortalecimento político-institucional de seus associados que são, na base, de origem empresarial. Procurei também apresentar nominalmente os associados para evidenciar a variedade de setores envolvidos nas questões sociais e políticas do país, que se intitulam capazes de gerenciar e executar políticas e serviços antes exclusivos do Estado.

Deste modo na ação do IAS, foco desta pesquisa, pode-se evidenciar tais práticas quanto ao gerenciamento e execução de políticas educacionais por meio das parceiras público-privadas. Ou seja, os associados ao GIFE encontram ferramentas e estratégias que possibilitam sua legitimação e fortalecimento necessário para atuação quanto ao investimento social voltados aos interesses públicos.

4.2 PRECEITOS RECOMENDADOS PELOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A FILIAÇÃO COM IAS

No âmbito dos princípios partilhados pelo IAS e seus parceiros evidenciaram-se alguns dos preceitos defendidos e recomendados pelos organismos internacionais. Foi possível identificar em seu ideário e proposta, evidências que confirmam sua filiação ideológica e convergências com as diretrizes internacionais.

No ideário da proposta do IAS e no conteúdo dos seus programas, é possível observar as marcas das diretrizes delineadas nos eventos e discursos internacionais pró reforma tais como: gestão por resultados, abertura do sistema; novas alianças; novos atores e aliados; descentralização; educação como mecanismo para o desenvolvimento. Tais recomendações e influências foram materializadas nas políticas nacionais e alinhadas por muitas organizações não governamentais, com destaque para o IAS.

A exemplo desta convergência também cito a concessão oferecida em 2003 pela UNESCO da Cátedra em Educação e Desenvolvimento Humano ao Instituto Ayrton Senna, tornando-se uma referência mundial na área como um centro de reflexão, pesquisa e de produção de conhecimento. Outro aspecto que merece atenção é a sua proposta de educação fundamentada no relatório da Unesco, organizado por Jacques Delors conhecido como Os Quatro Pilares⁴² da Educação. No site do instituto encontrei o seguinte depoimento:

O programa de cátedras da Unesco foi concebido para validar novas áreas de conhecimento no mundo, em geral em universidades e centros de pesquisa. O título é inédito para organizações não governamentais. A cátedra concedida ao Instituto é fruto de seu trabalho na criação, implementação, avaliação e disseminação em larga escala de tecnologias sociais em desenvolvimento humano. Também faz parte deste trabalho transformar o conteúdo teórico do relatório da Unesco, organizado por Jacques Delors. (IAS, 2010).

⁴² O IAS orienta suas ações políticas e educacionais para o “Desenvolvimento Humano” (DH), ancoradas pelos “Quatro Pilares” da Educação, do relatório da Unesco, organizada por Jacques Delors, os quatro pilares são: “ o aprender a ser (a capacidade de ser você mesmo e construir o seu projeto de vida), o aprender a conviver (com as diferenças e com o meio em que vive, cultivando novas formas de participação social), o aprender a fazer (atuando produtivamente para ingressar e permanecer no novo mundo do trabalho) e o aprender a conhecer (apropriando-se dos próprios instrumentos de conhecimento e colocando-os a serviço do bem comum)”. Site do IAS - <http://senna.globo.com/> - acesso em 11/01/10.

Os Quatro Pilares da Educação, em práticas nos seus programas sociais pelo Brasil (as Quatro Competências para o Desenvolvimento de Potenciais). Dessa forma, crianças e jovens tornam-se indivíduos capazes de serem pessoas, cidadãos e futuros profissionais bem sucedidos e integrados na sociedade do século 21. (IAS, 2010).

A disseminação dos preceitos e recomendações se deu efetivamente por meio da circulação e do fluxo de ideias, patrocinadas pelos organismos internacionais tais como: UNESCO, PNUD, UNICEF e o Banco Mundial. Este movimento fez com que a América Latina e em especial o Brasil aderissem aos processos de reformas que aconteceram em maior número na década de 1990. Ball (2004, p.113) afirma que globalmente existe [...] todo um leque de agências multilaterais, cada qual a seu modo, está trabalhando arduamente para criar outros espaços para a “privatização” e a participação do setor privado na prestação de serviços públicos, incluindo a educação.

No campo da circulação internacional de ideias e recomendações optei por apresentar o Banco Mundial por ser uma importante estância ideológica de promoção de um sistema mundial integrado às linhas do mercado e de financiamento.

4.2.1 Banco Mundial

É intencional finalizar o presente capítulo falando sobre Banco Mundial, referência global no contexto político e econômico, e também, por decorrência, descrever algumas de suas ações no campo ideológico no sentido de promover um sistema mundial integrado às linhas do mercado e de financiamento. O seu pensamento e direcionamento evidenciam um estratégico papel na definição e circulação de ideias que constituem as macro visões sobre as políticas públicas, também com ampla envergadura no campo da educação com base no prisma economicista⁴³, e que, por sua vez são recomendadas aos governos de países devedores e dependentes.

⁴³ A visão economicista aqui utilizada refere-se ao modo com que se usa essa teoria para derivar recomendações que contribuem para introjetar e institucionalizar os valores do mercado capitalista na esfera da cultura e que supera o cálculo econômico na comparação de custos e benefícios gerados do ponto de vista social ou político. (CORAGGIO, 2003, p.95-96).

Ball afirma que a [...] educação é um assunto de política regional e global e cada vez mais um assunto de comércio internacional. A educação é, em vários sentidos, uma oportunidade de negócios. (BALL, 2004, p.1108). O seu papel está cada vez mais focalizado [...] em aumentar a competitividade econômica por meio do desenvolvimento das habilidades, capacidades e disposições exigidas pelas novas formas econômicas da alta modernidade. (BALL, 2004, p.1109).

Foi possível observar no decorrer da análise do contexto histórico e político que configurou a implantação do IAS, no capítulo II, grandes influências dos organismos internacionais sobre as políticas públicas nacionais. Destaco algumas: abertura do sistema, uma nova gestão por resultados, estabelecimento novas alianças, descentralização, educação como princípio central para o desenvolvimento, entre outros.

Também foi possível identificar o perfil dos atores, parceiros e aliados que compõem a rede de alianças sociais estratégicas do IAS, no capítulo III. Nessa trajetória foi possível constatar uma ampla convergência de visões tais como: nova gestão por resultados, desenvolvimento humano sustentável, combate à pobreza, educação voltada para a competitividade econômica e um currículo tecido para o desenvolvimento de habilidades direcionadas aos anseios do mercado.

Essa convergência de posições encontra guarida nos principais preceitos defendidos pelos grandes organismos internacionais, entre os quais destaco o Banco Mundial⁴⁴ que representa uma das grandes evidências no âmbito do poder de influências nas políticas globais. Tal poder se confirma por ele se considerar como “um dos maiores produtores de conhecimento e de experiência sobre questões de desenvolvimento humano e redução da pobreza em todo o mundo” (BANCO MUNDIAL, 2010).

⁴⁴ A título de esclarecimento conceitual, destaco qual é a relação entre Banco Mundial e Grupo Banco Mundial. O Grupo Banco Mundial abrange cinco instituições de desenvolvimento associadas que colaboram para apoiar projetos de desenvolvimento no mundo, são elas: Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), Corporação Financeira Internacional (IFC), Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI), Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI). (BANCO MUNDIAL, 2005). Portanto, o Banco Mundial faz parte do Grupo Banco Mundial, sendo constituído por duas instituições que são: Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). (BANCO MUNDIAL, 2005).

A cada ano, dezenas de novos títulos são publicados para venda ou distribuição. (BANCO MUNDIAL, 2010)⁴⁵.

Na figura 3 ilustro as Agências Especiais da Organização das Nações Unidas (ONU)⁴⁶ :

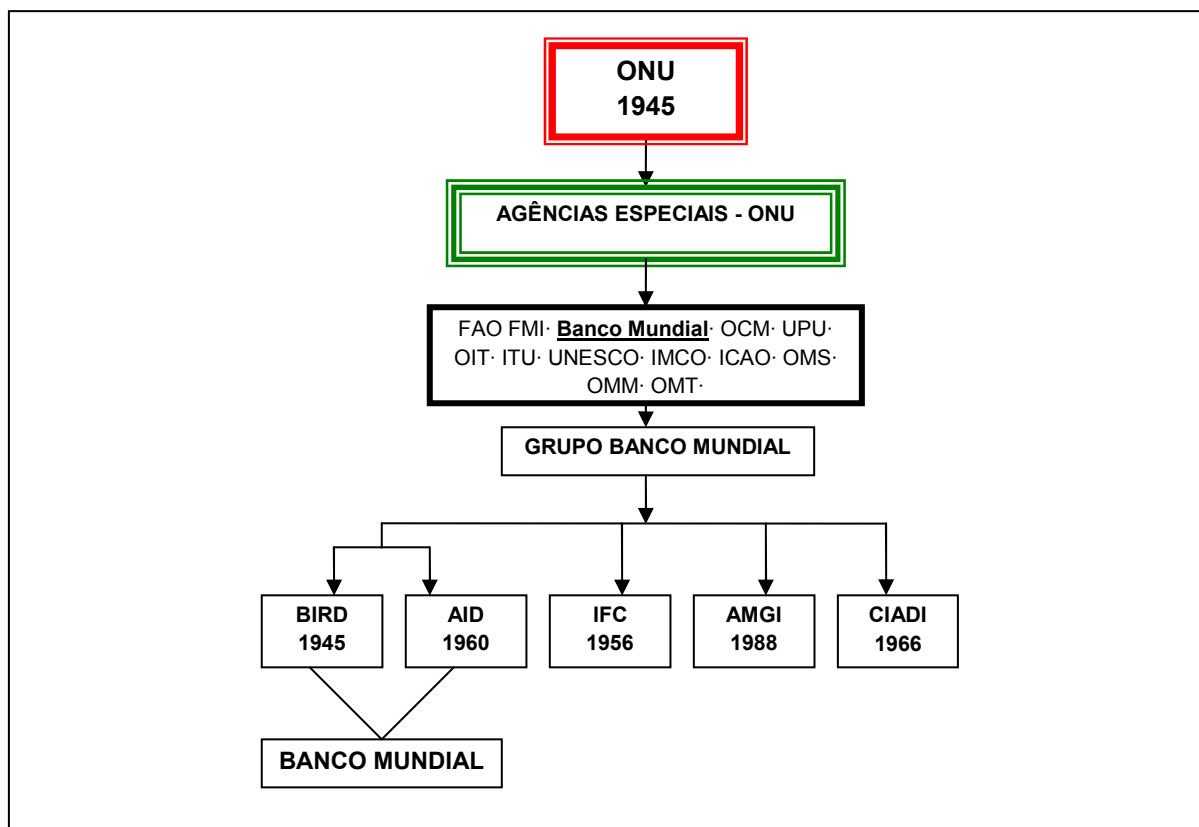


Figura 3 – Rede de relacionamentos e conexões dos organismos internacionais vinculados a Organização das Nações Unidas.

Fonte: Documentos coligidos pelo pesquisador, a partir do site do Banco Mundial⁴⁷, Maio de 2009.

Como pudemos ver na figura 3 a Organização das Nações Unidas (ONU) é composta por diversas agências cada uma com o seu papel definido. A ONU

⁴⁵ Site Banco Mundial – Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUESE/EXTPAISES/EXTLACINPOR/BRAZILINPOREXTN/0,,menuPK:3817202~pagePK:64026187~piPK:141126~theSitePK:3817167,00.html> – acesso em 14/01/10.

⁴⁶ Agricultura e a Alimentação (FAO), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OCM), União Postal Universal (UPU), Organização Internacional do Trabalho (OIT), União Internacional de Telecomunicações (ITU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO), Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Meteorológica Mundial (OMM), Organização Mundial do Turismo (OMT). (BANCO MUNDIAL, 2010).

⁴⁷ Site Banco Mundial – Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUESE/EXTPAISES/EXTLACINPOR/BRAZILINPOREXTN/0,,menuPK:3817202~pagePK:64026187~piPK:141126~theSitePK:3817167,00.html> - acesso em 14/01/10.

acredita que os diversos problemas mundiais tais como a pobreza, desemprego, degradação ambiental, criminalidade, AIDS, migração e tráfico de drogas, podem ser melhor combatidos por meio da cooperação internacional.

Um dos principais propósitos das Nações Unidas – e parte central de seu mandato – é manter a paz e a segurança internacionais. Desde sua criação, em 1945, a ONU tem sido frequentemente chamada para que disputas não se transformassem em guerras, para que opositores se sentassem à mesa de negociações ou para restaurar a paz após a guerra. Através das décadas, a ONU ajudou a acabar com diversos conflitos, normalmente via resoluções do Conselho de Segurança, o órgão principal das Nações Unidas nesta esfera. (UNIC, 2010)⁴⁸

As Nações Unidas são regidas por uma série de propósitos e princípios básicos aceitos por todos os Países-Membros da Organização. Entre eles destacam-se: manter a paz e a segurança internacional; desenvolver relações amistosas entre as nações; realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns. (UNIC, 2010)⁴⁹

Apresento o papel do BIRD e AID, duas agências que compõe o Banco Mundial, para que se observem quais as preocupações e os objetivos anunciados por estes organismos.

O Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) foi criado em 1945, seus empréstimos cumulativos foram de US\$ 407,4 bilhões e os empréstimos no exercício financeiro de 2005 foram: US\$ 13 bilhões para 118 novas operações em 37 países. O banco:

[...] tem por objetivo reduzir a pobreza dos países de renda média e solventes mais pobres promovendo o desenvolvimento sustentável por meio de empréstimos, garantias e serviços (não-financeiros) de análises e assessoramento. A renda que o BIRD vem gerando ao longo dos anos tem-lhe permitido financiar várias atividades de desenvolvimento e assegurar sua solidez financeira, o que lhe permite captar recursos a baixo custo em mercados de capital e oferecer a seus clientes boas condições de obtenção de empréstimo. A Diretoria do BIRD, com 24 membros, é composta de 5 Diretores Executivos indicados e 19 eleitos, que representam seus 184 países membros. (BANCO MUNDIAL, 2005, p.08)

⁴⁸ Unics são Centros de Informação das Nações Unidas (United Nations Information Centres, ou, na sigla em inglês, UNICs) que estão presentes hoje em mais de 60 países, nos cinco continentes. <http://unic.un.org/imucms/Dish.aspx?loc=64&pg=261> - acesso em 09/02/10.

⁴⁹ UNIC - <http://unic.un.org/imucms/Dish.aspx?loc=64&pg=261> - acesso em 09/02/10.

A Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) criada em 1960, seus empréstimos cumulativos foram: US\$ 161 bilhões e os compromissos para o exercício financeiro de 2005 foram: US\$ 8,7 bilhões para 160 novas operações em 66 países:

[...] permitem ao Banco Mundial proporcionar aproximadamente de US\$ 8 a US\$ 9 bilhões por ano em financiamento concessionário aos 81 países mais pobres do mundo (que abrigam 2,6 bilhões habitantes). Os créditos sem juros e subsídios da AID são vitais porque esses países têm pouca ou nenhuma capacidade de conseguir empréstimos nos termos do mercado. Na maior parte desses países a grande maioria das pessoas vive com menos de US\$ 2 por dia. Os recursos da AID ajudam a apoiar as estratégias de redução de pobreza dirigidas pelo país em importantes áreas das políticas, como o aumento da produtividade, fornecimento de governança responsável, melhoria do clima de investimento privado e a melhoria do acesso à educação e saúde para as pessoas de baixa renda. (BANCO MUNDIAL, 2005, p.08)

No final de 1999, o Banco Mundial e FMI, imprimiram uma nova abordagem no que tange ao relacionamento com os países de baixa renda. Centraram-se no desenvolvimento e na implementação de estratégia de redução da pobreza (PRS). Envolvendo os países com a pré-condição do alívio de suas dívidas. Esta abordagem objetivou capacitação dos governos em definir suas principais prioridades de desenvolvimento e encorajar doadores a alinhar as suas intervenções focadas nas prioridades de um país, ao invés de olharem somente para o seus. Toda esta ação para acelerar o progresso garantir o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). (FMI, 2010)⁵⁰. Os Objetivos de Desenvolvimento de Milênio (ODMs) também são chamadas de Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs):

[...] são um conjunto de objetivos de desenvolvimento acordados pela comunidade internacional, que centra-se em reduzir a pobreza e melhorar o bem-estar dos mais pobres do mundo até 2015. O FMI contribui para esse esforço através de sua assessoria, assistência técnica e concessão de empréstimos aos países, bem como seu papel de mobilizar o apoio dos doadores. Juntamente com o Banco Mundial, que avalia o progresso para os ODM através de um Relatório de Monitoramento Global anual. (FMI, 2010).

As Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs), são as grandes referências que nortearam e norteiam as políticas macro, que balizaram as discussões em

⁵⁰ SITE FMI - <http://www.imf.org/external/np/pp/eng/2005/091905s.htm> - Acesso em 13/02/10

conferências e reuniões pelo mundo, partindo da promoção e patrocínio das agências internacionais ligadas as Nações Unidas, Banco Mundial, FMI. As MDMs são em síntese o pensamento do Banco Mundial, sistematizadas que buscaram tornar comum e adaptável a suas ideias hegemônicas sobre todas as outras políticas no mundo, em nome do desenvolvimento humano. A seguir exponho as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs). (BANCO MUNDIAL, 2005, p.13):

- 1- Erradicar a extrema pobreza e a fome: reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas em condições de extrema pobreza e a proporção daqueles que sofrem de fome.
- 2- Conseguir educação básica universal: assegurar até 2015 que todas as crianças possam completar a educação fundamental.
- 3- Promover a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher: eliminar a disparidade de gênero no ensino básico e médio até 2005 e em todos os níveis de educação até 2015.
- 4- Reduzir a mortalidade infantil: reduzir em dois terços a mortalidade de crianças menores de cinco anos até 2015.
- 5- Melhorar a saúde materna: reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna até 2015.
- 6- Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças: deter a disseminação de HIV/AIDS, malária e outras doenças graves e começar a reverter essa disseminação até 2015.
- 7- Assegurar a sustentabilidade ambiental: reduzir pela metade a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável até 2015.
- 8- Desenvolver uma parceria global para o crescimento: desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em normas, previsível e não discriminatório.

Com o conhecimento das Metas do Milênio é possível constatar e relacionar a convergência ideológica dos discursos, em especial do IAS em relação a alguns dos preceitos do Banco Mundial tais como: O IAS como meta principal [...] **trabalhar para criar oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros, em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidade e ONGs.** (IAS, 2010). Neste caso o desenvolvimento humano e as parcerias são preceitos comuns com relação metas do Banco.

Para destacar o discurso e o pensamento do Banco Mundial, cito uma parte do seu documento oficial (2005) que sintetiza seus princípios e seu foco:

O Banco Mundial é um parceiro central nessa iniciativa – por meio de seus conhecimentos, empréstimos e apoio a estratégias de redução da pobreza próprias dos países. O Banco Mundial intensificou seu apoio à agenda de desenvolvimento por meio de uma estratégia de dois pilares para a redução da pobreza, que se baseia no fortalecimento do clima de investimento, empregos e crescimento sustentável, bem como no investimento nas pessoas de baixa renda e em empoderá-las para participarem do desenvolvimento. Essa estratégia reconhece a relação vital entre crescimento de longo prazo e desenvolvimento humano: sem desenvolvimento humano, o crescimento econômico não pode ser sustentado; e um clima econômico saudável oferece um ambiente no qual as pessoas podem prosperar. (BANCO MUNDIAL, 2005, p.12)

O posicionamento do Banco pode ser mais bem compreendido no esquema apresentado na figura 4:

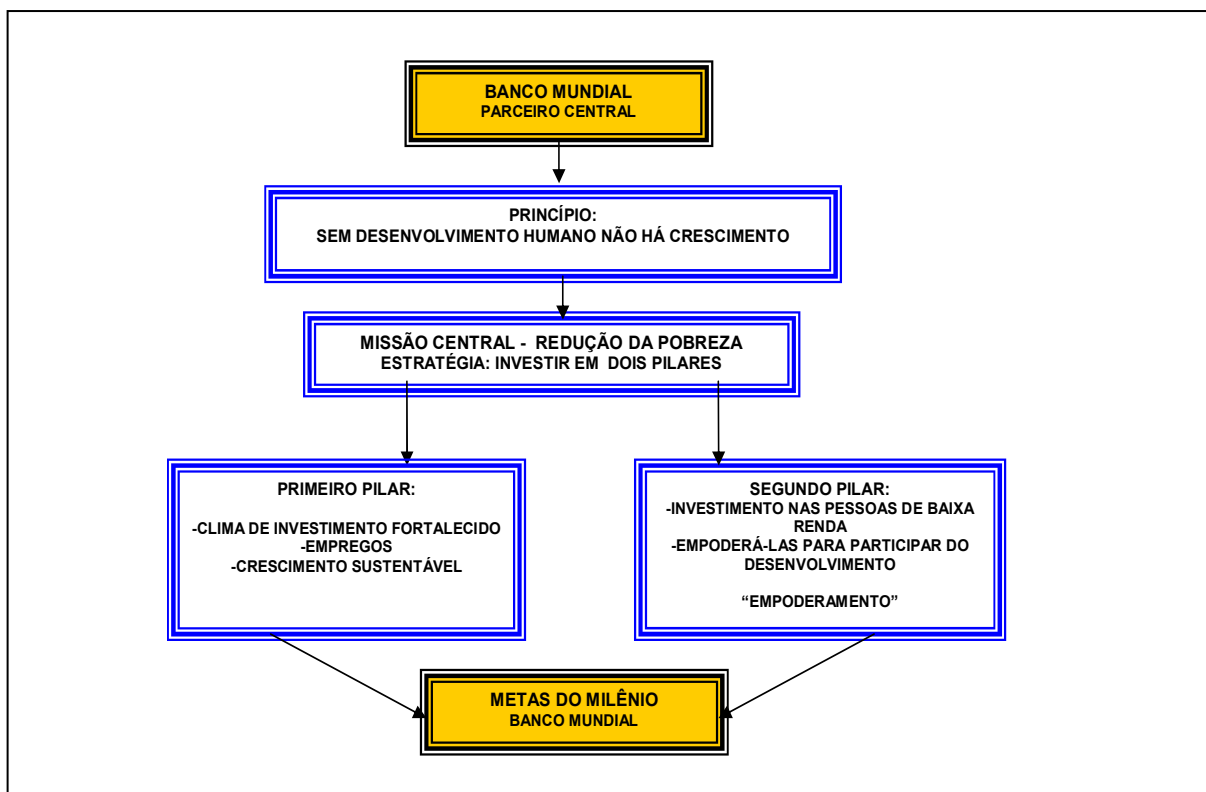


Figura 4: Foco do Banco Mundial em relação às metas do milênio (2005).

Fonte: Documentos coligidos pelo pesquisador, a partir do site do Banco Mundial. Julho de 2009

A figura 4 apresenta o princípio do Banco Mundial que diz : “sem desenvolvimento humano não há crescimento”. Relaciono este princípio com posicionamento do IAS que tem como meta principal [...] **trabalhar para criar**

oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros [...] (IAS, 2010) e também no posicionamento de Viviane Senna, Presidente do IAS, em depoimento, registrado no documento “Educação para todos: avaliação da década, 2000”, declarando:

Temos três desafios: economia competitiva, sociedade mais justa e democrática. Para dar conta deles, é necessária a educação de qualidade, pois os três desafios começam na sala de aula. Quando compreendi a natureza estratégica da educação como política de desenvolvimento econômico, social e político, considerei que todas as ações do Instituto Ayrton Senna tinham de convergir para ela. Deveríamos contribuir para que a educação tivesse condições de ser desenvolvida, ajudando o país a superar seu tríplice desafio. (BRASIL, 2000, p.175).

Viviane Senna ratifica a convergência do discurso do IAS com relação à política neoliberal que foram formalizadas no governo de FHC. Além disso as reformas brasileiras da década de 1990 foram balizadas por influências das políticas macro, aqui apresentadas, encabeçadas pelo Banco Mundial e disseminados por suas agências.

No contexto histórico de implantação do IAS as recomendações internacionais foram: abertura do sistema, uma nova gestão por resultados, estabelecimento novas alianças, descentralização, educação como princípio central para o desenvolvimento, entre outros.

Este capítulo tratou das redes sociais e políticas num contexto mais amplo que contribuíram e deram legitimidade a ação do IAS, além de ter apresentado a filiação entre os princípios partilhados pelo IAS e seus parceiros com os preceitos defendidos e recomendados pelos Organismos Internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso empreendido de análise nessa pesquisa possibilitou-me mergulhar nos contextos e textos que deram origem e sustentação à proposta de parceria do Instituto Ayrton Senna – IAS e sua rede de alianças sociais estratégicas na gestão das políticas públicas educacionais brasileiras. Inicialmente, o foco da pesquisa era sobre os interesses e as razões que levaram a iniciativa privada, representadas pelo Terceiro Setor a buscarem parcerias com o Estado.

As indagações me levaram as seguintes questões norteadoras da presente pesquisa:

- Quando e em que contexto político e econômico surge o IAS?
- Quais seus propósitos em relação à Educação?
- Quem são os atores (diretoria, conselhos, aliados e parceiros) que constituem a rede de alianças sociais estratégicas do IAS e suas relações com redes sociais e políticas mais amplas?
- Quais são as ideias e soluções disseminadas pelo IAS, sua matriz ideológica e sua abrangência na gestão das políticas públicas educacionais.

Stephen Ball e Richard Bowe viabilizaram a análise crítica das redes, soluções e programas implantados pelo IAS na gestão das políticas educacionais, no âmbito da educação formal, desde a formulação inicial, em nível macro, até sua implementação nos processos micro políticos (MAINARDES, 2006, p.50).

Na análise do contexto político e econômico de surgimento do Instituto Ayrton Senna (IAS), na década de 1990, os estudos indicaram que ele é considerado um legítimo representante do Terceiro Setor no Brasil e assume posição de destaque, mediante a implantação de programas por meio de parcerias público-privadas com governos na maioria dos estados e municípios brasileiros. Essa representação está fortalecida graças à constituição de alianças sociais estratégicas com os setores, empresariais, financeiros e fundacionais que passam a assumir desde esse período a função de intermediação entre o Estado e a sociedade antes ocupada por movimentos sociais e sindicais combativos.

Na década de 1990 constatou-se o fortalecimento do terceiro setor, contexto pautado por grandes influências internacionais provenientes do pensamento

privatizante do Banco Mundial. A razão para o banco Mundial apoiar as ONGs neste contexto deveu-se ao papel da crescente influência dessas organizações nos países em desenvolvimento. O Banco aproveitou esta situação de forma estratégica e investiu nas ONGs.

Esse período foi marcado por intensas mudanças no contexto social, econômico e político global, no âmbito internacional, no qual deflagrou-se uma série de reflexões e recomendações direcionadas por importantes conferências mundiais e reuniões tais como: Conferência de Jomtien (1990) e o Promedlac IV (1991) entre outros, os quais balizaram o pensamento das políticas públicas no cenário internacional e produziram orientações direcionadas para as políticas educacionais assumidas por muitos países em especial o Brasil.

No estudo destacou-se três objetivos que orientaram estas reformas no âmbito da América Latina (CASASSUS, 2001):

- Situar a educação e o conhecimento como centro estratégico de desenvolvimento econômico e social;
- Implantar um novo estilo de gestão para melhoria do desenvolvimento educacional, mudanças na administração do Estado, abertura do sistema, novas alianças, descentralização com ênfase na qualidade e equidade;
- Aumentar a qualidade do aprendizado por meio de ações em nível macro, implantação do sistema nacional de avaliação, no nível micro o direcionamento da escola para a gestão escolar, a autonomia e o currículo adaptado.

Esse três objetivos citados compuseram a agenda educacional brasileira nos anos 1990, que foram disseminadas no contexto das influências e amplamente respaldadas pelas políticas públicas, nacionais e locais.

Esse mesmo discurso foi reinterpretado pelo IAS, amplamente divulgado e operacionalizado nos seus programas institucionais e disseminados, retrabalhados no campo das políticas públicas educacionais nos estados e municípios. São elas: novo estilo de gestão “gerencialismo”, novas alianças, descentralização, educação e conhecimento como foco central, sistema de avaliação, indicadores de eficiência, foco nos resultados e na qualidade.

As recomendações internacionais repercutiram em grande impacto no Brasil, notadamente no campo das políticas públicas nacionais, com a organização do

Plano Decenal (1994) e a nova LDB/1996, por exemplo. Tais recomendações foram colocadas em prática no âmbito das políticas regionais e locais, sob uma matriz de cunho neoliberal, corroboradas e cristalizadas com mais vigor no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O fortalecimento do IAS e das ONGs de maneira geral, tiveram início no governo FHC que empreendeu ações a partir da Reforma do Aparelho do Estado de aprimoramento dos marcos legais com as seguintes leis, para tal setor: Lei nº 9.608/98 do Voluntariado e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS); Lei nº 9.790/99 que normatizou a relação estado/sociedade no desempenho de ações no campo das políticas públicas e o acesso de organizações sem fins lucrativos aos recursos públicos.

Com este contexto favorável as intenções do IAS denotaram inclinações bem claras que corroboram com o diagnóstico e a intenção neoliberal de desresponsabilizar o Estado.

O IAS tem como meta principal trabalhar para criar oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros, em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidade e ONGs. E acredita na transformação do país a partir da corresponsabilidade dos três setores - organismos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil - para desenvolver políticas públicas que, atuando em escala, favoreçam a criança e o adolescente, interferindo positivamente nas suas realidades. (IAS, 2010).

Com este estudo verificou-se, que a sociedade civil organizada é representada pela classe dominante (grandes empresas), todos cientes e articulados das possibilidades de acesso aos diversos incentivos fiscais e verbas públicas, garantidos por lei. As suas ações estão imbricados aos interesses particulares no âmbito das políticas públicas de Estado. Neste contexto ocorrem entre o público e o privado as parcerias e entre o terceiro setor as alianças sociais estratégicas, que são mecanismos legais de ação efetuados entre os mais variados atores da sociedade.

O IAS nesse contexto histórico político e econômico, representa a materialização da concepção neoliberal e da gestão por resultados, focado no princípio do gerencialismo na educação, atuando amplamente na criação, aplicação, avaliação e disseminação de “soluções educacionais” destinadas ao gerenciamento das escolas públicas.

Em face do objetivo de identificar os atores – diretoria, conselhos, aliados e

parceiros - que constituem a rede de alianças sociais estratégicas do IAS, e sua incorporação na gestão das políticas públicas educacionais no país, foi possível, compreender que o Conselho Consultivo do IAS está formado em sua maioria por empresários, banqueiros, pessoas jurídicas de renome no campo empresarial de áreas como: telecomunicações, comunicação de massa, bancos, construção civil, fabricantes de veículos automotores, todos autodenominados de representantes da sociedade civil. Constatei também que nesse Conselho Consultivo, não há registros da presença de membros e profissionais da área específica da educação, trabalhadores, pesquisadores, representantes de instituições educacionais públicas e governamentais.

As empresas as quais o seletivo Conselho Consultivo do IAS representam, estão bastante vinculadas aos interesses do crescimento econômico, produtivo e competitivo. Verificam-se o fortalecimento das estratégias destes grupos por meio das conquistas dos marcos legais do terceiro setor na década de 1990, abrindo-se as possibilidades efetivas para que a iniciativa privada colocasse em operação a sua agenda neoliberal e terceirossetoriana no interior do aparelho do Estado.

No entanto foi observado que além do apoio empresarial e governamental no país e fora dele, desde a década de 1990, com o governo de FHC, o IAS esteve bem alicerçado e fortalecido pelas suas alianças sociais estratégicas. Destaco também que no governo do Presidente Lula o IAS está ainda mais fortalecido, pois Viviane Senna, participa como Presidente do IAS nos conselhos: - Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social, instituído pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 13 de fevereiro de 2003 e - Conselho de Governança e Comitê Gestor do movimento Todos pela Educação.

A base dos recursos do IAS é proveniente dos licenciados, com 100% dos Royalties das Marcas Senninha, Senniha Baby e a imagem de Ayrton, e por investimentos das alianças sociais estratégicas que envolvem aliados (grandes empresas), parceiros (empresas de pequeno porte) e também a partir das doações de colaboradores, que comungam da mesma missão e princípios do IAS.

Verifica-se na apresentação dos colaboradores (parceiro, aliados entre outros) a materialização da sociedade civil representada por grupos de elevado poder econômico, que se dizem representante das causas humanitárias e sociais e que decidem acerca das políticas educacionais no país, inserindo efetivamente de maneira consentida pelo Estado a lógica do mercado na gestão pública.

O Instituto Ayrton Senna (IAS) atua ao longo de quinze anos de existência, e se fortaleceu com a oferta de programas chamados também de tecnologias sociais. O IAS assinala efetivamente os problemas contidos na educação pública brasileira alegando urgência na resolução de tais problemas que são históricos no que tange a qualidade do serviço público educacional. Aponta as falhas neste contexto, intitulado-se o provedor destas soluções. No contexto dessas “denúncias” são anunciados os Programas específicos da Educação Formal gerenciados pela Rede Vencer que pertence ao IAS. Estes programas interagem na gestão da educação com abrangência em quatro esferas: aprendizagem, ensino, rotina escolar e política educacional aplicadas nas redes de ensino municipais e estaduais. Os Programas chamam-se: – Acelera Brasil – Se Liga – Circuito Campeão – Gestão Nota 10.

A dinâmica dos programas estão calcadas em fortes exigências quanto obtenção dos resultados, frente a uma variedade de indicadores de sucesso pré-definidos, que na prática se mostraram difíceis de serem geridos e assumidos pelos sujeitos da escola, podendo com isso, o dados serem negligenciados ou manipulados em virtude do seu cumprimento estar vinculado a possível pressão do órgão governamental ou Secretarias de Educação.

A adoção de indicadores não garantem por si só a melhoria na educação, ela estimula o que BALL denomina como possibilidade de interpretação e recriação das políticas no contexto da prática. Na concepção de Bowe, Ball e Gold (1992), no contexto da prática as políticas ficam a mercê de interpretações dos grupos atuantes nesse nível. A leitura e materialização das diretrizes na prática sofrem também influências desses contextos, se modificam no seu sentido original e estão sujeitas a novas interpretações e recriações. (MAINARDES, 2006).

Os números do IAS quanto à abrangência foram expressivos, o que denota uma ascensão do método gerencial no âmbito nacional. A tendência é que estas organizações se consolidem cada vez mais e cresçam no contexto das políticas públicas educacionais do país.

Quanto ao nível de abrangência os programas pesquisados tiveram importante aumento na região desta pesquisa (Itajaí - Santa Catarina). A adesão aos programas oferecidos pelo IAS, mostraram que se faz necessário maiores e mais profundas investigações no contexto da prática destes municípios envolvidos. Tal aprofundamento poderá gerar um melhor entendimento de qual é a função social da escola.

Neste universo das soluções e programas disseminados pelo Instituto Ayrton Senna (IAS), o que rege é a lógica gerencialista. A autonomia e a democracia ficam prejudicadas nesta relação, pois as rotinas, as metas e soluções contidas nestes programas estão todas dadas ou prontas. Além disso, o educador ou profissional da educação necessita se amoldar a uma figura de gerente, para poder se adequar as exigências requeridas por tal parceria com o terceiro setor.

É pertinente enfatizar que a missão do IAS e as políticas do Governo Federal, não só convergem como também estão imbricadas por vias legais e por alianças estratégicas. Na estrutura institucional do IAS e suas alianças sociais estratégicas, predominam em seus representantes a classe dominante do capital (mega empresas e grande expoente da sociedade) todos cientes das possibilidades de acesso a diversos incentivos fiscais e verbas públicas, garantidos por lei. Com tantos interesses e recursos em jogo, suspeita-se nestas relações de uma falsa representatividade dos interesses democráticos.

Como última discussão tratou-se das redes sociais e políticas num contexto mais amplo que contribuíram e deu legitimidade a ação do IAS. Uma análise mais densa permitiu compreender que o discurso em formação recebe apoio e também é desafiado por princípios e argumentos mais amplos decorrentes de influências exercidas tanto por arenas públicas de ação, particularmente por comissões e grupos representativos e Organismos Internacionais.

Destacou-se a presença do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) como emblemático na promoção e fortalecimento político-institucional de seus associados de origem empresarial entre outros que realizam investimento social voluntário voltado ao interesse público.

No que tange a filiação do IAS aos preceitos recomendados pelos Organismos Internacionais atribuo de imediato a concessão oferecida em 2003 pela UNESCO da Cátedra em Educação e Desenvolvimento Humano, tornando-o uma referência mundial na área como um centro de reflexão, pesquisa e de produção de conhecimento, o outro ponto é a sua proposta de educação estar fundamentada no relatório da Unesco, organizado por Jacques Delors conhecido como Os Quatro Pilares da Educação.

Com o conhecimento das Metas do Milênio originadas pelo Banco Mundial foi possível relacionar algumas convergências ideológicas do discurso do IAS em relação a alguns dos preceitos do Banco Mundial tais como: trabalhar para criar

oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros, em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidade e ONGs (IAS, 2010). Neste caso o desenvolvimento humano e as parcerias são preceitos comuns com relação metas do Banco.

O estudo permitiu observar a participação efetiva do Instituto na circulação internacional de ideias, recomendações e soluções para a educação do país, a partir de uma ampla rede de relacionamentos, uma visão que focaliza essencialmente a gestão por resultados e um firme propósito de intercambio do setor estatal para o público não estatal. Essas parcerias público-privadas tem sido crucial para a construção e disseminação de “novos” modelos de governança e de novas relações entre educação e economia.

REFERÊNCIAS

- ABONG. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Disponível em: <http://www.abong.org.br> Acesso em 09 fev. 2010.
- ABRIL. **Vencedores do Prêmio Claudia**. Edição com Viviane Senna. 1997. Disponível em: http://premioclaudia.abril.com.br/1997_politicas.shtml. Acesso em 14 NOV. 2009.
- ALTMANN, H. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p.77-89, jan./jun. 2002.
- ANTUNES, R. **A Desertificação Neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. 2.ed., Campinas SP: Autores associados, 2005.
- ARELARO, L.R.G. A não-transparência nas relações público-privadas: o caso das creches conveniadas. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). **Público e privado na educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008. p.51-66.
- ARNDT, Jorge Renato Lacerda; OLIVEIRA, Luís Gustavo Miranda de. A Racionalidade e a ética da ação administrativa na gestão de organizações do Terceiro Setor. In: PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia. **Terceiro Setor**: Dilemas e Polêmicas. 2006.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (AAB). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. São Paulo, CENEDEM, 1990.
- AUGE. Tecnologias & Sistemas. Disponível em: <http://www.auge.com.br>. Acesso em 20 fev. 2010.
- BALL, S.J. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, L.H. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998b. p.121-137.
- _____. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteiras**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p.27-28, 2001.
- _____. **Politics and policy making in education**: explorations in policy sociology. Nova York: Routledge, 1990.
- _____. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. **Discourse**, London, v. 13, n. 2, p.10-17, 1993a.
- _____. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p.1105-1126, Set./Dez. 2004
- BANCO MUNDIAL. Informe Anual 2001 – Panorama Geral. Disponível em: <http://web.worldbank.org/> Acesso em 19, maio, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Informe Anual 2002**. Disponível em: <http://web.worldbank.org/> Acesso em 10, abril, 2009.

_____. **Informe Anual 2003**. Disponível em: <http://web.worldbank.org/> Acesso e 20, abril, 2009.

_____. **Relatório Anual do Banco Mundial 2005: Ano em Perspectiva**. Disponível em: <http://web.worldbank.org/> . Acesso em: 10, jan., 2009.

_____. **Working With NGOs: a practical guide to operational collaboration between the World Bank and non-governmental organizations**. Washington, OPRPG/Banco mundial, 1995.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa-Portugal. 2004

BAPTISTA, Rozália Del Gáudio Soares. A construção simbólica do Terceiro Setor. In: PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia. **Terceiro Setor: Dilemas e Polêmicas**. 2006.

BRASIL. **Decreto nº 4.744**, de 16 de junho de 2003. Disponível em: <http://www.dji.com.br/decretos/d-004744-16-06-2003.htm>. Acesso em 04 jan. 2010.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC, 1993.

_____. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação. Câmara Brasileira do Livro, SP. **Educação para todos: avaliação da década**. Brasília: MEC/INEP, 2000

_____. **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. Aprovado pela Câmara da Reforma do Estado em sua reunião de 21 de setembro de 1995. Brasília, 2008.

CASASSUS, J. A Reforma Educacional na América Latina no Contexto de Globalização. Especialista Principal da Unesco/oficina Regional de educação para a América Latina – Tradução Luiz Pontual. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p.7-28, novembro/2001.

CENA. Editorial de Abertura. **Educação em cena**. Instituto Ayrton Senna, a.1, n.1, Jul. 2007.

_____. Editorial de Abertura. **Educação em cena**. Instituto Ayrton Senna, a.1, n.3, abr. 2008.

COMUNICARTE. Agência de Responsabilidade Social, desenvolvida por organizações privadas, governamentais, da sociedade civil ou de cooperação internacional - **Glossário Social (2004)**. Disponível em: <http://www.comunicarte.com.br>. Acesso em 16 nov. 2009.

CORAGGIO, J.L. Propostas do Banco Mundial para a Educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L. D.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COSTA, M. de O. A Parceria Sistema Municipal de Educação e o Instituto Ayrton Senna: Implicações Para Gestão das Escolas do Campo no Município de Cáceres - MT, ENDIPE, XIV, 2008, Porto Alegre. Anais...(CD ROM), Porto Alegre: PUCRS, 2008.

CURY, C.R.J. O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas. In: LOMBARDI, J.C.; JACONELI, M.R.M.; SILVA, T.M. (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas: Autores Associados, 2005.

DAMASCENO, Natália Abreu; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. I Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica. Diálogos Interdisciplinares. **O site Blood and Honour: neonazismo no espaço virtual**. 01 a 04 de dezembro de 2009.

FARIA, José Henrique de; FARIA, José Ricardo Vargas de. Poder e controle em organizações solidárias. In: PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia. **Terceiro Setor: Dilemas e Polêmicas**. 2006.

FMI. Revisão de 2005. A abordagem da estratégia de Redução da Pobreza. **Responsabilidades balanceamento e Ampliação Resultados**: Síntese Elaborado pelo Staffs do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial em 19 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/pp/eng/2005/091905s.htm>. Acesso em 13 fev. 2010.

FREY, Klaus. Governança Urbana e Participação Pública. **RAC-Eletrônica**, v. 1, n. 1, art. 9, p. 136-150, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac-e>. Acesso em 09 fev. 2010.

FREY, K.; OLIVEIRA, J. A. D. A mobilização local para a gestão urbana: o potencial das novas tecnologias da informação e comunicação. In: JACOBI, P.; FERREIRA, L.D.C. **Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil**. São Paulo: Annablume e ANPPAS, 2006, p.279-300.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 7.ed., v.35. Séries políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / coleção perspectiva do homem, 1989.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A 1991.

GIFE. Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. Disponível em: <http://site.gife.org.br>. Acesso em 14 jan. 2010.

IAS. Instituto Ayrton Senna. Disponível em: <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/default.asp>. Acesso em 01 jun. 2009.

IAS. Instituto Ayrton Senna. Disponível em:

<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/default.asp>. Acesso em 10 jan. 2010.

JOMTIEN. Declaração de Jomtien (Tailândia). 09 de Março de 1990. **Declaração Mundial sobre educação para todos plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990.

LAWSON, T. Realismo, explicação e ciência. In: _____. **Economics and Reality**. Tradução: Mário Duayer – Dept. de Economia / UFF. London: Routledge, 1997.

LÉLIS, U. A. de. Políticas e Práticas do Terceiro Setor Para a Educação no Contexto de “ (Contra) Reforma” do Estado, **Reunião Anual da ANPED**, 28, 2005, Caxambu. Anais eletrônicos, Caxambu, ANPED, 2005.

MAINDARDES, J. **Educação Sociedade.**, Campinas, v.27, n.94, p.47-69, jan./abr. 2006.

MAIOLINO, Elielma Velásquez de Souza. **Programa de Aceleração de Aprendizagem como Política Pública Educacional**. Dissertação (Programa de Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Versão eletrônica disponível em <http://www.jahr.org>]. Acesso em 12 de novembro de 2009.

MELO, A.A.S. Apontamentos para a crítica do projeto neoliberal de sociedade e de educação : a realização (Parte II) ETD. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.3, n.2, p.55-70, jun. 2001.

MORAES, M.C.M. Recuo da teoria. **Iluminismo às avessas**: Produção de conhecimento e políticas de formação docente Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MONTAÑO, C. Novas configurações do público e do privado no contexto capitalista atual: o papel político ideológico do “Terceiro Setor”. **Público e o privado na Educação**: novos elementos para debate. São Paulo: Xamã, 2008.

NELSON, J.M.; KAUFMAN, R.R. Documentos nº 33: Políticas de Reforma Educacional Comparação entre países. **PREAL**, agosto 2005. Disponível em: <http://www.preal.org/>. Acesso em 05,jun,2009.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela. A atualidade das ideias de Nicos Poulantzas no entendimento das políticas sociais no século XXI. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 97-111, jan. 2010.

OLIVEIRA, João Batista Araujo e. **A Pedagogia do Sucesso**: uma estratégia política para corrigir o fluxo escolar e vencer a cultura da repetência. 3.ed., São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/conheca_hist.php. Acesso em 23, jul, 2009.

PERONI, V. M. V. Políticas Públicas e Gestão da Educação em Tempos de Redefinição do Papel do Estado, **Seminário de Pesquisa em Educação da ANPED SUL**, VII, 2008, Itajaí. Anais...(CD ROM) Itajaí, UNIVALI, 2008.

_____. O público e o privado na gestão e financiamento de sistemas educacionais públicos. Estudo dos programas da rede VENCER. **Instituto Ayrton Senna**, INEP, 2007.

_____. Conexões entre o Público e o Privado no Financiamento e Gestão da Escola Pública. **Revista Científicas ECCOS**, São Paulo, v.8 n.1 Jan./Jun.2006.

PERONI, V.M.V.; ADRIÃO, T. Reforma da Ação Estatal e as Estratégias para a Constituição do Público não Estatal na Educação Básica Brasileira, **Reunião Anual ANPED**, 27º, 2004, Caxambu. Anais eletrônicos, Caxambu, ANPED, 2004.

_____. A relação Público/privado e a gestão da Educação em Tempos de Redefinição do papel do Estado. **Público e o privado na Educação: novos elementos para debate**. São Paulo : Xamã, 2008.

PIERRO, M. C. Di. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.27, n.2, p.321-337, jul./dez. 2001.

REAÇÃO NATURAL. **Entrevista com Viviane Senna**. Disponível em: <http://www.reacaonatural.com.br/website/artigo.asp?cod=1923&idi=1&moe=130&id=7764>. Acesso em 03 jan. 2010.

REDE VENCER. Portal da Área de Educação Formal do Instituto Ayrton Senna Disponível em: <http://www.redevencer.org.br/> - acesso em 20 fev. 2010.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **Historia & Documentos e Metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. Além do senso comum sobre o Terceiro Setor: uma provocação. In: PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia. **Terceiro Setor: Dilemas e Polêmicas**. 2006.

SCHILLING. **História por Voltaire Schilling**. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/neoliberalismo.htm>. Acesso em 13 nov. 2009.

SHIROMA, E. O. ;CAMPOS, R. F. ; GARCIA, R. M. C. . Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. Perspectiva - **Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC**, Florianópolis, v. 23, p.427-446, 2005.

SHIROMA, Eneida Oto *et al.* **Indicadores de qualidade**: o fetiche da gestão por resultados. "Pesquisa em educação e inserção social", VII, Anais (CD-Rom), 22 à 25 de junho de 2008, Itajaí/SC. UNIVALI: Santa Catarina, 2008.

SILVA, Eduardo Marcondes Filinto da; AGUIAR, Marianne Thamm de. Terceiro Setor: Buscando uma Conceituação. **Cadernos Fundata**, setembro de 2001.

SILVA, Maria A. da. Do Projeto Político do Banco Mundial ao Projeto Político-Pedagógico da Escola Pública Brasileira. **Cad. Cedes, Campinas**, v.23, n.61,p.283-301, dezembro 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

SILVA, Maria Viera. A Participação do Terceiro Setor na Escola Pública, **ANPED**, 27, 2004, Caxambu. Anais eletrônicos...Caxambu, ANPED, 2004.

SOARES, M.C.C. Banco Mundial: políticas e reformas In: TOMMASI, L. D.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, S.A. Trabalho Voluntário e responsabilidade social da empresa na educação: Uma questão de boa vontade? **Público e o privado na Educação**: novos elementos para debate. São Paulo: Xamã, 2008.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e Terceiro Setor**: criação de ONGs e estratégias de atuação. 2.ed., São Paulo: Atlas, 2004.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br>
Acesso em 04 jan. 2010.

TOMMASI, L. D.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003

TORRES, R.M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial In: TOMMASI, L. D.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TRIANGULO MINEIRO JORNALISMO REGIONAL. **Quase metade da verba destinada a ONGs é desviada, avalia TCU**. Disponível em:
<http://www.triangulomineiro.com/noticia.aspx?catNot=55&id=8470&nomeCatNot=Turismo>. Acesso em 16 fev. 2010.

UNIC. Unics são Centros de Informação das Nações Unidas. Disponível em:
<http://unic.un.org/imucms/Dish.aspx?loc=64&pg=261>. Acesso em 09 fev. 2010.

WARREN, I. S.; LUCHMANN, L.H.H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Política & Sociedade**, n.5 out./ 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.